Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Mendes, Angelina, 1990-

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises : o caso da Guiné-Bissau

http://hdl.handle.net/11067/3688

Metadados

Data de Publicação 2017

Resumo É de considerar que a atual conjuntura internacional requer uma maior integração das Nações, em todas as vertentes, tanto a nível económico, de forma a diminuir a extrema pobreza existente, sobretudo em países do terceiro mundo, como a nível securitário, pois de nada vale alcançar o desenvolvimento económico sem se garantir a segurança das Nações. Estas duas realidades complementam-se, uma não existe sem a outra. Uma das formas de garantir esta interação mais profunda entre as Nações é através d...

It’s worth considering that the current international conjuncture requires a bigger integration of nations, in all domains, not only economically, as a way to diminish the existent extreme poverty, especially in third-world countries, but also on a security level, since reaching economic development is worthless if the security of nations cannot be guaranteed. These two realities complement each other. One does not exist without the other. One of the ways to ensure this more profound interaction...

Palavras Chave Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Medidas de segurança, Gestão de conflitos - Países de Língua Portuguesa, Guiné-Bissau - Aspectos estratégico, Guiné-Bissau - Relações externas - Países de Língua Portuguesa, Países de Língua Portuguesa - Relações externas - Guiné-Bissau

Tipo masterThesis

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T01:20:56Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné-Bissau

Realizado por:
Angelina Mendes
Orientado por:
Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta
Orientador:	Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva
Arguente:	Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagallo Pavia

Dissertação aprovada em: 11 de Dezembro de 2017

Lisboa
2017

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné-Bissau

Angelina Mendes

Lisboa

Setembro 2017

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné-Bissau

Angelina Mendes

Lisboa

Setembro 2017

Angelina Mendes

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné-Bissau

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Lisboa

Setembro 2017

Ficha Técnica

Autora Angelina Mendes

Orientador Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Título O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné-Bissau

Local Lisboa

Ano 2017

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

MENDES, Angelina, 1990-

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises : o caso da Guiné-Bissau / Angelina Mendes ; orientado por Luís Eduardo Marquês Saraiva. - Lisboa : [s.n.], 2017. - Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - SARAIVA, Luís Eduardo Marquês, 1956-

LCSH

1. Gestão de conflito - Países de Língua Portuguesa
2. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Medidas de segurança
3. Guiné-Bissau - Aspectos estratégicos
4. Guiné-Bissau - Relações externas - Países de Língua Portuguesa
5. Países de Língua Portuguesa - Relações externas - Guiné-Bissau
6. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Teses
7. Teses - Portugal - Lisboa

1. Conflict management - Portuguese-speaking countries
2. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Safety measures
3. Guinea-Bissau - Strategic aspects
4. Guinea-Bissau - Foreign relations - Portuguese-speaking countries
5. Portuguese-speaking countries - Foreign relations - Guinea-Bissau
6. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Dissertations
7. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC
1. HN995.M46 2017

ERRATA

Mendes, Angelina (2017) – O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné-Bissau. Lisboa : [s.n.]. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Página	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
23	2	áfrica	África
28	11	Setembro	setembro
33	17	oriental	Oriental
40	9	comunidade	Desaparece a palavra
46	14	comunidade	Desaparece a palavra
50	19	estados	Estados
53	3	ocidental	Ocidental
54	15	ocidental	Ocidental
62	1 e 4	Setembro	setembro
66	25	Maio a Outubro	maio a outubro
69	14	A frase aparece repetida duas vezes	Antes de debruçar na análise das intervenções externas no setor de segurança e defesa, torna-se importante apresentar uma definição do conceito de RSS. Embora não exista uma definição universalmente

			aceite optamos por apresentar uma definição proposta pela ONU, que define a RSS como sendo
76	31	Agosto	agosto
77	22	Dezembro	dezembro
80	23	Abril	abril
81	28	dento	dentro
85	10	ocidental	Ocidental

AGRADECIMENTOS

A concretização deste sonho não seria possível sem o apoio e o estímulo dos meus familiares e amigos.

As minhas primeiras palavras de agradecimento são para a minha querida mãe, que graças aos seus esforços, carinho e estímulo, estou hoje a concretizar este sonho, que espero um dia poder retribuir toda a sua bravura e coragem por ter arriscado tudo para garantir a minha educação.

Um grande obrigado ao professor Luís Saraiva pela excelente orientação e sobretudo pela permanente disponibilidade demonstrada ao longo do processo.

Aos meus irmãos e ao maravilhoso parceiro pelo carinho e atenção dada durante este percurso.

Ao meu amigo Tiago Soares pela partilha de conhecimentos, que se tornaram fundamentais para a condução deste trabalho de investigação.

A todos o meu eterno e sincero obrigado.

"[…] Os Estados-membros da CPLP, fruto dos laços consolidados pela comunidade, tornaram-se canais de comunicação privilegiados entre regiões e sub-regiões à escala planetária"

(Pereira, 2009)

APRESENTAÇÃO

O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: O caso da Guiné-Bissau

Angelina Mendes

É de considerar que a atual conjuntura internacional requer uma maior integração das Nações, em todas as vertentes, tanto a nível económico, de forma a diminuir a extrema pobreza existente, sobretudo em países do terceiro mundo, como a nível securitário, pois de nada vale alcançar o desenvolvimento económico sem se garantir a segurança das Nações. Estas duas realidades complementam-se, uma não existe sem a outra. Uma das formas de garantir esta interação mais profunda entre as Nações é através da constituição de Organizações Internacionais (OI) capazes de desenvolver ações em prol do desenvolvimento dos países e com vista ao garante da segurança mundial.

Um desses atores internacionais é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização que abarca quatro continentes e nove países. Embora estejam ligados pela mesma herança histórica e a partilha dos mesmos ideais, estes são totalmente distintos em termos geográficos, culturais religiosos e até económicos, porém encontram-se unidos pelo mesmo idioma. Este é um espaço multilateral destinado ao aprofundamento dos laços de amizade já existentes entre os países, da concertação político-diplomática e de cooperação entre os seus Estados-membros (EM) que, perante a sua estrutura multiregional, detém de um enorme valor estratégico, tanto a nível interno como externo. No plano interno é um instrumento que permite a promoção e afirmação da língua portuguesa, neste mundo cada vez mais global, facilitando assim, a afirmação da identidade e da cultura. Externamente, é considerada como uma plataforma de comunicação, de concertação político-diplomático e de partilha de responsabilidades, cada vez mais necessárias neste novo paradigma securitário.

A investigação tem como objetivo analisar a evolução da recente componente securitária da organização, o que vai implicar o estudo da sua eficiência e aplicabilidade nesta nova estrutura internacional, onde os países por si só são incapazes de garantir segurança dentro das suas fronteiras nacionais. O estudo terá também como objetivo

analisar até que medida esta cooperação securitária responde às necessidades dos EM, nomeadamente, ao caso particular da Guiné-Bissau (RGB).

Palavras-chave: Segurança, Desenvolvimento, CPLP, Reforma, Guiné-Bissau.

PRESENTATION

The CPLP role in crisis prevention and management: The Guinea-Bissau study

Angelina Mendes

It's worth considering that the current international conjuncture requires a bigger integration of nations, in all domains, not only economically, as a way to diminish the existent extreme poverty, especially in third-world countries, but also on a security level, since reaching economic development is worthless if the security of nations cannot be guaranteed. These two realities complement each other. One does not exist without the other. One of the ways to ensure this more profound interaction between nations is through the creation of international organizations able to develop actions on behalf of the countries and aiming the worldwide security guarantee.

One of the international organizations is CPLP – the community of the Portuguese language countries, an organization that involves four continents and nine countries. Despite being connected by the same historical heritage and ideals sharing, these countries are completely distinct geographically, culturally, in terms of religion and even economically. However, they are connected by the same language. This organization is a multilateral space that aims the enhancement of the friendship ties between the countries, it's a space of political and diplomatic cooperation between its member states, that working with the multiregional structure of those countries holds an highly strategic value, not only inside the organization itself, in the relations between the state members, but also externally, in international relationships. Internally, it's an instrument that allows promotion and affirmation of the Portuguese language in this increasingly global world. Externally, it's considered a communication platform of political and diplomatically problem-solving concept and responsibility sharing, which is more and more necessary in this new security paradigm.

This research aims to analyze the recent evolution of the security component of the organization, which demands to study its efficiency applicability in this new international structure where the countries, by themselves, are incapable of ensuring security within national borders. The research also intends to analyze the extent in which this security

cooperation meets the needs of the member-states, specifically the case of Guinea-Bissau.

Keywords: Security, Development, CPLP, Reform, Guinea-Bissau

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Cronologia das Cimeiras da CPLP (Ilustração nossa, 2017)..... 38
Ilustração 2- Índice dos Estados Falhados. (fund for peace, 2017)..... 65

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AGNU	-	Assembleia-Geral das Nações Unidas
APD	-	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASEAN	-	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BM	-	Banco Mundial
CAE	-	Centro de Análise Estratégica
CEDEAO	-	Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidentais
CEMGFA	-	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEWS	-	Continental Early Warning System
CLP	-	Combatentes da Liberdade da Pátria
CPLP	-	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS	-	Conselho de Paz e Segurança
CS	-	Conselho de Segurança
DDR	-	Desarmamento Desmobilização e Reintegração
DERMSDN	-	Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança Nacional
DPDN	-	Reuniões dos Diretores de Política de Defesa Nacional
ECOMOG		Economic Community of West African States Monitoring Group
EES	-	Estratégia Europeia de Segurança
EUROPOL	-	Serviço Europeu de Polícia
EUSSRGB	-	European Union Security Sector Reform in Guinea-Bissau
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDN	-	Instituto Defesa Nacional
IEF	-	Índice dos Estados Falhados
IILP	-	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
MERCOSUL	-	Mercado Comum do Sul
ONG	-	Organização Não Governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
ORA	-	Organizações Regionais Africanas
OSCE	-	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSRA	-	Organizações Sub-regionais Africanas
PAIGC	-	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP	-	Países africanos de Língua oficial portuguesa
PCSD		Política Comum de Segurança e Defesa

PM	-	Primeiro-Ministro
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
PR	-	Presidente da República
PRS	-	Partido da Renovação Social
RI	-	Relações Internacionais
RMDN	-	Reunião dos Ministros da Defesa Nacional
RSS	-	Reforma do Sector de Segurança
SADC	-	Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral
SG	-	Secretário-Geral
SPI	-	Sistema Político Internacional
UA	-	União Africana
UE	-	União Europeia
UEMOA	-	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNAMET	-	United Nations Mission in East Timor
UNIOGBIS	-	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau
UNODC	-	United Nations Office on Drugs and Crime
UNOGBIS	-	Gabinete das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau
UNOWA	-	Escritório das NU para África Ocidental
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. Introdução 17
   1.1. Justificação do tema 20
   1.2. Metodologia Aplicada 20
2. Estado da Arte dos problemas de Segurança e Desenvolvimento em África 23
   2.1. Debate teórico sobre a segurança internacional: Perspetiva realista e idealista 23
   2.2. Desafios ao desenvolvimento africano 27
      2.2.1. Desafio territorial 29
      2.2.2. Desafio económico 30
      2.2.3. Desafio demográfico 32
      2.2.4. Desafio ambiental 32
3. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: formação e estrutura 35
   3.1. Abordagem histórica 35
   3.2. Estrutura 39
   3.3. Arquitetura de Segurança e Defesa da CPLP 42
      3.3.1. Instrumentos de defesa e segurança da CPLP 44
         3.3.1.1. Reunião dos ministros da defesa nacional e CEMGFA 45
         3.3.1.2. Secretariado permanente de assuntos da defesa 45
         3.3.1.3. Centro de análise estratégica 46
         3.3.1.4. exercícios militares conjuntos e combinados da série “FELINO” 46
         3.3.1.5. Reuniões dos diretores de política de defesa nacional 47
         3.3.1.6. Reuniões de diretores dos serviços de informações militares 47
   3.4. CPLP e as Organizações regionais 48
      3.4.1. União Africana 50
      3.4.2. Comunidade Económica dos estados da África ocidental 52
   3.5. Importância do corredor Atlântico sul 55
   3.6. Síntese conclusiva 57
4. Guiné-Bissau: o pequeno país lusófono da África Ocidental 61
   4.1. Breve história e caracterização da Guiné-Bissau 61
   4.2. Guiné-Bissau: um estado frágil abençoado pela natureza 63
   4.3. Missões Externas no sector da Segurança e Defesa na Guiné- Bissau 68
      4.3.1. Organização das Nações Unidas 76
      4.3.2. Missão UE-SSR 78
   4.4. Síntese conclusiva 81

5. Conclusão 83
Referências 89
Bibliografia 99
Apêndices 103
Lista de apêndices 105
Apêndice A 107
Apêndice B 125
Anexos 131
Lista de anexos 133
Anexo A
Anexo B
Anexo C

1. INTRODUÇÃO

A configuração do cenário internacional alterou-se radicalmente após a queda do Muro de Berlim, consagrando assim o fim da Guerra Fria e consequentemente, o colapso do Sistema Bipolar, permitindo a emergência de uma nova ordem internacional. Segundo Barrento, esta nova configuração é apenas "expressão de um desejo" porquanto, a "velha não serve, e continua a haver esperança que a utopia da ordem mundial chegará um dia"(Barrento, 2010 p.36). Ou seja, estamos perante uma nova configuração no mundo, composta por uma pluralidade de atores internacionais, convencionais e não convencionais, que passaram a assumir um papel de forte liderança nas atuais relações internacionais, por novos desafios securitários e por um conjunto de ameaças transnacionais, pondo em causa as fronteiras físicas e administrativas dos Estados. Todos estes elementos contribuem para que a questão da segurança e o fenómeno de globalização sejam preocupações partilhadas por todos. Neste sentido, procedeu-se a uma efetiva partilha de responsabilidades e de interesses entre os Estados, de forma a promover cooperação no domínio da defesa e da segurança, conduzindo a uma restruturação do papel das Organizações Internacionais e Regionais, vistos como eficazes instrumentos para a garantia da paz, da segurança e do desenvolvimento no mundo, tendo em conta, de que "a segurança é uma condição prévia do desenvolvimento" (União Europeia. Conselho, 2003 p. 2)

Os principais objetivos desta dissertação visam sistematizar um quadro conceptual que analise a CPLP enquanto ator internacional de relevo, que veio a enquadrar-se neste novo paradigma securitário, demonstrando que, para se tornar num ator relevante em África, terá que definir novas prioridades e mecanismos securitários, que lhe permitam prevenir e gerir conflitos. E isto é relevante, na medida em que, completados 20 anos da sua existência, é de extrema importância que se proceda a uma interação mais profunda entre os países membros. Neste contexto, o trabalho foi materializado por uma profunda reflexão acerca das ações levadas a cabo pela comunidade internacional com vista à satisfação das necessidades dos países que a integram e principalmente as ações de cooperação desenvolvidas para o processo de Reforma do Setor de Segurança e Defesa (RSS) da Guiné-Bissau como Estado membro com maiores agitações internas.

Primeiramente, refletimos acerca da origem e evolução da componente de segurança e defesa para compreender até que medida uma estrutura de Soft Power[1], de concertação político diplomática, pode influenciar uma estrutura de Hard Power[2]. Neste sentido, partimos de imediato dos pressupostos que os debates teóricos liberais sociológicos assumem: segundo Deutsch a segurança só é garantida com a integração dos Estados numa Comunidade de Prática, o que possibilita uma forte interligação desses países, ao ponto de estabelecer uma identidade comum entre os signatários, tornando assim, inconcebível a ocorrência de guerra entre si (Deutsch ***apud*** Ulusoy, p. 3).

A dissertação alinha-se num enquadramento teórico, baseado na perspetiva liberal institucionalista. Assim, procura-se demonstrar que, embora os Estados atuem no palco internacional na busca dos seus interesses, na verdade esses interesses orientam-se mais pela via da cooperação do que pela via do conflito, pelo que o surgimento de lutas políticas é reduzido através da criação de processos institucionalizados. Esses processos vão permitir a instauração de uma Ordem Mundial negociada, acordada por instituições jurídicas e políticas, que operam com vista a atribuir direitos e limitar exercícios de poder (Ikenberry, 2011).

Por conseguinte, perante esta visível preocupação, coloca-se a seguinte pergunta de partida: Será a CPLP um fiável instrumento de reforço de segurança dos Estados-membros? Assim sendo, partindo de uma lógica de que a integração é a solução mais efetiva para eliminar guerras entre um conjunto de Estados (Magalhães, 2012 p. 123-124), a dissertação apresenta um conjunto de caraterísticas.

O Objeto de Estudo é definido pela reforma no sector da Defesa e Segurança na Guiné-Bissau como condição necessária para a integração plena do país no concerto das nações, contribuindo para o reforço das capacidades securitárias da CPLP. Tem como objetivo geral analisar qual o papel que uma estrutura multiregional, sem dimensão territorial e regional, poderia desempenhar numa situação de crise. Definem-se como objetivos específicos caracterizar o perfil dos dirigentes políticos da Guiné-Bissau e das Forças Armadas e analisar as intervenções externas, no âmbito do apoio à RSS.

[1] "Soft Power is the ability to get what you want by attracting and persuading others to adopt your goals" (Nye,2003).
[2] Nye define hard Power "the ability to use the carrots and sticks of economic and militar might to make others follow your will" (Nye,2003).

Para uma melhor compreensão desta temática e sobretudo para responder à pergunta de partida, esta dissertação divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. No segundo capítulo começa-se por fazer uma análise dos problemas de segurança e desenvolvimento em África, tendo em vista que, devido à composição deste continente, no que diz respeito à sua organização política, integrando um conjunto de realidades totalmente distintas umas das outras, torna-se fundamental compreender quais os desafios que o continente enfrenta, que o impedem de alcançar a tão almejada segurança, necessária para garantir desenvolvimento dos países africanos. Face a esta realidade, e tendo em conta a importância e a grande dependência dos países africanos dos apoios externos, a investigação centrou-se sobre o estudo dos principais atores internacionais e regionais que participam ativamente na promoção da segurança na África Ocidental, como se pode constatar nos capítulos 3 e 4.

No terceiro capítulo procede-se a um rápido enquadramento histórico e teórico da CPLP, enquanto instituição internacional, de grande valor geoestratégico e geopolítico, o que lhe confere uma enorme importância na agenda internacional, que perante o seu carácter multicontinental é considerada como uma plataforma de comunicação entre as diferentes regiões do mundo. De seguida, ainda neste capítulo, procuramos compreender como se deu a origem e a evolução da componente de segurança e defesa da CPLP. Abordamos a importância do mar, precisamente a relevância do corredor do Atlântico sul, onde se espera que a CPLP assuma uma postura mais assertiva e pragmática, devido à presença de riqueza e de dinâmicas de insegurança. Assim sendo, podemos perceber quais as áreas estratégicas e geográficas onde a CPLP poderia assumir maior protagonismo, de modo a apoiar os seus Estados na promoção da segurança.

No quarto capítulo, tendo como exemplo o Estado da Guiné-Bissau, pois é um dos que apresenta maiores agitações internas, o que acarreta consigo um conjunto de graves problemas securitários, propícios à instalação de ameaças transnacionais, far-se-á uma análise crítica da cooperação dentro da organização, servindo de caso prático para se concluir se a CPLP é ou não um mecanismo de garantia de paz. Ainda nesta secção, analisaremos as intervenções dos atores externos no país, nomeadamente no âmbito do apoio à implementação da tão desejada Reforma do Sector de Segurança e Defesa, considerada como condição necessária para instalação da segurança e, consequentemente, para o desenvolvimento do país, contribuindo para o reforço das capacidades securitárias da CPLP. Foram igualmente alvo de estudo as intervenções

externas neste domínio, nomeadamente as missões levadas a cabo pelas Nações Unidas (ONU) e pela União Europeia (UE) na medida em que a segurança da Guiné-Bissau significa o reforço da estabilidade da África Ocidental, bem como da própria segurança internacional, na medida que esta região é vista como sendo uma ponte para a Europa. Acrescendo ainda o facto de que a emergência de Estados falhados é considerada uma ameaça à paz no mundo, a Guiné-Bissau é uma realidade a ter em conta (União Europeia. Conselho, 2003).

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Este tema, "O papel da CPLP na prevenção e gestão de crises: o caso da Guiné – Bissau", resulta da identificação de que, como temos vindo a constatar, a CPLP passou de um simples fórum de debate de assuntos comuns dos países de língua portuguesa para uma instituição com personalidade jurídica e principalmente com autonomia financeira, o que lhe proporciona um enorme valor estratégico na cena internacional. Contudo, tendo em conta que um dos elementos característicos do continente africano é a existência de Estados fracos, propícios à instalação de uma multiplicidade de ameaças, as instituições internacionais e regionais deverão ser capazes de pôr em prática um conjunto de atividades tendentes a prevenir e, caso necessário, gerir conflitos. Portanto esta dissertação procura encontrar respostas para problemas de segurança, perceber em que medida uma instituição de carácter multicontinental, sem uma componente militar efetiva, seria eficaz na prevenção e mediação de conflitos.

1.2. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia de investigação aplicada no desenvolvimento desta dissertação é o método dedutivo, uma vez que partimos de um raciocínio geral para o particular. Neste sentido, a investigação parte de um domínio geral através da análise da arquitetura de segurança e desenvolvimento no continente africano, nomeadamente o estudo dos atores políticos destinados a garantir essa estabilidade na região, para um domínio particular, com o estudo do caso individual da Guiné-Bissau, como sendo um melhor exemplo de um país com fortes possibilidades de desenvolvimento. Porém, devido aos constantes momentos de instabilidade, é remetido para o ranking dos países mais fracos de África.

A investigação recaiu sobre a análise de fontes primárias, através do estudo de relatórios, declarações e resoluções de instituições como a ONU, a União Europeia

(UE), a União Africana (UA), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Gabinete das Nações Unidas para a Droga e Crime (UNODC).

Foi também possível recolher informações, no formato de entrevista, junto da embaixada da Guiné-Bissau em Portugal, da embaixada portuguesa em Bissau, do Ministério da Defesa e do EMFGA, das autoridades da República da Guiné Bissau (RGB) e de outras personalidades consideradas importantes para a recolha de toda a informação referente à matéria.

Usou-se como técnicas de investigação a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o trabalho de campo. Este tornou-se incontornável, pois é impossível concluir esta investigação sem um contacto direto com os atores políticos, as populações e a cultura guineense, que se traduziu numa visita ao país, de forma a permitir a recolha de todas as informações necessárias, o registo de novos factos através da observação e das entrevistas a entidades e personalidades guineenses ligadas à política, à administração, e às Forças Armadas.

2. ESTADO DA ARTE DOS PROBLEMAS DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

A compreensão da temática sobre o estado da arte dos problemas de segurança e desenvolvimento em áfrica requer antes de mais uma abordagem teórica acerca dos conceitos que serão abordados neste trabalho. Enquadrá-los na atual caracterização do mundo, assim permite-nos compreender qual a evolução que estas noções têm vindo a sofrer, bem como, a sua relevância nos atuais debates internacionais.

Assim sendo, neste capítulo procuramos apresentar um debate teórico sobre a definição de conceções indispensáveis para uma melhor compreensão da temática, os fatores determinantes da sua evolução e fundamentalmente as políticas adotadas pelas principais organizações internacionais e regionais, no sentido de fazer frente aos desafios e aos problemas que o continente enfrenta, de forma a promover o desenvolvimento dos países africanos. Através desta abordagem pretendemos perceber quais os problemas securitários que o continente defronta e com isso demonstrar que as instituições internacionais e regionais têm vindo a assumir grande protagonismo nesta nova dinâmica securitária mundial.

2.1. DEBATE TEÓRICO SOBRE A SEGURANÇA INTERNACIONAL: PERSPETIVA REALISTA E IDEALISTA

A segurança internacional é um tema central das Relações Internacionais (RI). A estabilidade dos Estados é uma preocupação bastante antiga, que já vinha sendo estudada e debatida desde os pioneiros desta área de estudo. A segurança dos Estados tem animado ao longo dos anos as duas correntes tradicionais das RI, as escolas realista e idealista. Embora apresentem noções diferentes acerca deste conceito, a verdade é que assumem que o objetivo final de cada ator internacional é garantir a sua segurança e estabilidade no mundo.

Na perspetiva realista, e aqui encontramos autores como Hans Morgenthau kenneth N. Waltz, o sistema internacional é dominado e controlado por Estados, como únicas entidades em palco que atuam na cena internacional, em busca dos seus interesses. Esse sistema é caracterizado por uma total anarquia, explicada pela falta de uma autoridade global e supranacional que garanta a estabilidade das relações. Perante este ambiente conflitual e competitivo, os realistas defendem que a segurança se traduz essencialmente na busca de sobrevivência, facto que só poderia ser alcançado através

da acumulação de poder. Portanto o conceito de segurança foi moldado de forma a responder às preocupações então existentes, que se resumiam essencialmente a um potencial conflito entre Estados. A insegurança estava associada à ameaça das fronteiras dos países, por isso as Nações procuravam reunir capacidades militares para garantir a sua proteção, logo, nesta altura a segurança definia-se em termos de poder. A posição dominante de um Estado garante-lhe segurança, como já referia John Mearsheimer, "a situação ideal é ser a potência hegemónica do sistema"[3](Mearsheimer, 2011 p. 34). Com isto, para os realistas os Estados são a principal figura de referência de segurança, e a segurança refere-se apenas à capacidade em garantir sobrevivência e assim proteger-se de agressões externas, no sentido em que os fatores de ameaça à estabilidade dos Estados soberanos nesta altura provinham essencialmente de fora das fronteiras nacionais dos Estados. Tal exigia uma resposta militar, na medida que o poder militar domina e controla todas as outras formas de poder, e, deste modo, os Estados, como forma de garantir segurança neste sistema competitivo e anárquico, procuravam reunir em si capacidades bélicas superiores aos demais Estados, indispensáveis para enfrentar as ameaças que se impunham.

A segurança internacional, na lógica idealista ou liberal, está intimamente associada à noção de paz e não ao conceito de poder como argumentam os realistas. A segurança é uma consequência direta de momentos de paz: a paz gera segurança, e a segurança é o bem que pode e deve ser perseguido em conjunto, tendo em conta que a redução das ameaças[4] externas permitirá a redução de ameaças à segurança nacional, o que, por sua vez, vai ter consequências diretas na segurança do sistema internacional, e com isso garantir estabilidade na ordem internacional, na medida que a fome, conflitos étnicos, desintegração social, terrorismo, poluição e o tráfico de drogas deixaram de ser fatores isolados e confinados dentro de uma dada fronteira territorial. Os seus efeitos hoje são mais globais, logo a segurança deixou de ser uma preocupação das nações mais fracas que não têm capacidade de responder a um potencial ataque externo para passar a ser uma preocupação de todos tanto das nações ricas como as mais pobres. Assim, a melhor forma de promover a segurança internacional é através da cooperação internacional entre Estados, com a criação de organizações intraestatais e supranacionais, que limitarão o exercício de poder militar, conduzindo assim à resolução

[3] Tradução livre da autora. No original: "the ideal situation is to be the hegemon in the system"
[4] "Ameaça é qualquer acontecimento ou ação em curso ou previsível, que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, causa danos morais e/ou materiais" (Barrento, 2010 p. 282)

pacífica de conflitos, através do diálogo. Neste sentido, a segurança é percecionada como sendo uma das finalidades de qualquer Estado soberano.

A visível transferência das dinâmicas de insegurança para o interior dos Estados levou ao afastamento do conceito tradicional de segurança, e o conceito de segurança passou a ser encarado como sendo um fenómeno multissetorial (Buzan, 1991 p. 34). Com isto deixou de ser um fenómeno ligado somente à política e ao domínio militar para passar a estar relacionado a outros sectores tais como a economia, o ambiente e a sociedade. A queda do muro de Berlim marcou o aumento da complexidade do mundo, com a multiplicação dos atores internacionais a emergência de novas ameaças transnacionais e a permanência das velhas (Barrento, 2010 p. 295). Levou ao fim do conceito tradicional de segurança, afastando-se da teoria realista por não conseguir prever e explicar o fim da Guerra Fria. Perante este facto surge uma nova noção específica de segurança, promovida e aceite pelos atores internacionais, baseada na presente conjuntura internacional. Segundo o Manual de Reforma do Sector de Segurança elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

> O conceito tradicional de segurança está sendo redefinido para incluir não apenas a estabilidade do Estado e a segurança das Nações, mas também a segurança e o bem-estar das pessoas. A consciência de que o desenvolvimento e a segurança estão intrinsecamente ligados é permitir que a segurança nos países parceiros seja vista como uma questão de política pública e de governação, convidando um maior escrutínio público da política de segurança[5] (OECD, 2007 p. 13).

A definição lançada pela OCDE, para além de se afastar da noção de segurança centralizada exclusivamente na figura do Estado, propõe uma abordagem mais ampliada e alargada, de modo a incluir a segurança material e física das pessoas, o que vai ao encontro da noção de segurança humana proposta pelo "Relatório de Desenvolvimento Humano" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Aí se afirma que o conceito de segurança passou a estar associado a situações de fome, doenças e repressão criminal e na capacidade que um Estado tem em

[5] Tradução livre da autora. No original "The traditional concept of security is being redefi ned to include not only state stability and the security of nations but also the safety and wellbeing of their people. The recognitionthat development and security are inextricably linked is enabling security in partner countries to be viewed as a public policy and governance issue inviting greater public scrutiny of security policy (OECD, 2007 p. 13).

responder às necessidades básicas dos seus cidadãos (United Nations. Development Programme, 1994)

Assim, deixa-se para trás a conceção limitativa de segurança centrada apenas na figura do Estado e ao meio militar, isto é, a componente político-militar. Este facto é confirmado com a evolução do cenário internacional, que dantes era dominado pelos conflitos internacionais, para passar a assistir ao predomínio dos conflitos internos (Saraiva, 2010). Assim, a segurança passou a estar também associada ao bem-estar das pessoas. Bem-estar esse que por vezes é posto em causa pelo próprio Estado, que perante a falência das suas instituições estatais não tem capacidade para manter o monopólio do uso exclusivo da força. Este alargamento do conceito de segurança, que agora inclui a segurança dos cidadãos de um Estado, impulsionou a emergência de um novo debate nas relações internacionais, concentrado na articulação existente entre os conceitos de segurança e desenvolvimento.

O grande contributo para esta nova visão nas relações internacionais foi dado pelo relatório do secretário-geral da ONU (SGNU), Kofi Annan, intitulado "In larger freedom: towards development, security and human rights for all, que introduz novas abordagens, simbolizando uma rutura com o passado ao salientar que a segurança dos Estados não se refere apenas à ausência da guerra "clássica"[6] As guerras civis, a extrema pobreza, o terrorismo, o crime organizado e a violação dos direitos humanos, aumentam os riscos de instabilidade e de violência. Acrescenta ainda que, as guerras e as atrocidades estão longe de ser as únicas razões pelos quais os países estão presos na pobreza, mas eles, sem dúvida impedem o desenvolvimento […] Por conseguinte, não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento e sem o respeito pelos direitos humanos " (United Nations. Secretary-General, 2005). A segurança anda assim de mãos dadas com o desenvolvimento. Um país que garante a boa governação baseada no respeito pelos direitos humanos encontra-se melhor posicionado para enfrentar os desafios, e com isso proporcionar o seu desenvolvimento

A globalização e transição para um mundo multipolar conduziu a uma partilha de preocupações securitárias e de subdesenvolvimento entre os diversos atores do sistema internacional, que pela via da cooperação procuraram concertar posições para dar assistências a sociedades mais fracas, que por si só não são capazes de enfrentar

[6] [Abel Couto define guerra clássica como como sendo o "emprego de meios militares, com exceção de meios nucleares, combinado com ações de guerra fria e, eventualmente (caso de potências nucleares), com ameaças de extensão da guerra ao nível nuclear" (Couto, 1989)

os obstáculos à segurança e ao desenvolvimento. No relatório do CSNU acima referido, o secretário-geral (SG) atribui competência de apoiar os Estados mais fracos a todos os atores internacionais, que através de programas como o de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e de Reforma do Setor de Segurança e Defesa (RSS), podem prestar assistência aos países mais fracos.

2.2. DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO AFRICANO

Durante a Guerra Fria, período caracterizado por uma competição estratégica e confrontação ideológica entre dois blocos, o Leste e o Ocidente, o mundo era dominado por estes blocos antagónicos. Contudo, apesar das grandes divergências e as constantes competições, nunca ocorreu uma confrontação direta, devido ao fator nuclear, na medida que um confronto direto significaria a destruição mútua, com reflexos para o resto do mundo. Porém, este elemento dissuasor não evitou a participação direta ou indiretamente, tanto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como dos Estados Unidos da América (EUA), em conflitos regionais, nomeadamente em lutas de libertação em África, as chamadas "Guerras por Procuração" (Nye, 2002). A divisão do mundo em esferas de influências permitiu o armamento de populações e sobretudo de países subdesenvolvidos que mais tarde viriam a constituir-se num fator de instabilidade para o mundo. Segundo Joseph Nye, "a Guerra Fria exacerbou uma quantidade de conflitos no Terceiro Mundo" (Nye, 2002 p. 274-275). Durante este longo período da História, o fator de insegurança internacional provinha de fora das fronteiras nacionais dos Estados, e estes viviam permanentemente num clima de medo e de receio de um eventual ataque externo.

Com a emergência de uma nova ordem mundial em 1991, possibilitada pela queda do muro de Berlim e o fim do sistema bipolar então vigente, assistimos à consolidação de novos países que estavam sob a alçada das potências coloniais. A emergência desses novos países conduziu ao surgimento de novas abordagens nas relações internacionais. Num primeiro momento, surgiu a lógica de que as ameaças à segurança dos países residem sobretudo dentro das fronteiras nacionais dos países e não fora deles (Castelo Branco, 2013). É inquestionável esta nova tipificação dos conflitos no mundo, com os conflitos a transferirem-se para o interior dos Estados. Os países africanos recém-independentes, onde anteriormente tinham sido o palco de confrontos durante a guerra fria, deparam-se com diversos desafios securitários. A fragmentação do poder e a desagregação das sociedades condicionam a operacionalidade dos

aparelhos de Estado. Assim, a existência de entidades estatais fracassadas ou não consolidadas tornou estes países fontes de insegurança para os seus próprios cidadãos. Deste modo, o continente africano tornou-se assim, um espaço geoestrategicamente mais complexo, com dinâmicas de insegurança, o que explica cada vez mais a sua presença nas agendas internacionais.

Partindo de uma lógica de que a existência de estados frágeis[7] os torna mais favoráveis ao desenvolvimento de agitações que põem em causa a segurança local, regional e internacional, hoje a preocupação da comunidade internacional prende-se com a necessidade imediata de se proceder à estabilização desses espaços. O pós 11 de setembro de 2001, veio a confirmar esta mudança no pensamento político internacional, como refere Fukuyama: "o 11 de Setembro provou que a fraqueza do Estado é também um imenso desafio estratégico" (Fukuyama, 2006 p. 1). Constatou-se que os desequilíbrios e os reflexos daí decorrentes não residem apenas dentro das fronteiras dos Estados, os perigos assumiram uma vertente mais transnacional. Segundo Bernardino, "o problema interfronteiriço não é mais problema de um só Estado" (Bernardino, 2007, p.34). Este aspeto levou a comunidade internacional a assumir uma postura mais assertiva e pragmática de condenação de crimes transnacionais. Porém, não significa que se assistiu ao desaparecimento da ameaça externa. Ela continua a persistir, mas dotada de uma outra configuração. Isto porque, os conflitos interestatais são cada vez mais improváveis de ocorrer, devido à crescente integração de países em blocos ou em comunidades, o que os leva a apostar na diplomacia para resolver os seus diferendos.

Num segundo momento, tendo em consideração de que os inimigos já não são facilmente reconhecidos e os perigos também deixaram de ser igualmente identificáveis e previsíveis como ocorria no período da Guerra Fria, a segunda lógica é de que o sistema político internacional (SPI) se tornou mais complexo com a introdução de novos atores. Como refere Adriano Moreira, o Estado tem vindo a ocupar cada vez menos um papel de preponderância nas relações internacionais (Moreira, 2002 p. 374-375). Esta complexidade do mundo possibilitou o surgimento de novas ameaças, que os Estados por si só são incapazes de enfrentar, e daí a importância que as organizações internacionais têm vindo a assumir no atual contexto internacional. A cooperação

[7] "São Estados que são afetados por crises e conflitos endémicos, ou por catástrofes naturais, onde existe uma falta de credibilidade, de legitimidade ou de eficácia na gestão dos assuntos públicos. Colocando em evidência a falência das suas funções vitais" (Bernardino, 2007)

bilateral ou multilateral tornou-se um eficaz mecanismo tendente a atenuar os efeitos que os desafios securitários apresentam para esta atual ordem internacional

Existe um conjunto de problemas que os Estados africanos enfrentam que, se não forem ultrapassados, podem conduzir a graves problemas securitários, tanto para a região como para o resto do mundo, na medida que são considerados fenómenos globalizantes, que quebram fronteiras físicas e administrativas dos países. Além de que os conflitos em África, nunca são meramente internos, acabam sempre por ter ligações com outras regiões, envolvendo mais atores em vários países diferentes (Castelo Branco, 2013).

2.2.1. DESAFIO TERRITORIAL

O continente africano tem cerca de 50 mil km de fronteiras. Estas fronteiras são muito artificiais, criadas durante a conferência de Berlim de 1884/1885, beneficiando a lógica colonial e esquecendo as realidades locais, ou seja, povos, culturas e religiões foram separados. Como faz notar Luís Castelo Branco, "os atuais Estados africanos são, basicamente, criações coloniais transformadas em Estados independentes. As suas dimensões, características e fronteiras são fruto da herança colonial" (Castelo Branco, 2014, p. 71).

Quando chegamos aos anos 1960, com o início das vagas de independências africanas começou-se a perceber que a questão das fronteiras se iria tornar num grande problema. Logo nessa altura, para se evitar futuras situações de conflitos territoriais, a Organização de Unidade Africana (OUA), instituição que representava os países africanos nessa altura, defendeu o princípio da intangibilidade das fronteiras, princípio que vigora até aos dias de hoje. Relativamente a esta questão havia duas tendências opostas: um grupo que defendia a manutenção de tudo como estava, que eram todos aqueles que apresentavam uma posição de vantagem e por isso lhes agradava a sua situação; por outro lado, havia um grupo que defendia de que se deveria reabrir o processo de demarcação das fronteiras africanas. Apesar do respeito por este princípio, as novas realidades políticas religiosas e étnicas viriam a impulsionar a ocorrência de alterações de fronteiras, ocorrida por exemplo com a criação em 1993 do Estado da Eritreia, que saiu do seio da Etiópia, facto que mais tarde viria a conduzir a conflitos pelo acesso ao mar. Em 2011 assistimos ao nascimento do Sudão do Sul provocado pelas diferenças religiosas, com o norte árabe e islâmico e o sul negro e cristão. Estes são

casos bem-sucedidos, mas há igualmente outros casos mais complexos, que estão a provocar conflitos: a questão do Delta do Níger na Nigéria, o Katanga, zona sul da República Democrática do Congo (RDC); a zona de Casamansa no Senegal, que foi durante muito tempo território da então Guiné Portuguesa e que mais tarde teria ligações à guerra civil na Guiné-Bissau em 1998/1999, com a acusação de que altos quadros das Forças Armadas guineenses estariam envolvidos no desvio de material bélico para os rebeldes de Casamansa.

A possível solução para esta questão dos conflitos territoriais passa por uma aposta pela integração regional, pois o agrupamento de países numa dada organização reduz as possibilidades de conflitos entre esses países, tendo em conta que o que justifica a união de Estados numa mesma entidade são os laços de amizade, os históricos ou mesmo os de interesses. Daí que se possa afirmar que, por esses motivos, é improvável a ocorrência de guerras entres Estados que partilham dos mesmos interesses.

2.2.2. DESAFIO ECONÓMICO

Do ponto de vista económico o continente africano a partir de 2000 começou a entrar numa era de grande crescimento económico, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) em África registado um crescimento médio de 3.6% em 2015 (African Development Bank, 2016). Passou a ser a zona do mundo com maior crescimento mundial e vários países de África estão entre os países com o mais rápido crescimento económico do mundo, em grande medida por causa dos investimentos externos, nomeadamente aqueles relacionados com matérias-primas. Embora seja positivo, este crescimento, para além de ser bastante frágil, pois é induzido do exterior, consequência do investimento direto estrangeiro, que é o grande motor, torna os países africanos dependentes do exterior. Deste modo, quando surgiu a crise financeira de 2008/2009, e a queda do preço das matérias-primas, África foi o primeiro a sofrer com os seus efeitos. A recuperação da economia mundial e o aumento dos preços das matérias-primas, mesmo que de forma gradual, acentuaria ainda mais este desenvolvimento económico. Por outro lado, é importante referir que este crescimento é bastante frágil, por ser desigual, isto é, não se verifica em todos os países do continente. África é composta por um mosaico de realidades totalmente distintas umas das outras. Se, por um lado, podemos encontrar países que estão a aproveitar as suas riquezas para promover o seu crescimento e desenvolvimento, podemos de igual forma encontrar países que apresentam um baixo nível de crescimento económico e com um grande índice de pobreza. Sendo o

continente bastante dependente da agricultura, está muito sujeito a condições climatéricas. Nos países onde o clima é favorável, a agricultura vai potenciar o crescimento desses países; mas nos países onde se predomina as secas e as cheias a agricultura prejudicará grandemente o desenvolvimento económico. Por outro lado, nos países ricos em recursos naturais assistiu-se ao abrandamento do crescimento, resultado da queda dos preços das matérias-primas, e com isso a retirada do investimento externo. Embora a indústria transformadora tenha melhorado em muitos países, ela ainda permanece condicionada à falta de energias que ainda se verifica em muitos países de África (African Development Bank, 2016, p. 1).

Apesar destas limitações e das fragilidades económicas que se verificam a nível global causado, de certo modo, pela descida do preço das matérias-primas e pelas condições climáticas adversas que ocorrem em algumas regiões de África, tendo em consideração que África dispõe de imensas riquezas e atendendo à existência de regiões que se tornam vulneráveis a alterações climáticas, a verdade é que o continente começou novamente a crescer e, hoje em dia, em termos globais é novamente o continente, logo a seguir à Ásia, que mais cresce economicamente. Contudo, é importante apontar que, apesar deste desenvolvimento económico, a qualidade de vida da população africana na sua maioria continua a ser bastante precária, o que reflete no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se verifica na maioria dos países africanos. O melhor exemplo desta dicotomia é a posição de África do Sul, considerada uma economia emergente, que, porém, está colocada na 119.ª posição dos países com mais baixo IDH (IDH, 2007).

A economia africana é também resultado do passado colonial, se tivermos em conta que a maioria das riquezas resultam do setor primário, ou seja, atividade que eram sobretudo desenvolvidas durante o período colonial, que envolvem essencialmente a extração e a modificação de matérias-primas, nomeadamente no diz respeito à extração da madeira e a extração mineral, que na sua maioria são exportadas para responder às necessidades das grandes multinacionais estrangeiras. Partindo da lógica de que existe de facto riquezas a explorar, que de certo modo potenciaria um forte crescimento dos países africanos, podemos apontar que a carência de infraestruturas de base é o principal fator que explica esta estagnação económica do continente e, com isso, torna estes países extremamente dependentes do investimento estrangeiro e daí dos jogos de interesse das potências estrangeiras, que se envolvem nos problemas africanos com intuito de tirar contrapartidas.

2.2.3. DESAFIO DEMOGRÁFICO

O continente africano é a região do mundo que apresenta maiores taxas de crescimento populacional. De 110 milhões de habitantes em 1850 passa para mil milhões de habitantes em 2009 e, espera-se que até 2050 possa atingir os 2 mil milhões de habitantes (Economist, 2009). Porém, vale lembrar que estes números são, de certo modo, uma estimativa, na medida em que devido às dificuldades é difícil conseguir recensear toda a população. A distribuição desta população pelo continente é muito irregular. Há regiões que pelo clima, riquezas naturais e fertilidade dos solos apresentam uma maior densidade populacional enquanto os desertos e as florestas são praticamente despovoados. Entre os países mais populosos do mundo, podemos destacar a Nigéria, Egipto, Etiópia, República do Congo, Africa do Sul Tanzânia e Sudão.

Em muitos países africanos este elevado crescimento demográfico acaba por se tornar um fardo, pois qualquer país que duplique a sua população tem enormes perigos internos, porque vai ser preciso dar respostas às necessidades dessa população. Este facto vai induzir problemas securitários, no sentido em que a falta de perspetiva alimenta a conflito, gerando surtos de violência. Esta questão está também relacionada com a questão sanitária. Este crescimento populacional só não é maior devido às várias epidemias e doenças, por vezes aliadas à falta de controlo sobre os territórios e a situações de conflito, o que conduz aos chamados conflitos interligados (Castelo Branco, 2013), pois raramente os conflitos em África são meramente internos, acabam sempre por ter ligações regionais, acabando sempre por envolver mais atores em vários países.

2.2.4. DESAFIO AMBIENTAL

África é rica em recursos naturais, dispõe de florestas, recursos energéticos, diamantes e muita terra propício à agricultura. Aliás, é considerada um grande reservatório do ponto de vista alimentar para o mundo, dispondo de cerca de 230 milhões de hectares cultiváveis, suficientes para abastecer a população mundial do futuro. África deverá tornar-se o celeiro do mundo. Contudo, devido à má gestão dos recursos, a conflitos políticos e sociais e às alterações climáticas, os países africanos não conseguem tirar partido das suas riquezas. Entre os principais problemas que o continente africano defronta, podemos destacar o fenómeno de desertificação, a seca, a fome e a poluição.

A degradação das terras conduz à falta de alimentos, que por sua vez leva à fome. África é propensa a extremas mudanças climáticas, nomeadamente a região ocidental, alternando por períodos de severas secas e chuvas intensas. Estas alterações climáticas acabam por ter reflexos na vida humana, nomeadamente no que toca à segurança alimentar e a saúde das populações africanas. Chuvas intensas na região do Sahel em 2003 fomentaram o surgimento de gafanhotos que devastaram milhares de culturas no Senegal, na Mauritânia e no Níger. O efeito das invasões dos gafanhotos acrescido de períodos de severas secas levou a uma situação de períodos de fome, sobretudo em países como o Níger. Em 2007 época de intensa seca levou à secagem do rio Volta no Gana, fonte de irrigação e eletricidade para o país e para os países vizinhos. As frequentes inundações e as doenças transmitidas pelas águas contaminadas levaram a perda de centenas de vidas humanas, ao aumento dos sem-abrigos e à perda de milhares de hectares de culturas em regiões como o Gana Togo, Nigéria e Burkina Faso (Musah, 2009).

Apesar de ser o continente que menos contribui para as alterações climáticas, é o que mais sofre com as suas consequências. Existem zonas, nomeadamente da África oriental, por exemplo a Somália, Etiópia e Sudão, que já sofrem diariamente com as consequências das alterações climáticas. O acesso à água e a terras aráveis é por vezes fator de tensões e de conflitos pelo controlo das melhores terras, o que produz consequências externas, na medida que proporciona o aumento de vagas de refugiados para zonas onde a estabilidade e sobrevivência é garantida. Tais problemas ambientais são em parte resultado da queima do gás, da perfuração do petróleo, do uso de inseticidas que levaram à poluição das águas e do ar, e a conversão não regulamentada de florestas naturais em espaços agrícolas. Para além destes problemas ambientais é importante referir que muitos políticos africanos se aproveitam destes desafios ambientais consubstanciados em escassez de recursos naturais para incitarem a violência entre grupos étnicos.

3. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: FORMAÇÃO E ESTRUTURA

Após os processos de descolonização, as organizações internacionais e sobretudo as instituições regionais assumiram um papel de grande importância no apoio à construção e consolidação das estruturas estatais dos novos países africanos, que aceitaram em transferir parte das suas soberanias como forma de obter apoio à construção das suas bases estatais. Este aspeto garantiu-lhes uma preponderância e uma presença cada vez mais notória nos debates internacionais. Embora a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) tenha surgido muito posteriormente às declarações de independências, na verdade ela não deixou de contribuir para a estabilização dos novos Estados. É neste contexto que este capítulo se baseia, com a análise das contribuições que as organizações regionais têm vindo a desempenhar no reforço da segurança regional em África. Para uma melhor contextualização desta temática, esta secção faz uma abordagem histórica, e analisa toda a estrutura operacional da CPLP. Só assim se criam as condições para responder à pergunta de partida deste trabalho de investigação, que consiste em compreender até que ponto uma estrutura sem implantação regional é eficaz no reforço de segurança dos seus Estados-membros.

3.1. ABORDAGEM HISTÓRICA

A ideia de criação de uma instituição que represente todos os países que comungam da mesma língua é um sonho bastante antigo defendido por muitos ao longo dos tempos. Contudo, os primeiros passos concretos[8] para a sua criação só viriam a surgir em 1989, em São Luís do Maranhão, aquando da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), considerado posteriormente o primeiro órgão institucional da CPLP. Esta ideia de criação de uma comunidade de falantes da língua portuguesa veio novamente a ser posta em cima da mesa na sequência do grande entusiamo de José Aparecido Oliveira (embaixador do Brasil em Portugal) que, confiante nas vantagens que esta instituição iria representar para as nações lusófonas, apresenta a Itamar

[8] A constituição de uma comunidade de países lusófonos já havia sido defendida por outras personalidades no passado. Os antecedentes da sua criação remontam ao ano de 1909 com o projeto de criação de uma união política, económica e cultural entre Portugal e Brasil. Em 1984, Jaime Gama, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, pronuncia pela primeira vez a designação "Comunidade dos países de língua portuguesa". Dois anos depois, Adriano Moreira aborda a importância da constituição de uma comunidade que represente todos os países lusófonos (Moreira, 2006).

Franco[9], em 1993, um projeto que viria mais tarde a constituir-se o embrião para a futura CPLP.

A CPLP é oficialmente criada na Primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo reunida entre 16 e 17 de julho de 1996 em Lisboa. Aqui os Estados fundadores[10] aprovam e assinam a Declaração Constitutiva, bem como os Estatutos da CPLP, que até então apresentavam um carácter provisório desde 1994 (altura em que foi elaborado por um Grupo de Concertação Permanente, que a parir de 1995 passou a denominar-se Comité de Embaixadores). Estava assim criada uma comunidade assente numa base cultural, que resultou de um pacto de amizade e vontade política, cujos integrantes se encontram ligados por uma mesma herança histórica, um idioma em comum e pela partilha da mesma visão acerca do desenvolvimento e da democracia.

Esta organização representa um símbolo dos laços de amizade e solidariedade entre todos os seus membros que, através da resolução pacífica dos diferendos, recorrendo sempre à via diplomática e à cooperação a nível social, cultural e económico, protegem os seus interesses em vários pontos do mundo

Partindo desta conceção inicial, os objetivos da CPLP resumiam-se essencialmente, em defesa da língua portuguesa como património cultural comum, que deve ser mantido e protegido, o que exigia a proteção de instituições criadas até então ou a criar para esse efeito, nomeadamente o IILP, na medida que a partir de 1999 as nações lusófonas viriam a acordar de que o IILP era uma prioridade estratégica, enquanto instrumento difusor da língua portuguesa (Santos, 2004, p. 4). Apesar de inicialmente não ter qualquer referência à componente securitária, a CPLP tinha bem definido e delineado os seus objetivos, que eram essencialmente voltados para áreas consideradas prioritárias, tais como a educação, saúde, justiça e a cultura.

No sentido de aprovar o orçamento anual da Comunidade e a definição das principais linhas de ação da recente organização, o Conselho de Ministros da CPLP, sob a liderança de Moçambique,[11] reúne-se pela primeira vez a 26 de setembro de 1996.

[9] Itamar Augusto Cautiero Franco presidente do Brasil entre 29 de dezembro de 1992 a 1 de janeiro de 1995.
[10] Os Estados fundadores da CPLP são: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A 1 de Agosto de 2002 Timor Leste ratifica o tratado de adesão e a Guiné Equatorial torna-se o 9º membro a 23 de Julho 2014.
[11] A indicação do primeiro secretário executivo da CPLP ficou entregue a Moçambique, com a nomeação de Marcolino Moco.

A CPLP é uma organização precoce e está numa face de construção e de consolidação. Com base na ilustração 2, conseguimos perceber que, apesar de ser extremamente recente, tem vindo a evoluir e a apostar em áreas relevantes.

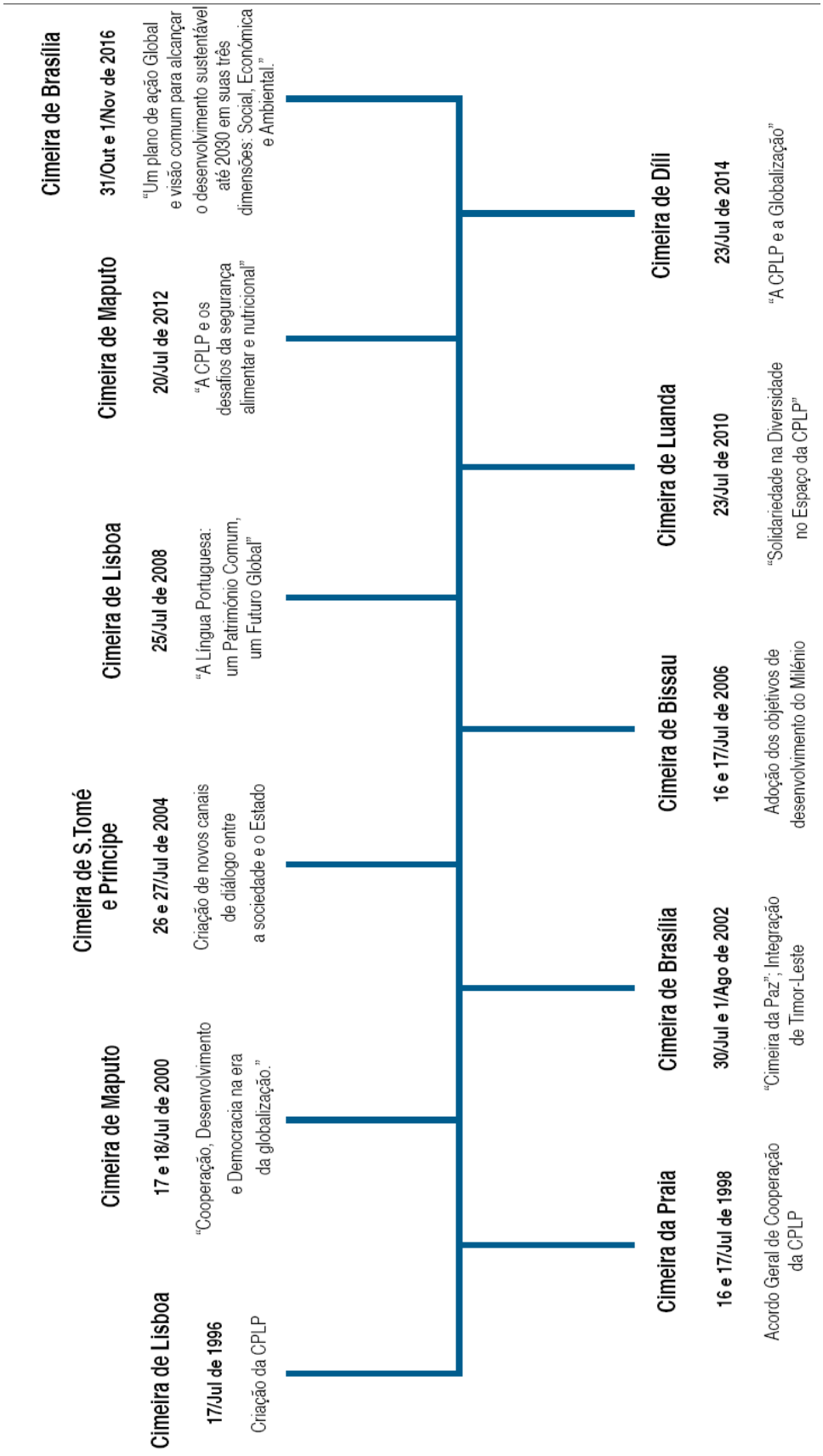

Ilustração 1 – Cronologia das Cimeiras da CPLP (Ilustração nossa, 2017)

3.2. ESTRUTURA

A Comunidade dos Países de língua Portuguesa é composta por um conjunto de órgãos tendentes a garantir toda a operacionalidade da instituição. A organização é dirigida por um secretariado executivo, órgão executivo da organização, e é da sua competência a implementação de todas as decisões aprovadas no âmbito da conferência de chefes de Estado e de governo, do conselho de ministros dos negócios estrangeiros e do comité de concertação permanente. São também suas competências planificar e assegurar a execução dos programas da organização, acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007 art.17 nº1). O secretariado é responsável por todo o planeamento e a execução dos programas da CPLP e deve participar nas reuniões dos diferentes órgãos da instituição. O secretariado executivo é liderado por um secretário executivo, considerada a personalidade máxima da organização, tendo como base a rotatividade pelos Estados-membros por ordem alfabética crescente. Aquele é eleito para um mandato de dois anos, podendo ser reeleito para mais um mandato de dois anos. Atualmente o secretário executivo é auxiliado por um Diretor-Geral[12] A sede do secretariado executivo localiza-se em lisboa[13] (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art.18).

Na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, órgão máximo, formado por chefes de Estado ou de governo de todos os Estados-membros, são debatidos as prioridades e os resultados da organização, e adotados os instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos estatutos, podendo delegar estes poderes ao Conselho de Ministros. É sua função a criação de instituições indispensáveis para o bom funcionamento da organização e compete-lhe eleger um Presidente da conferência e o secretário executivo da CPLP, de forma rotativa para um mandato de dois anos (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art.10 nº2). Reúne ordinariamente de dois em dois anos e extraordinariamente sempre que necessário, mediante o pedido de dois terços dos países membros. As decisões são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os membros;

[12] Cargo anteriormente desempenhado pelo Secretário Executivo adjunto que, com as revisões de São Tomé de 2002, Brasília de 2002, de Luanda de 2005 e de Bissau 2006, foi extinto e substituído por um Diretor-Geral

[13] Em setembro de 1996, aquando do primeiro conselho de ministros reunidos em Nova Iorque, Portugal assumiu as despesas da instalação e da implementação do Secretariado Executivo e daí o facto de ficar acordada a sua sede em Lisboa.

O Conselho de Ministros, representada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Externas dos Estados-membros, segundo os estatutos é da sua competência coordenar as atividades da organização, supervisionar o funcionamento e o desenvolvimento da comunidade, aprovar o orçamento da CPLP e do IILP, formular recomendações à conferência, elege de forma rotativa um presidente para um mandato de dois anos. O conselho de ministros reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que é solicitado por dois terços dos Estados-membros, e responde perante a conferência, devendo apresentar os respetivos relatórios. As decisões são igualmente tomadas por consenso comunidade (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art.12 nº2).

O Comité de Concertação Permanente é composto por um representante de cada um dos Estados-membros. É da sua competência acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP e acompanhar as ações levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. É coordenado pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. As decisões são também tomadas por consenso e, sempre que necessário, pode criar grupos de trabalho para auxiliá-lo nas suas tarefas (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art.14 nº2 e 3).

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é composta por setores responsáveis, nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação a nível da CPLP, e é dirigida pelo representante do Estado que detém a presidência. É da sua função assessorar os restantes órgãos da CPLP em todos os assuntos referentes à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Reúne duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que for solicitado por dois terços dos Estados-membros (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007 art. 20).

As Reuniões Ministeriais Sectoriais, onde comparecem representantes dos Ministérios e Secretarias de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados-membros. Compete-lhe coordenar, a nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos setores governamentais (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art.21).

A Assembleia Parlamentar da CPLP reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade. É da sua competência apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatuária e atividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos. Emite pareceres e tem direito a receber informações e documentação oficial dos órgãos da CPLP. Reúne para debater e analisar atividades e programas com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Diretor Executivo. A Assembleia Parlamentar da CPLP pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional. O Presidente da Assembleia Parlamentar é eleito por um período de dois anos não renovável e tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art. 15).

No 5.º Conselho de Ministros, realizado em 2005 na Cidade da Praia, a Comunidade estabeleceu como órgão adicional o IILP, destinado a fomentar e a difundir a língua portuguesa como património comum dos Estados-membros da CPLP. Goza de autonomia científica e administrativa, recebendo apenas orientações dos seus próprios órgãos, como por exemplo o Conselho Científico (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2007, art.16).

O Conselho de Ministros, na sua XII reunião ordinária, realizada em 2007 em Lisboa, estabelece a Assembleia Parlamentar da organização. Este órgão reúne os Parlamentos nacionais de todos os Estados-membros constituídos na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países. Compete à Assembleia Parlamentar avaliar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatuária e a atividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos; emite pareceres sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP; analisa e debate atividades e programas; emite relatórios, pareceres, propostas ou recomendações. A Assembleia Parlamentar para além destas competências pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, tal como designar enviados especiais para relatar assuntos de interesse para a Comunidade (XII reunião ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2007).

3.3. ARQUITETURA DE SEGURANÇA E DEFESA DA CPLP

O colapso do sistema capitalista permitiu a edificação de uma nova ordem mundial[14], que para muitos analistas de ciência política e de relações internacionais poria termo a uma longa fase da história marcada por conflito estratégico e ideológico, o que significaria a emergência de um novo período onde reinaria a paz, a estabilidade e a prosperidade no mundo (Fukuyama, 1999). Contudo, este era apenas um desejo, na medida que passou a existir uma convergência de opiniões de que a edificação desta nova ordem mundial conduziu a uma mudança estrutural do sistema internacional (Kagan, 2009 p. 23). Iríamos assistir ao regresso da concorrência internacional entre as grandes potências, na busca pela sobrevivência e pela defesa dos seus interesses. Porém, devido à criação de processos institucionalizados de participação e de tomada de decisões, as lutas políticas foram sendo reduzidas (Ikenberry, 2011, p. 279), o que por sua vez permitiu a diminuição dos conflitos interestatais. Esta nova realidade mundial possibilitou a multiplicação de atores internacionais, através do surgimento de novos atores que influenciam a política e a estratégia (Barrento, 2010, p. 41) e novas ameaças transnacionais que se manifestam em todo o mundo (União Europeia. Conselho, 2003), sobretudo em países do terceiro Mundo, onde as capacidades de previsão são mais fracas. Esta realidade induziu as organizações internacionais e os Estados a apostarem numa vertente mais cooperativa no domínio da defesa e segurança, com a adoção de um conceito de segurança mais abrangente e globalizado. É nesta perspetiva que a CPLP, embora não tivesse inicialmente presente na sua Declaração Constitutiva bem como nos seus estatutos este propósito veio a assumir as suas responsabilidades na promoção da segurança e desenvolvimento entre os países da comunidade, facto que deveria obrigatoriamente que passar por uma maior cooperação no domínio da defesa, tendo em conta que sem segurança não existe desenvolvimento e vice-versa. Ciente de que o continente africano é um espaço composto por dinâmicas de insegurança causados pelo crime organizado transnacional, a disputa por recursos marinhos e energéticos, riscos provenientes das alterações climáticas, o progressivo radicalismo religioso e os problemas internos de cada Estado-membro (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2015), a CPLP rapidamente foi obrigada a construir todo um edifício, que lhe proporcionasse capacidade para fazer frente aos problemas de insegurança.

[14] "Rumo a uma nova Ordem Mundial", discurso a uma sessão conjunta do congresso pelo presidente George H.W Bush, 11 de setembro de 1990.

A necessidade de uma cooperação na área da segurança e defesa começou a fazer sentido na sequência da primeira Reunião de Ministros da Defesa, realizada em 1998 sob a liderança de Portugal, com a presença dos países de língua oficial portuguesa (PALOP) e com o Brasil a assumir um estatuto de observador. Nesta reunião foram definidas as primeiras linhas de ação da futura cooperação de defesa da CPLP. Neste mesmo ano, esta nova postura da CPLP foi de imediato posto à prova, com as agitações internas que se faziam sentir na Guiné-Bissau. A resposta da CPLP foi rápida e eficaz com a constituição de um "Grupo de Contacto" ao nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores destinado a promover a resolução pacífica dos conflitos (Leal, 2011 p. 26), em coordenação com organizações regionais africanas (ORA) presentes no país, e com a ONU. Ainda no âmbito deste apoio à Guiné-Bissau, a CPLP comprometeu-se a implementar uma missão de "peacebuilding"[15]. Começava-se assim a desenhar toda uma arquitetura da componente securitária da CPLP, apostando em missões de carácter preventivo e de programas de acompanhamento eleitoral.

O desejo de evoluir para uma outra vertente de cooperação era mais uma vez notória com a assinatura na Cimeira da Praia (1998), do Acordo Geral de Cooperação e da constituição de mais uma Missão de Observação, desta vez, para apoiar a missão de observação eleitoral da ONU em Timor-Leste, a United Nations Mission in East Timor (UNAMET).

Apesar da eficácia e os bons resultados obtidos nestas duas experiências, na Guiné-Bissau e em Timor-Leste, somente no Conselho de Ministros da CPLP realizada a 31 de julho de 2001 é que é finalmente introduzida a componente de segurança e defesa nos objetivos da CPLP e enfim incluída nos estatutos da CPLP na Cimeira de Brasília de 2002. A partir daqui, foram criadas mais missões de observação eleitoral em Timor Leste em 2001 e em 2002 em São Tomé e Príncipe e no mesmo ano as eleições presidenciais novamente em Timor-Leste

Na Cimeira de São Tomé e Príncipe realizada a 27 de julho de 2004 destaca-se mais uma vez a disposição da CPLP para o estabelecimento de missões de observação de processos eleitorais, com missões para Moçambique em 2003 e para a Guiné Bissau

[15] "Ações em apoio de medidas e estruturas políticas, económico-sociais e militares destinadas a fortalecer e a solidificar acordos políticos de forma a corrigir as causas do conflito. Isto inclui mecanismos para a edificação e apoio de estruturas que tendem a consolidar a paz, desenvolvam o sentimento de confiança e bem-estar e apoiem a reconstrução económica" (Bernardino, 2007, p.)

em 2004. Aqui destaca-se a importância e a necessidade de se apostar numa cooperação mais profunda entre os Estados-membros a nível da segurança e defesa, e de preferência a nível preventivo pois são cada vez mais presentes e visíveis as dinâmicas de insegurança que une os países lusófonos. É neste contexto que, perante as constantes crises, é enviada uma nova missão, desta vez no âmbito da diplomacia preventiva para a Guiné-Bissau, liderada por Ramos Horta, para promover a estabilidade no país.

Na IX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, reunida a 15 de Setembro de 2006, é finalmente assinado o elemento estruturante desta nova cooperação, com a aprovação pelos Estados-membros do Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa que, segundo Bernardino, materializa uma cooperação multissectorial reforçada, participada e dinâmica (Bernardino, 2013 p. 232). O Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa define no seu art. 5.º os seguintes órgãos da componente de defesa da CPLP: Reunião de Ministros da Defesa Nacional, Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional, Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares, Centro de Análise Estratégica e Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2006 art. 5.º). Como principais instrumentos de ação temos os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série “FELINO” e o Protocolo de Cooperação.

3.3.1. INSTRUMENTOS DE DEFESA E SEGURANÇA DA CPLP

Com as ameaças a assumir cada vez mais uma vertente transnacional, possibilitando a proliferação de conflitos para regiões geográficas mais complexas, as questões de insegurança tornaram-se um fator de preocupação para os atores internacionais. A CPLP, para além de ser um espaço cultural, passou a assumir-se como uma instituição com responsabilidades securitárias.

Para uma melhor compreensão desta nova estrutura da CPLP, torna-se fundamental proceder a uma análise desta estrutura, de forma a perceber qual o seu contributo para a consolidação da cooperação no domínio da defesa.

3.3.1.1. REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E CEMGFA

A Reunião dos Ministros da Defesa Nacional (RMDN) é o principal órgão da componente de defesa da CPLP e é constituída pelos ministros da Defesa Nacional de todos os Estados-membros da Comunidade. É da sua competência apreciar a evolução do setor da defesa nos Estados-membros da CPLP; analisar as questões internacionais e as implicações que as mesmas possam ter para os Estados-membros da CPLP; discutir a e aprovar documentos relacionados com a componente de segurança e defesa da CPLP; determinar a realização e acompanhar o desenvolvimento dos Exercícios da série "Felino"; apreciar e aprovar propostas (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2006, art. 7.º). As reuniões realizam-se anualmente, baseando-se num sistema rotativo por ordem alfabética crescente, podendo ocorrer sempre que necessário reuniões extraordinárias. O Ministro da Defesa Nacional do país anfitrião é considerado o presidente deste órgão, com um mandato de um ano. A ele cabe dirigir e comandar a reunião (Comunidade de Países de Língua Portuguesa 2011, p. 1-2).

Relativamente às Reuniões de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas, para além de ser da sua competência das funções próprias, é sua função submeter à RMDN propostas no âmbito militar que considere importantes para a componente de defesa da CPLP e planear e determinar a execução dos Exercícios da série "Felino" (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2006, art.8.º). Esta Reunião é constituída por todos os CEMGFA dos países membros, realiza-se em paralelo com as reuniões ministeriais respeitando um sistema rotativo por ordem alfabética crescente, e é igualmente presidida por um presidente que é o CEMGFA do país que acolhe a reunião.

Assim sendo, podemos constatar que tanto a RMDN como a Reunião dos CEMGFA são espaços de discussão e de troca de ideias entre os Estados-membros e são ambos órgãos de decisão e de acompanhamento de ações desenvolvidas e a desenvolver a nível da defesa e da segurança, no sentido de contribuir para a evolução da componente de defesa e segurança da organização.

3.3.1.2. SECRETARIADO PERMANENTE DE ASSUNTOS DA DEFESA

O Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa (SPAD) surge em 1999, na sequência da declaração final da II RMDN, realizada na cidade da Praia. Segundo o artigo I do normativo do SPD, aprovado na III Reunião de Ministros da Defesa, realizada

em 2000 em Luanda, este órgão assume como principais competências "estudar e propor medidas concretas para a implementação das ideias de cooperação multilateral, identificadas no quadro da globalização..." (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2015). Este órgão está sediado em Lisboa, junto ao edifício do Ministério da Defesa Nacional (MDN). O SPAD é composto por um núcleo permanente e por dois delegados de cada Estado-membro da CPLP. A constituição do Núcleo Permanente é assegurada pelo MDN de Portugal, cuja estrutura é caraterizada pela existência de um Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, dois representantes da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e um representante do EMGFA portugueses (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2015).

3.3.1.3. CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA

O Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE) é um órgão de pesquisa, de estudo e de difusão de conhecimentos, no domínio da Estratégia com interesses para os objetivos da comunidade (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2015a, art.1.º). É composto por uma estrutura central sediada em Moçambique, composta por um Conselho Consultivo[16] e por um Diretor[17]. A estrutura descentralizada está sediada nos Estados-membros da CPLP e é constituída pelos núcleos nacionais do CAE/CPLP. Este órgão destina-se a promover pesquisas, reflexões e trocas de conhecimentos na área da defesa; promover estudo de questões estratégicas; promover intercâmbio com outros centros de estudos de interesse para a CPLP e promover a divulgação de estudos e documentos (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2015a, art.2.º)

3.3.1.4. EXERCÍCIOS MILITARES CONJUNTOS E COMBINADOS DA SÉRIE "FELINO"

Os exercícios da série "Felino" são o principal instrumento de prossecução dos objetivos da CPLP neste domínio da segurança e defesa, que se resumem essencialmente na vontade de participar em missões de apoio à paz e de ajuda humanitária. Estes exercícios têm como finalidade preparar uma força de tarefa conjunta e combinada para no caso de necessidade poder participar em missões de apoio à paz e de ajuda humanitária, quer a nível da CPLP como no âmbito das organizações regionais e sub-regionais sob a égide da ONU. Os exercícios tiveram o seu início no ano de 2000 e a

[16] Art.5.º (Conselho Consultivo) do estatuto do CAE/CPLP
[17] Art.6.º (Diretor) do estatuto do CAE/CPLP.

partir daí foram sendo realizadas anualmente, com base num sistema rotativo entre os Estados-membros. Os dois primeiros realizaram-se em Portugal, em 2002 realizou-se no Brasil, no ano de 2003 ocorreu em Moçambique, em 2004 em Angola, Cabo-Verde em 2005, Brasil em 2006. Este, segundo Luís Bernardino, foi o "maior exercício militar, envolvendo cerca de 950 militares, de todos os países com exceção de Timor Leste" (Bernardino, 2011, p. 50). Em 2007 teve lugar em São Tomé e Príncipe e em 2008 é realizado novamente em Portugal. Em 2009 ocorreu em Moçambique, 2010 em Angola, 2014 em Timor Leste, em 2015 mais uma vez em Portugal e em 2016 Cabo-Verde acolheu o último exercício Felino. O próximo exercício da série Felino está previsto para 2017 no Brasil.

3.3.1.5. REUNIÕES DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

As Reuniões dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) destinam-se a avaliar e a analisar a evolução do sector da defesa nos Estados-membros, as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional desses países e produzir subsídios para as reuniões dos MDN da CPLP. Têm ainda outras finalidades, como apresentar propostas a submeter a apreciação à reunião dos MDN da CPLP; contribuir para que os estudos multidisciplinares produzidos a nível do CAE/CPLP tenham aplicabilidade nos Estados-membros, tendo em conta as realidades nacionais e regionais; proceder à troca de experiências entre os órgãos de política de defesa nacional, a nível dos Estados-membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2006, art.9.º). Em 2008 realizou-se a 1. Reunião dos DPDN em Timor-Leste e, desde então, as reuniões têm sido realizadas anualmente, antecedendo as da RMDN.

3.3.1.6. REUNIÕES DE DIRETORES DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES MILITARES

As Reuniões de Diretores dos Serviços de Informações Militares realizam-se sempre que necessário para debater assuntos relacionados com a vertente militar de interesse para a componente da defesa e segurança da comunidade. Aqui são feitas trocas de informações de interesse para a organização e processa-se a troca de experiências entre os serviços de informações militares dos Estados-membros. O protocolo de cooperação define como suas principais competências produzir sínteses sobre a situação vigente nos Estados-membros da CPLP e sobre a situação internacional e regional com implicações para a os países da organização lusófona; estabelecer troca

de informações de interesse para a organização, em conformidade, com as normas acordadas pelos MDN/CPLP e à troca de experiencias entre os serviços de informações militares dos Estados-membros.

3.4. CPLP E AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

> É enquanto país europeu e membro da União Europeia que Portugal deve ser lusófono e é enquanto país lusófono e membro da CPLP que Portugal tem de ser europeu e membro da União Europeia. […] Este exemplo seria válido para Angola na SADC, Moçambique na Commonwealth, Guiné e Cabo-Verde na CEDEAO, Timor na ASEAN, Brasil no Mercosul etc…[18]
>
> (Pereira, 2009)

O colapso do sistema bipolar possibilitou a alteração do cenário de relação de forças e a uma nova configuração e caracterização da cena internacional, dantes dominada pelos Estados como principais atores em palco, para passar a assistir não à emergência, mas sim à inclusão de novos protagonistas, que assumiram de imediato uma liderança na agenda internacional. Deste modo, assistiu-se a novas formas de relacionamento internacional, permitindo a participação das grandes organizações internacionais e regionais nos maiores debates. Com o mundo cada vez mais complexo, explicada pelo surgimento de novas ameaças e de novos riscos, é claramente percetível as fragilidades dos Estados, que isoladamente são incapazes de enfrentar estes perigos. Com o auxílio da globalização as ameaças assumiram uma vertente mais transnacional, pondo em causa as fronteiras físicas e administrativas dos países. Esta nova realidade levou a uma partilha de responsabilidades e deveres, assistindo-se a uma maior preocupação com a segurança mundial, o que permitiu a definição de um conjunto de mecanismos diplomáticos para a prevenção e gestão de crises no mundo.

É nesta nova dinâmica securitária que África veio constituir-se numa preocupação global. África, continente heterogéneo, composto por um mosaico de etnias, culturas e religiões, com um historial de instabilidade e de conflitos que, por vezes, ultrapassam as próprias fronteiras africanas, explicado, numa determinada perspetiva, por ser bastante subpovoado, transportando em si um conjunto de problemas difíceis de ultrapassar, alguns dos quais podem originar a situações de catástrofes humanitárias. Além de que África é caracterizado pelas potências externas como sendo um importante

[18] Intervenção do Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira no Fórum da Lusofonia, realizada a 21 de janeiro de 2009 em Lisboa, cujo tema era "A importância estratégica da CPLP no mundo global"

instrumento estratégico, devido à abundância de matérias-primas, nomeadamente no sector energético, cujas fontes são cada vez mais cobiçadas por potências externas, numa altura em que a diversificação de fontes de energia é condição necessária para a riqueza e sobrevivência das Nações e sobretudo para a afirmação dos Estados num Sistema Internacional, cada vez mais competitivo. A perceção desta realidade permitiu com que África se tornasse num ator em mutação, cada vez mais ativo, através da União Africana, como legítimo representante dos países africanos nos maiores debates do mundo e pelo seu valor financeiro com economias emergentes, grandes riquezas e terras férteis. É nesta sequência que têm vindo a surgir inúmeras entidades políticas destinadas a promover segurança na região, sendo considerados como pilares da segurança em África. É neste contexto que a CPLP é encarada como representante dos países que partilham a mesma língua. Composta por um conjunto de países distribuídos por diferentes continentes, onde cada um se encontra inserido no seu bloco regional, faz da CPLP um espaço geoestratégico, que procura defender os interesses dos seus países em diversas partes do mundo. Como refere Domingos Simões Pereira, "a constituição de blocos em África é algo inevitável, porém não significa com isso que põe em causa o projeto lusófono" (Pereira, 2009, p.6.). Pelo contrário, esta dispersão geográfica da CPLP, com a integração dos seus países em diversos espaços de cooperação regionais - os seis países africanos na UA, a Guiné-Bissau na União Económica e Monetária do Oeste africano (UEMOA), o Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Timor Leste na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Angola e Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC) -, quando bem aproveitada, esta característica incomum da CPLP pode tornar-se numa porta aberta para uma série de oportunidades e vantagens para a instituição, bem como para os próprios países lusófonos, na medida em que vai possibilitar o estabelecimento de uma rede de contacto e de interesses, de forma a permitir a defesa dos interesses da comunidade em diferentes pontos do planeta, o que mais uma vez confirma vocação internacional da CPLP. Como argumenta Murade Isaac Murargy (Murargy 2013, p. 2), esta dispersão dos países da CPLP contribui para a "riqueza da diversidade cultural, expansão da língua comum e para uma cooperação multifacetada e intensiva". Neste sentido, CPLP apresenta-se assim, como sendo uma plataforma de comunicação privilegiada e um veículo de interligação entre diversos espaços do mundo.

Na Cimeira da Praia, realizada a 17 de julho de 1998, os Estados-membros da organização consciencializaram-se da importância de assumir uma postura mais

assertiva em relação à condenação de conflitos. Esta postura surge na sequência das convulsões que se faziam sentir na Guiné-Bissau. Perante a gravidade da situação interna em Bissau, a comunidade resolveu apoiar o país na resolução pacífica dos diferendos. Esta viria a ser a primeira linha orientadora desta nova postura da comunidade lusófona, com a criação de um grupo de contacto. É neste âmbito de diplomacia preventiva que a CPLP procurou concertar posições e aliar-se a outras ORA, em especial com a OUA, a CEDEAO, e a ONU. Este facto viria posteriormente a refletir-se na assinatura e aprovação da Declaração sobre Paz, Desenvolvimento e Futuro da CPLP, confirmando assim algo que já vinha sendo debatido desde 1998, ou seja, a aptidão da comunidade em colaborar com outros organismos regionais, ao confirmar que a UA é um parceiro credível e privilegiado, a ter em conta.

Na Cimeira de Bissau intitulada "os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e Contribuições da CPLP" (16-17 de Julho de 2006), face ao crescente clima de instabilidade vivido na Guiné-Bissau e em Timor-Leste, é mais uma vez reafirmada a importância e a necessidade de se proceder a uma efetiva cooperação com outras organizações consideradas, como pontos de apoio para a promoção da estabilidade, o apoio ao desenvolvimento essencialmente através da erradicação da extrema pobreza, das doenças e o apoio à "boa governação" dos países africanos. Este aspeto explica a coordenação cada vez mais profunda de organizações, internacionais ou de estados isoladamente, com as ORA e com Estados africanos. Estes atores externos tornaram-se parceiros credíveis no apoio ao desenvolvimento e segurança em áfrica, especialmente devido à postura assumida na "Cimeira do Milénio", realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque, na sede da ONU, com a definição de mecanismo e instrumentos concretos tendentes a diminuir os níveis de extrema pobreza até 2015.

A existência de elevados números de conflitos regionais no continente africano impulsionou a integração de Estados em organizações regionais, pois vai permitir a partilha de custos, o que explicou a cooperação estratégica entres estas organizações com as demais instituições internacionais presentes no mundo. Tendo a CPLP assumido como objetivo assumir um maior protagonismo em África, procurou aliar-se a estas instituições e assim poder contribuir para a estabilização, construção e manutenção da paz e segurança no continente.

3.4.1. UNIÃO AFRICANA

Em 2002 a Organização de Unidade Africana (OUA), que então representava os Estados africanos desde 1963 e que serviu de apoio às lutas pela descolonização, é substituída pela União Africana (UA). Esta nova instituição assume-se mais eficaz e diferente da sua antecessora, começando desde logo por definir um objetivo mais ambicioso, que consistia em promover a união dos povos e não apenas a integração regional de Estados. Consciencializando-se de que para garantir essa união dos povos é necessário proceder a uma efetiva proteção dos direitos humanos, os líderes africanos[19] passaram a demonstrar uma maior vontade e desejo em assumir responsabilidades na resolução dos seus próprios problemas, de forma a criar um ambiente mais seguro, propício ao desenvolvimento (Aboage, 2005). Esta nova postura da UA permitiu a definição de uma nova estrutura tendo como modelo de base a estrutura da UE.

A complexidade do mundo gerada pela emergência de novos perigos e a alteração do panorama dos conflitos, nomeadamente no continente, possibilitaram por um lado o desenvolvimento de uma arquitetura para a paz e segurança em África e por outro, permitiram a evolução da lógica de soberania, de não interferência nos assuntos internos dos Estados e a integridade territorial dos países defendida pela antiga OUA para uma visão de livre intervencionismos em situações consideradas de extrema gravidade tais como crimes de guerra e genocídios. Neste contexto, a UA rapidamente estabelece um quadro institucional designado de Conselho de Paz e Segurança (CPS), criado na primeira sessão ordinária da Assembleia da UA, realizada em Durban a 9 de julho de 2002. Porém, só entra formalmente em vigor a 25 de maio de 2004. De acordo com o protocolo da sua constituição é considerado um órgão de decisão permanente para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. O CPS deve ser um acordo coletivo de segurança e de aviso prévio para facilitar uma resposta rápida e eficiente às situações de conflito e crise na África[20], levando assim, segundo Adebajo a uma situação de batalha para África (Adebajo, 2002, p. 472). Como refere Bernardino, o CPS

[19] A UA é atualmente composta por 53 Estados: África do Sul, Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, República do Chade, Congo, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, Ruanda, Saara Ocidental, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe. A Mauritânia suspensa após o golpe de Estado de 2008 e Marrocos não faz parte porque o Sahara Ocidental foi aceite como membro. Cinco destes membros fazem também parte da CPLP.

[20] Tradução livre da autora. No original ""a standing decision-making organ for the prevention, management and resolution of conflicts. The PSC shall be a collective security and early-warning arrangement to facilitate timely and efficient response to conflict and crisis situations in Africa."

tem como principais funções promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente, através de um mecanismo de alerta precoce e de diplomacia preventiva, operações de apoio à paz, consolidação da paz e reconstrução pós-conflito, ações de ajuda humanitária e de gestão de catástrofes (Bernardino, 2007, p.139). Assim, o CPS prevê o estabelecimento de um Sistema Continental de Alerta Antecipado, o Continental Early Warning System (CEWS), em cooperação com outros organismos sub-regionais, em especial a CEDEAO e a SADC, e em ligação com as Nações Unidas, promovendo deste modo uma maior partilha de informações e de esforços para alcançar um bem comum.

A organização é igualmente dotada de um Parlamento Pan-Africano, órgão legislativo, onde são gerados e geridos orçamentos indispensáveis para manter toda a estrutura da organização, onde se fomenta a harmonização das políticas de integração regional e se emitem pareceres sobre temas de interesse continental.

Dotado de uma estrutura operativa e congregando em si todos os países africanos, com exceção de Marrocos, baseia-se na ideia defendida por Ikenberry de que a criação de instituições reduz a possibilidade de ocorrências de conflitos entres países da mesma organização, na medida que vai atribuir direitos e vai limitar o exercício de poder. Portanto os países africanos encontram na UA um meio que permite a redução de lutas políticas e por outro lado, os Estados e as organizações não africanos, nomeadamente a CPLP, vêm na UA um parceiro credível para desenvolver políticas africanas (Bernardino, 2007, p. 142). A UA define assim como prioridades de ação a prevenção e a resolução de conflitos no continente e assim promover o desenvolvimento dos países africanos. Nesse sentido a UA adota em 2003 a Força Africana de Prontidão (African Standby Force - ASF) para abordar os desafios de segurança em África. Esta é uma força composta por contingentes multidisciplinares em prontidão, com componentes civis e militares, pronto a atuar sempre que a segurança é posta em causa. A ASF torna-se assim uma componente da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA). A ASF foi dividida em cinco zonas regionais, confirmando com isso o quadro de cooperação existente entre a UA e as ORA.

3.4.2. COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

A cooperação regional na África ocidental é garantida pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Fundada em 1975, o objetivo inicial seria a

supressão das barreiras protecionistas do mercado, com a eliminação das restrições de comércio intrarregional. No entanto, tendo em conta as características e as vulnerabilidades da região ocidental de África, a organização rapidamente demonstrou interesse em alargar a sua área de atuação. Neste sentido, a partir de 1991, começa por adotar todo um conjunto de mecanismos para fornecer um quadro normativo abrangente para confrontar as ameaças que se impunham de forma permanente e preventivo. Em 1993, o tratado que instituiu a comunidade foi revisto, passando a fazer parte integrante do seu estatuto a responsabilidade de prevenir e gerir conflitos, assumindo desde então um carácter supranacional. A CEDEAO é reconhecida por possuir a principal arquitetura de paz e segurança do continente. As violentas guerras civis decorrentes neste espaço geográfico impulsionaram o desenvolvimento de uma estrutura que visa mitigar, dissuadir e prevenir o ressurgimento de violência. Este fato possibilitou à CEDEAO dispor de uma vertente político-militar, ou seja, uma força militar de paz, o Ecowas Monitoring Group (ECOMOG). A constituição deste "braço armado" faz da CEDEAO o único organismo sub-regional africano que dispõe de um sistema de defesa integrado, com capacidade de intervir em palcos de crise fora e dentro da região ocidental. Durante os anos 1990 esta força interveio em três palcos de crise: na Libéria (1990-1997), na Serra Leoa (1993-2000) e na Guiné-Bissau (1998-1999). Porém, os erros cometidos durante estas missões e, sobretudo, a persistência de conflitos armados na região levou a que a organização acordasse pela criação em 1999 de um novo mecanismo, o Conselho de Mediação e Segurança, e, em 2003, de uma unidade contra a proliferação.

A constituição da CEDEAO deixa cair por terra a divisão que existia entres países francófonos, anglófonos e lusófonos, que passaram a estar ligados por um elemento comum, a mesma moeda, o franco CFA com a criação da UEMOA.

A CEDEAO apresenta uma vantagem comparativa em relação às restantes ORA nas questões de segurança regional, porque, para além de dispor de um claro líder, a Nigéria, que perante a sua dimensão territorial e as capacidades económicas e militares, é considerada uma potência regional, que se mostra disponível a comprometer recursos e tropas para a manutenção da paz na região. Por outro lado, a CEDEAO demonstra uma clara vontade política em transformar uma organização regional de Estados numa comunidade de segurança no continente, postura confirmada nas crescentes intervenções em palcos de crises, com intuito sobretudo de acabar ou atenuar os efeitos de guerras civis. A evolução do seu braço armado e o importante papel supranacional

da CEDEAO no estabelecimento de normas regionais de comportamento e negociação e o estabelecimento de acordos com outros parceiros externos em nome da estabilidade local proporcionaram a esta organização um inquestionável protagonismo em África. Sem esta liderança seria praticamente impossível imaginar a relação destes países, apesar de todos os obstáculos que se impõem, pois nem todos os Estados comungam das mesmas ideologias e do mesmo significado de direito.

O golfo da Guiné dispõe de enormes recursos em hidrocarbonetos, fundamentais para responder às necessidades energéticas globais. As recentes descobertas de reservas de petróleo no Gana, no Mali, na Guiné-Bissau e na Costa do Marfim indicam que quase todos os países da CEDEAO apresentam grandes depósitos de petróleo e gás. Além destas riquezas, a área do golfo da Guiné é também rica em recursos marinhos, e de preciosos minerais naturais, como, por exemplo, urânio, ouro, diamantes e titânio e um exuberante cinturão de florestas tropicais da Guiné aos Camarões.

Apesar de dispor destas imensas riquezas naturais, a região apresenta vulnerabilidades decorrentes da sua própria localização geográfica O maior problema da África ocidental prende-se com a segurança marítima, que é bastante precária, pois as capacidades são limitadas, e existe pouca ou nenhuma vigilância, o que torna a região bastante vulnerável às várias formas de atividades criminosas, onde o tráfico de droga constitui a ameaça mais próxima e séria para a sua segurança. Este facto deve-se à sua proximidade e ao acesso fácil às Américas. A junção de todos estes fatores tornou a África ocidental uma área apetecível dos barões de droga latino-americanos que procuram zonas menos protegidas para fazer chegar a droga à Europa e à América do Norte. Somente em 2007, as forças de segurança apreenderam mais de 6 toneladas métricas de cocaína nas águas territoriais, portos marítimos e aeroportos de países como a Guiné-Bissau, Cabo-verde, Gana, Nigéria, Mauritânia e Senegal. Aliás, agentes de segurança de alguns destes países foram presos por colaborar com os barões de droga (United Nations Office on Drugs and Crime, 2007). Por estes motivos, a CEDEAO está atualmente a apostar nas capacidades de prevenção de conflitos particularmente nos domínios de alerta precoce e diplomacia preventiva. Coopera estritamente com a UA no desenvolvimento de um sistema de alerta continental antecipado. Ainda a este nível e no âmbito da componente African Standby Force da UA é criada a Ecomog Standby Force (ESF), composta por unidades militares e civis dos Estados-membros para observação, monitorização e a implantação de missões a nível preventivo e

humanitário, além das tradicionais funções da CEDEAO de manutenção da paz dentro e fora do espaço ocidental.

3.5. IMPORTÂNCIA DO CORREDOR ATLÂNTICO SUL

A CPLP tem vindo a tornar-se um importante vetor de política externa ao dispor dos Estados-membros, que, face à posição estratégica de que os seus países dispõem, constitui um excelente instrumento de demonstração de poder e influência, tanto a nível regional, nomeadamente no continente africano, como a nível internacional, nos maiores palcos internacionais.

A Comunidade dispõe de uma privilegiada disposição geográfica, onde os países signatários se encontram unidos por três oceanos, tornando a organização uma essência do poder marítimo. É composta por países costeiros, com vastas áreas marítimas, com Portugal a apresentar uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da UE. Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe flanqueiam as duas margens do Atlântico sul. A CPLP é composta por três Estados insulares (Timor-Leste, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) e três Estados com arquipélagos (Guiné-Bissau, Portugal e Moçambique). Esta favorável posição geográfica da CPLP, quando bem aproveitada, irá possibilitar a salvaguarda dos interesses dos países lusófonos, pois, como já referia Mahan, o desenvolvimento do poder marítimo e de todas as atividades e recursos marítimos proporciona o aumento da prosperidade e da afirmação internacional de um país (*apud* Ribeiro, 2010 p. 6). Perante este facto, o mar surge assim como uma oportunidade de afirmação a nível regional, continental e mundial dos países da CPLP, numa altura em que o acesso a recursos energéticos é uma luta constante travada pelas grandes potências. Embora seja indiscutível a importância e sobretudo as vantagens desta dimensão marítima dos países da CPLP, contudo, é igualmente inegável os perigos que esta realidade apresenta, tendo em conta que, face à nova tipificação dos conflitos, com as ameaças à segurança a transitarem para o interior dos países e mais recentemente para os mares (Bernardino, 2011 p.), os países do Atlântico sul devem de ser capazes de definir mecanismos tendentes a acabar ou diminuir estes perigos. É neste contexto que, perante a nova geopolítica das ameaças, a assumirem cada vez mais uma dimensão global, e a incapacidade dos Estados africanos em assegurarem o controlo e a defesa das suas costas, as organizações surgem como meios para apoiar e dar respostas às fraquezas dos Estados. Assim, uma organização só será eficaz quando for capaz de

defender e de dar respostas aos problemas dos seus membros, e, por isto, a CPLP deverá acrescentar à componente cultural, todas as relevantes questões relacionadas com o mar.

Neste sentido, o Atlântico sul, apesar do seu potencial estratégico, consiste num espaço com desafios securitários relacionados com o crime organizado transnacional, nomeadamente a pirataria, o tráfico de drogas e de pessoas, os conflitos regionais e a disputa por recursos marinhos e energéticos, tornando-se num espaço onde a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar. É neste contexto que, a 21 de março de 2010, em Lisboa, foi realizada a primeira reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP. Nesta reunião foi dado um passo significativo nesta matéria, com a aprovação pelos responsáveis governamentais pelos assuntos do mar dos Estados-membros da Estratégia da CPLP para os Oceanos. Estavam assim lançadas as bases para promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais (Declaração final da I Reunião dos Ministros dos Assuntos do mar da CPLP, 2010, p. 1).

Para garantir e aprofundar a cooperação dos países da Comunidade nesta matéria, a declaração final desta reunião aprovou uma série de medidas como a elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP; a cooperação para a pesquisa sobre Recursos Minerais nos fundos marinhos; a cooperação para o desenvolvimento dos respetivos projetos de extensão da plataforma continental, da investigação científica e proteção ambiental; a criação de um Observatório de Informação Estratégica Marítima para facilitar a identificação das áreas estratégicas de interesse comum aos Estados-membros da CPLP no âmbito da segurança e vigilância marítima. Por fim, com o objetivo de promover atividades ligadas ao mar, ficou prevista a criação de uma Feira do Mar da CPLP. Ficou acordada a necessidade de criar na próxima reunião dos ministros dos assuntos do mar da CPLP a criação de um Centro de Estudos Marítimos da CPLP, e, face à importância desta matéria, foi reafirmada a necessidade de nomear um Embaixador de Boa Vontade da CPLP para os Oceanos (1.ª Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, 2010, p. 2-3).

Desde então, foram sendo realizadas de dois em dois anos as Reuniões dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, de forma a aprofundar a cooperação dos países da Comunidade para esta importante vertente, na medida em que, face à posição geoestratégica dos países da CPLP, é-lhe atribuído reconhecimento internacional,

nomeadamente nesta era em que o acesso a recursos marinhos e energéticos é um privilégio usufruído por poucos. Quando bem aproveitado, este fator proporciona a estes países imensas riquezas, possibilitando assim um forte desenvolvimento económico. Contudo, importa referir que, apesar das oportunidades económicas que daí decorrem, estes fatores, quando mal aproveitados, podem gerar mais situações de conflitos e de ameaças, que por vezes estão aliados à incapacidade dos Estados lusófonos em controlar as suas vastas costas marítimas, ficando à mercê de crimes como a pirataria, o que acaba por ter implicações na estabilidade do país e da região.

Assim sendo, os Estados-membros da CPLP devem ser capazes, com apoio da organização, de definir estratégias e mecanismos para fazer valer a sua autoridade dentro do seu espaço marítimo, só assim conseguem garantir segurança dentro das suas fronteiras.

3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA

A ligação histórico-cultural entre diferentes povos ditou a constituição de uma entidade que integrasse todos os países de língua portuguesa. Apesar de ser um sonho bastante antigo, só em 1996 é que se concretizou efetivamente a sua criação. Esta comunidade é caracterizada por uma vertente cultural que visa a promoção e a difusão da língua portuguesa. Contudo, face ao novo paradigma securitário, caracterizado pela emergência de novos atores e de novas ameaças transnacionais, as organizações internacionais e regionais foram obrigadas a apostar na cooperação no domínio da segurança e defesa. Perante esse prepósito, a CPLP, embora não fosse seu objetivo inicialmente defendido aquando da sua criação, rapidamente procurou definir mecanismos de prevenção e resolução de crises, através da criação de instrumentos de cooperação na vertente da segurança e defesa que estariam à disponibilização da organização e dos seus Estados-membros, para que, caso necessário, pudessem intervir na prevenção ou na resolução de conflitos intraestatais, isoladamente ou em coordenação com outros atores globais. Este facto permitirá a defesa dos interesses dos países lusófonos nos diversos pontos do planeta, onde estão presentes interesses da comunidade. Esta nova postura da CPLP ficou consolidada após a realização em Portugal da 1.ª Reunião de MDN, onde se estabeleceram as primeiras linhas orientadoras da futura cooperação no domínio da defesa da comunidade E foi posta em prática pela primeira vez na guerra civil guineense, onde um grupo de militares das

Forças Armadas liderado por Ansumane Mané protagonizou um golpe de Estado contra o presidente Nino Vieira, que reagiu recorrendo ao apoio das forças senegalesas.

Portanto, a participação da organização na resolução de conflitos internos dá-se com a crise politica na Guiné-Bissau. A partir desta altura, a CPLP viu a necessidade de juntar à componente cultural uma vertente de segurança e defesa, destinada a promover o diálogo e a inclusão de uma componente de diplomacia preventiva, com a instituição de missões de observação eleitoral e de concertação político-diplomática, apostando sempre no diálogo. Deste modo, é correto afirmar que a Guiné-Bissau constituiu o laboratório político da CPLP, desempenhando pela primeira vez o papel de ator político com o intuito de estabelecer contatos com as partes em confronto. O sucesso alcançado nesta primeira experiência permitiu à CPLP ganhar uma maior visibilidade política a nível interno e externo e a integrar a Guiné-Bissau na sua agenda de trabalho.

Contudo, apesar deste facto, a CPLP é essencialmente uma instituição cultural criada e vocacionada para a promoção da língua e da cultura lusófona como património cultural, sendo que a componente de segurança e defesa resultou apenas das circunstâncias históricas. Tendo em conta que, devido às alterações introduzidas no mundo, com a multiplicação de ameaças e de atores não convencionais e consequentemente o 11 de setembro houve que redefinir estratégias, agora tendentes a combater o terrorismo e às novas ameaças. As constantes crises político-militares na Guiné-Bissau serviram de teste para esta nova postura, pois a CPLP encarou bem este desafio e possibilitou a sua projeção no mundo, enquanto instituição de carácter cultural que se preocupa com a estabilidade dos seus membros. Com efeito, desta constante presença da Guiné-Bissau na agenda de trabalho da CPLP e verificando que apesar da existência igualmente de problemas sérios noutros países da CPLP e tendo em consideração que a organização só interfere nos assuntos internos dos países a pedido dos mesmos, a pergunta que se impõe é o que será da componente de segurança e defesa da CPLP caso a Guiné-Bissau venha a estabilizar-se? Partindo da ideia que nem todos os países aceitam esta ingerência nos assuntos internos, é importante referir que a única organização com autonomia e legitimidade para intervir de forma imediata e autónoma em palcos de crise é o Conselho de Segurança das Nações Unidas. As restantes organizações só intervirão mediante um pedido dos respetivos Estados, caso contrário pode incorrer uma situação de ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos.

A Guiné Bissau está permanentemente presente nas agendas de trabalho da CPLP porque, perante a incapacidade das autoridades guineenses em resolver internamente os seus conflitos, pede o apoio da CPLP, o que não se verifica noutros países da CPLP. Portanto, a ingerência da CPLP resulta da vontade manifestada pelos guineenses para tal. A pergunta que se poderá colocar é: será que os restantes países da Comunidade estão totalmente estabilizados, facto que poderia explicar esta fraca interferência da CPLP noutros países da CPLP?

4. GUINÉ-BISSAU: O PEQUENO PAÍS LUSÓFONO DA ÁFRICA OCIDENTAL

> "Querem nos fazer adotar o sistema importado da democracia estranha à nossa realidade atual, onde funciona a gestão do poder dos confrontos. Desprezando a nossa própria realidade concreta".[21]
>
> *Kumba Yalá*

Neste capítulo trata-se da componente prática desta dissertação. Pretende-se de forma resumida identificar os principais fatores e processos causadores do permanente desequilíbrio do país. E consequentemente abrir caminho para uma reflexão acerca da eficácia da CPLP, enquanto organismo que representa os Estados de língua portuguesa nos maiores fóruns internacionais e sobretudo refletir sobre o papel que esta instituição assume ou poderá assumir em defesa dos interesses dos seus Estados e com isso garantir a sua proteção face às ameaças internas e externas e deste modo promover o desenvolvimento sustentável desses países.

4.1. BREVE HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

Apresentamos agora um pequeno resumo da história da Guiné-Bissau, a sua caracterização a nível da população e território e o seu enquadramento geopolítico. Assim, compreenderemos as causas da atual situação política e social do país e a sua constante presença na agenda de trabalho da CPLP, bem como dos restantes parceiros.

A República da Guiné Bissau é um pequeno país da África Ocidental, situado entre a República do Senegal e a República da Guiné-Conakry. É rodeado de países francófonos. É composto por uma parte continental e uma outra parte insular, o arquipélago dos Bijagós, perfazendo assim, uma área total de 36125 km^2.

Em termos populacionais, a população total da Guiné-Bissau é de 1.792.338 habitantes (Central Intellegence Agency, 2017), distribuída por todo o território nacional e apresentando uma taxa de crescimento anual de cerca de 2%. A população é composta por diversidade étnica, que tem vindo a ser atenuada pela partilha de uma história comum, onde estão presentes aspetos de mestiçamento, a coexistência regional e pela própria luta de libertação nacional, que promoveu uma coesão nacional, na defesa de um objetivo que era partilhado por todas as etnias e religiões do país.

[21] Declaração de Kumba Yalá (*apud* Nóbrega, 2008, p. 147)

O Estado independente da Guiné-Bissau nasceu a 24 de Setembro de 1973, com a declaração de independência proferida por João Bernardo Vieira na Assembleia Nacional Popular (ANP): "Reunida na região libertada do Boé a 24 de Setembro de 1973, exprimindo a vontade soberana do povo, a assembleia popular proclama solenemente o Estado da Guiné-Bissau" (Silva, 1997 p.136). O novo Estado foi reconhecido de imediato por oitenta países, porém Portugal só viria a reconhecer a sua independência a 10 de setembro de 1974, pondo assim fim ao violento e prolongado conflito armado contra a potência colonial.

Luís Cabral torna-se o primeiro presidente da Guiné-Bissau já libertada e independente, que governará até 1980, ano em que é deposto na sequência de um golpe militar liderado por Nino Vieira que se torna presidente do país entre 1980 e 1999. Em junho de 1998, o país mergulha numa profunda crise política depois de um golpe protagonizado por uma junta Militar (Junta Militar para Consolidação da Democracia, Paz e Justiça) liderada pelo então brigadeiro Ansumane Mané, que tinha sido destituído do cargo de chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), acusado de desviar armamento para os rebeldes separatistas de Casamansa (região fronteiriça entre a Guiné-Bissau e Senegal). Contudo, esta não foi a única e a verdadeira causa do conflito, tendo em conta que o país estava a atravessar uma situação de profundas dificuldades económicas devido à adesão em maio de 1997 à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), que provocou uma difícil situação económica e social do país. Após 11 meses de conflito, a crise político-militar terminou com a assinatura do acordo de Abuja a 1 de novembro de 1998, que previa a entrada de uma força externa, a ECOMOG, para auxiliar no cumprimento do acordo de paz. Com o exílio do presidente Nino Vieira para Portugal, a governação do país ficou entregue a um Governo de Unidade Nacional, tendo como Presidente da República Malam Bacai Sanhá e como Primeiro-ministro Francisco José Fadul. A adoção de uma nova constituição a 7 de julho de 1999 permitiu a realização de eleições gerais, que levaram ao fim do Governo de Unidade Nacional e à eleição de Kumba Yalá como novo presidente do país. A partir daqui, vamos assistir pela primeira vez a uma tentativa de "etnização" da vida política guineense, algo que deixara de ser normal na sociedade guineense, tendo em conta que as etnias e as religiões sempre conviveram pacificamente entre si. Kumba Yalá, para romper com a lógica do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC), procurou mobilizar à sua volta a sua própria etnia, os balantas. Com isso, pretendia transformar a etnicidade num fator de luta política. Este facto provocou um forte descontentamento dentro do seu

partido, o Partido de Renovação Social (PRS), que não se identificava com a política definida por Yalá. O ambiente de crescente descontentamento social viria posteriormente a culminar em 2003 num novo golpe de Estado, agora liderado por Veríssimo Correia Seabra. Henrique Rosa assume interinamente o poder até às eleições de 2005. Nesta altura, "Nino" Vieira regressa do exílio e é reeleito, definindo como objetivos do seu mandato promover o desenvolvimento do país e sobretudo promover a reconciliação nacional entre a sociedade civil e os seus dirigentes políticos e militares. Porém, este desejo não veio a concretizar-se devido ao seu assassinato em março de 2009, logo após o atentado à bomba que levou à morte do CEMGFA Tagma na Wae. A administração do país ficou encarregue a um governo de transição liderado por Raimundo Pereira, até às eleições de junho de 2009. Para satisfação da comunidade internacional, Malam Bacai Sanhá é eleito. Todavia, este clima de entusiasmo é interrompido com a emergência de um novo golpe de Estado. Com a morte do PR, o país é novamente liderado por um governo de transição chefiado por Raimundo Pereira.

Desde a guerra civil de 7 de junho, tem-se assistido no país a sucessivas crises político militares, consubstanciadas em tentativas bem ou mal sucedidas de golpes de Estado, que destruíram as poucas estruturas ainda existentes no país. Os pequenos períodos de estabilização e de acalmia, então verificadas ao longo da história da Guiné-Bissau, pouco ou nada serviram para mudar a imagem pessimista do país que era então desenhada externamente. Garantir a confiança da comunidade internacional era algo difícil de conquistar, daí o fraco investimento externo no país.

Assim sendo, podemos afirmar que a presente situação interna do país, caracterizada por uma forte instabilidade, é resultado de problemas do passado mal resolvidos e feridas nunca cicatrizadas, que acabariam por ter implicações na atual governação. Toda a caracterização social e política do país é consequência direta e indireta da guerra civil de 1998-1999.

4.2. GUINÉ-BISSAU: UM ESTADO FRÁGIL ABENÇOADO PELA NATUREZA

Na sequência da resumida análise histórica, geográfica, política, social e económica da Guiné-Bissau, fazemos agora uma abordagem acerca das potencialidades de desenvolvimento que o país apresenta. De forma a melhor compreender os motivos pelos quais não alcança o tão desejado progresso económico, tendo em conta as

grandes riquezas de que dispõe, esta secção conterá uma reflexão sobre os fatores que condicionam o seu desenvolvimento económico, social e político.

Como ponto de partida para a análise da presente situação da Guiné-Bissau, é de grande importância proceder à definição de conceitos de Estado e de Estado falhado, como forma de compreender qual o atual estatuto da Guiné-Bissau. Para isso partimos da definição proposta por Marcello Caetano, que entende como Estado *"*um povo fixado num território, de que é senhor, e que dentro das fronteiras desse território institui, por autoridade própria, os órgãos que elaborem as leis à vida coletiva e imponham a respetiva execução" (Caetano *apud* Pinto, Correia e Seara, 2008 p. 61). Com base nesta definição, podemos sublinhar que as principais funções de qualquer Estado é garantir segurança, justiça e Bem-estar económico e social. É da responsabilidade do Estado garantir segurança dos seus cidadãos através da defesa da integridade territorial, a proteção da liberdade dos seus cidadãos. Quando um Estado não é capaz de exercer na plenitude estas funções, então estamos na presença de um Estado falhado, como aponta Fukuyama um Estado falhado

> […] é aquele que não tem capacidade institucional para implementar e impor políticas, muitas vezes induzida por uma falta subjacente de legitimidade de sistema. Normalmente, devido a inoperância destes Estados em lidar com os seus assuntos internos, é passível de perder a sua soberania, na medida em que os problemas acabam por afetar de que maneira à segurança internacional (Fukuyama, 2006, p. 105).

Estes Estados tornam-se assim um terreno fértil para a instalação de um conjunto de atividades criminosas, que constituem uma barreira para o seu desenvolvimento.

Partindo desta lógica, desde 2005, o relatório do Índice dos Estados frágeis (IEF), do Fund for Peace, tem vindo a avaliar os países com base em doze indicadores sociais, económicos e políticos, com a finalidade de identificar o grau de vulnerabilidade dos países e os riscos de violência num período de um ano.

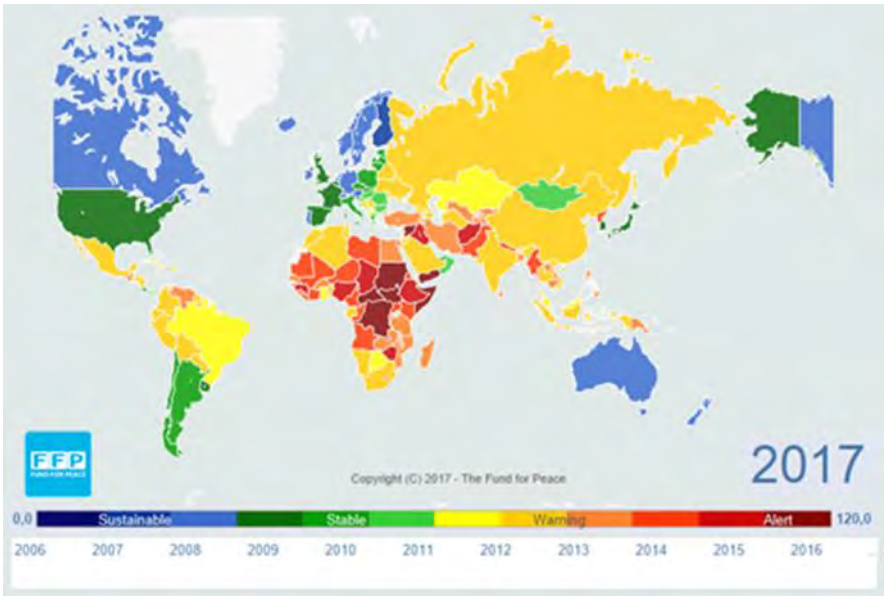

Ilustração 2- Índice dos Estados Falhados. (fund for peace, 2017)

Os países que se encontram na zona vermelha são os designados de “alerta, FSI de 90 ou mais”, a zona laranja é de “aviso, FSI de 60 ou mais”. Neste sentido é notório que os Estados considerados falhados são aqueles que vivem em constante conflito interno e que por esse motivo, a autoridade nacional é incapaz de responder às necessidades básicas do seu povo, nomeadamente no que toca à segurança, saúde e educação e sobretudo pela incapacidade de ter o monopólio do uso exclusivo da força dentro do território. Porque existem forças que exercem coerção dentro de determinadas áreas do território por eles controlados. Como aponta Sanhá os Estados falhados são todos aqueles que apresentam uma fraca capacidade económica; dentro do território estão presentes conflitos étnicos e religiosos; existe uma falta de controlo sobre todo o território, porque as decisões políticas não são reconhecidas pela maioria da população e são alvos fáceis para atividades criminosas e terroristas (Sanhá, 2012, p. 26)

A edição de 2017 do relatório coloca a Guiné-Bissau na 16ª posição dos países mais frágeis do mundo (Messner, 2017). Contudo, se se proceder a uma análise minuciosa dos Estados que compõem a lista dos Estados mais falhados do mundo e tendo em consideração as definições e os elementos característicos dos Estados falhados acima mencionadas, podemos ousar afirmar que a Guiné-Bissau, embora extremamente fraco não se assemelha a Estados como a Somália ou o Afeganistão, onde é visível a inexistência do aparelho de Estado. Um Estado falhado não tem controlo sobre a totalidade do seu território, o que não se verifica com a Guiné-Bissau, que é detentora de um efetivo controlo populacional na região continental do país. O que acontece é a

incapacidade de controlar sobretudo o conjunto das suas ilhas, que acabam por se tornar zonas apetecíveis para a instalação de redes de crime organizado; um Estado falhado caracteriza-se pela sua total incapacidade de fornecer serviços de primeira necessidade (saúde, educação e justiça) aos cidadãos, na Guiné-Bissau, embora com grandes dificuldades procura responder às necessidades dos seus cidadãos, dentro das suas possibilidades financeiras. Na Guiné-Bissau não existe um vazio da legitimidade do poder político. Por estes motivos, a Guiné-Bissau deve ser considerada um Estado bastante frágil, porque apesar de todos os obstáculos procura definir políticas e mecanismos para ultrapassar os sérios problemas sociais, políticos e económicos.

Apesar desta posição que tem vindo a ocupar durante estes anos, do ponto de vista das suas potencialidades a Guiné-Bissau apresenta uma vasta costa marítima, com cerca de 300 quilómetros de extensão, com inumerosas e ricas espécies marinhas. Possui a mais vasta plataforma continental da África Ocidental. Apesar de apresentar estas grandes riquezas marítimas, facto que poderia potenciar um forte crescimento económico do país, a Guiné Bissau pouco ou nada é beneficiada por este potencial, devido à incapacidade de controlar e proteger as suas frotas, nomeadamente da pirataria, que se verifica com regularidade nesta região. Os recursos minerais são constituídos essencialmente por depósitos de bauxite no sudeste do país, de uma capacidade estimada em mais de duzentos e cinquenta milhões de toneladas de mineral. Segundo a Premier Oil[22], existem indicações da existência de um potencial de exploração petrolífera offshore, precisamente nas zonas costeiras. Existem também indícios da presença de ferro, minerais calcários, fosfatos e outros minérios.

A caracterização do clima, tropical-húmido, composto por duas estações, a seca e a das chuvas, sendo a época das chuvas bastante intenso e abundante entre os meses de Maio a Outubro, faz com que o país apresente uma floresta tropical, com enorme potencial agrícola para a cultura do arroz, da mancarra, do coco e principalmente a cultura do caju, apresentando assim um enorme potencial em relação à sua dimensão territorial e à totalidade da sua população. Contudo, apesar desta pretensão, atualmente o país apresenta uma monocultura absoluta, concentrada exclusivamente na produção e na exportação da castanha do caju, como principal fator de rendimento do Estado e das famílias guineenses. Com isto, podemos apontar como principais recursos do país a agricultura, a pesca e as florestas, que lhe permitem apresentar uma grande qualidade

[22] Premier Oil Company é uma empresa privada de exploração e produção petrolífera. Atualmente é considerada como sendo uma das principais empresas de energia.

das suas madeiras, reconhecidas internacionalmente entre as espécies de madeira tropicais de maior valor.

Muito para além destas riquezas e belezas naturais de que a Guiné-Bissau dispõe, a verdade é que o país enfrenta uma dura realidade, que perdura desde a sua independência, tornando-o mais vulnerável à instalação de redes de tráfico de droga, branqueamento de capitais e imigração clandestina (Correia, 2008 p. 87). Podemos apontar várias causas para o constante desequilíbrio da Guiné-Bissau. Antes de mais importa referir que todos os setores da atividade económica têm contribuído, uns mais e outros menos, para o desequilíbrio das estruturas do Estado. O país é extremamente dependente do setor primário, a agricultura é o principal setor de atividade do país, porém a produção nacional é insuficiente para abastecer o mercado interno, tornando-o extremamente dependente do exterior. Por outro lado, a pouca exportação que ainda existe apresenta-se pouco diversificada e competitiva, o que coloca o país numa situação de desvantagem em relação aos restantes concorrentes internacionais. Toda esta situação deve-se sobretudo à falta de apoio aos agricultores, à falta de infraestruturas de base, nomeadamente a falta de armazenamento e de transporte (Sousa, 2012). Apesar das grandes potencialidades no sector pesqueiro, a verdade é que este pouco ou nada tem contribuído para o desenvolvimento económico do país. É claramente percetível a falta de infraestruturas de apoio, a falta de mão-de-obra qualificada, problemas de financiamento e sobretudo a falta de incentivos políticos, considerada primeiro passo para qualquer avanço a nível de produção interna (Sousa, 2012). Os recursos florestais são pouco aproveitados e a produção é pouco diversificada. O que assistimos é uma situação de sobre-exploração, causada pelos métodos agrícolas tradicionais. A comunhão de todas estas dificuldades faz da Guiné-Bissau um país com sérios problemas económicos, onde a maioria da população vive numa situação de extrema pobreza. As infraestruturas são poucas ou quase inexistentes, as que ainda persistem foram deixadas pela potência colonial.

Apesar de todos estes problemas internos, acresce ainda fatores externos ao Estado, que deteriora a situação interna do país. A Guiné-Bissau enfrenta dinâmicas de insegurança, ameaças enraizadas na região que depois acabam por ter reflexos na governação do país impedindo-o de se libertar deste ciclo vicioso de instabilidade. O posicionamento geoestratégico da Guiné Bissau faz com que o país fique à mercê de atividades criminosas, nomeadamente o tráfico de drogas. Contudo, não significa com isto que a Guiné-Bissau seja um país produtor ou consumidor de droga. A questão que

se prende é o facto que devido à falta de controlo efetivo sobre todo o território, e aqui referimo-nos principalmente ao conjunto de ilhas habitadas e não habitadas, torna a Guiné-Bissau um estado "trampolim", ou se preferirmos, um país de armazenamento temporário de droga, que depois é distribuída para os países de consumo, nomeadamente para o continente europeu e americano.

Para países pobres e frágeis como a Guiné-Bissau o tráfico de droga tem sido encarado como uma fonte de receita, por esse motivo é constantemente utilizado como ponto de trânsito para o tráfico internacional de droga. Por esse motivo a UNODC, começou a trabalhar com o país, no sentido de promover o fortalecimento da segurança e da justiça nacional, de forma a proteger o país do tráfico ilícito de droga e do crime organizado. (United Nations Office on Drugs and Crime, 2007). Importa referir, que o atual relatório da UNODC já não dá tanto ênfase (em comparação ao relatório de 2007) à importância estratégica da Guiné-Bissau enquanto rota de trânsito de droga, porém o perigo ainda persiste e é real, o que justifica esta situação é a efetiva diminuição de apreensões de droga (United Nations Office on Drugs and Crime, 2017)

Toda esta situação de extrema fragilidade da Guiné-Bissau e o efeito dominó expansivo que lhe está associado, levou a comunidade internacional, nomeadamente os parceiros regionais e a União Europeia, a definir um conjunto de estratégias tendentes a apoiar o país a ultrapassar estes problemas, na medida em que os países da África ocidental constituem no seu todo, uma ponte para a Europa. Daí que a realidade securitária deste país e desta região, não pode simplesmente ser ignorada.

4.3. MISSÕES EXTERNAS NO SECTOR DA SEGURANÇA E DEFESA NA GUINÉ- BISSAU

A última secção desta dissertação destina-se a analisar a RSS na Guiné-Bissau e aborda a forma como as organizações internacionais e regionais intervêm neste país. Pretendemos com isto analisar em que medida a CPLP contribui ou poderá contribuir para a realização desta reforma, considerada como necessária para a estabilização do país e indispensável para o seu desenvolvimento, e assim contribuir para o reforço das capacidades securitárias da CPLP. Neste sentido, este capítulo tem como objetivo central analisar o esforço da CPLP em resposta aos problemas do país e assim responder à pergunta de partida, que consiste em perceber em que medida a CPLP é ou não um eficaz instrumento de reforço de segurança dos Estados-membros.

Como já foi anteriormente referido, a Guiné Bissau é um Estado bastante frágil, caracterizado por constantes momentos de instabilidade político-militar, o que acaba por se tornar um obstáculo à paz e ao desenvolvimento sustentável do país, tendo em conta, que apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento. Mediante este facto e tendo em consideração de que a fragilidade dos Estados torna-os vulneráveis à instalação de redes criminosas que põem em causa a segurança da região e do mundo (União Europeia. Conselho, 2003), a Guiné-Bissau tornou-se um fator de preocupação mundial, cada vez mais presente nos maiores debates internacionais. Ninguém é indiferente a esta realidade, tanto a sociedade civil, como as autoridades da Guiné-Bissau, e a comunidade internacional, nomeadamente a UE a ONU, CPLP e Portugal, como principal parceiro bilateral, concordam de que a RSS é a melhor forma para se ultrapassar os difíceis problemas que têm estado a assombrar o país desde a sua independência (Carvalho, 2010, p.52).

Antes de entrar na análise das intervenções externas no sector de segurança e defesa, torna-se importante apresentar uma definição do conceito de RSS. Embora não exista uma única definição universalmente aceite, optamos por apresentar uma definição proposta pelas Nações Unidas: Antes de debruçar na análise das intervenções externas no setor de segurança e defesa, torna-se importante apresentar uma definição do conceito de RSS. Embora não exista uma única definição universalmente aceite, optamos por apresentar uma definição proposta pelas Nações Unidas, que define a RSS como sendo

> Um processo de avaliação, revisão e implementação, bem como de monitorização e avaliação, liderado pelas autoridades, e que tem como objetivo o reforço da segurança eficaz e responsável do Estado e da sua população, sem discriminação e com total respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito. (*apud* Nascimento e Rodrigues, 2012 p. 28).

Assim, a RSS surge como uma solução para os problemas de segurança, no sentido que possibilita a transformação das instituições do Estado e com isso cria um ambiente seguro, capaz de responder às necessidades reais e imediatas da população. É neste contexto que a RSS tem sido encarada, como um instrumento ao dispor dos Estados e da comunidade internacional para a estabilização dos Estados frágeis ou fracassados, que não têm capacidade para exercer as suas principais funções por falta de capacidade técnica e de falta de legitimidade ou autoridade para exercer tais funções. Várias foram as iniciativas levadas a cabo na tentativa de proceder à reforma do setor de segurança,

na Guiné-Bissau, porém só a partir da crise 1998/1999 é que se consciencializou da sua verdadeira necessidade (Roque, 2009).

Compreender o contexto em que foi criado o Estado soberano da Guiné Bissau é o primeiro passo para se compreender a atual situação política, social e militar do país e daí definir políticas e soluções que possam de facto ajudar a Guiné a ultrapassar os seus problemas. O Estado independente da Guiné-Bissau resultou de uma forte mobilização do país para a defesa de um objetivo que era partilhado e comungado por todos, que consistia em libertar a Guiné-Bissau do domínio colonial português (Gomes, 2010). Pessoas que sem nenhuma qualificação e preparação aprenderam a guerrear e a desenvolver uma estratégia de guerrilha, como já referia Cabral "não temos militares, mas sim militantes armados" (Cabral, 1974). As chamadas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) foram assim criadas no congresso de Cassacá, em 1964.

> Era necessário encontrar formas apropriadas para mobilizar os nossos camponeses, em vez de utilizar termos que a nossa população não consegue compreender. Nunca mobilizamos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso, falámos uma linguagem direta e acessível a todos […] e servimo-nos inclusivamente de certos casos concretos que as pessoas conheciam: indivíduos que tinham sido tocados porque o colonialismo tinha agido mal, mas que não sabiam o que era o colonialismo português. (Cabral *apud* Nóbrega, 2003 p. 196).

Portanto, assim, que se alcança a independência, assiste-se à preponderância de uma força dentro do Estado. Este é o elemento crucial da história da Guiné-Bissau, não foi o Estado da Guiné-Bissau que criou as Forças Armadas, mas o inverso, as Forças Armadas nacionais já existiam antes da proclamação da independência. Aliás foi graças à sua luta que se conquistou a soberania nacional, daí a primazia que era concedida desde o tempo da luta armada até à atualidade. Sempre que são postas em causa essa primazia e essa preponderância das Forças Armadas na condução do país ocorrem golpes de Estado e graves violências, que por vezes culminam em assassinatos de importantes figuras do Estado. As Forças Armadas guineenses são vistas como atores políticos (Sousa, 2009, p. 21) e mesmo como principais atores do país que, face ao papel desempenhado na luta de libertação (1963-1974) e das alianças que daí resultaram, são detentoras de uma série de regalias, o que lhes confere preponderância dentro da sociedade guineense. Logo defendem que não podem ser simplesmente marginalizados da governação e da partilha de riquezas de um Estado onde tiveram um papel central na sua criação. Embora desarmados, os antigos militantes armados,

depois da independência, viriam a constituir um perigo real para a segurança do novo Estado. Este é o facto que explica a instabilidade crónica e a cultura de conflito enraizada na liderança guineense, que maior parte das vezes tem origem nas Forças Armadas. O colonialismo português deixou de ser o inimigo da Guiné-Bissau. Os próprios guineenses passaram a ser inimigos do seu próprio país. Com a revisão constitucional de 1991, as FARP deixaram de ser um braço armado do PAIGC para se tornarem nas Forças Armadas da Guiné-Bissau. Contudo como aponta Nóbrega "a abertura política procurou que cada um seguisse o seu caminho. Que os políticos despissem as fardas e que os militares se desligassem da política. Mas não é assim tão simples: a democracia pode obrigar a despir a farda mas não o passado nem a ligação às armas." (Nóbrega, 2015 p. 106). O facto de as Forças Armadas terem sido criadas para defender um objetivo político explica a componente política de que dispõem e as constantes interferências na vida política, sustentada na lógica de que a sua bravura e luta permitiu a independência da Guiné-Bissau. Esta foi a justificação para muitos ou mesmo todas as sublevações que ocorreram ao longo da história da Guiné-Bissau.

A atual configuração do setor de defesa "é uma herança longínqua da luta de libertação nacional" (Guiné-Bissau. governo, 2006 p. 6). O recenseamento militar[23] realizado em 2008 caracteriza as Forças Armadas em forma de pirâmide invertida, ou seja é constituída essencialmente por oficiais superiores de idade avançada, muitos deles antigos combatentes da luta armada e por oficiais subalternos. Esta situação acaba por se refletir na formação dos oficias e na inadaptação dos mesmos às novas tecnologias, levando à existência de uma força armada envelhecida, pouco formada e incapacitada. O elevado número de oficiais dentro das Forças Armadas tem vindo de igual modo a prejudicar o orçamento de Estado guineense, na medida que não podem faltar salários a pessoas que têm em sua posse armas, que sempre que o entenderem podem ser utilizadas contra o próprio Estado. Para além destes fatores, podemos acrescentar ainda a inexistência de equipamentos, uniformes, meios de comunicação, meios de transporte, equipamento militar e quartéis desapropriados, que contribuem grandemente para a falta de produtividade das forças de defesa (Sousa, 2013, p. 73). Acresce ainda o fator étnico na caraterização das forças de defesa, que na sua maioria são constituídas pela etnia balanta, facto que conduz a uma situação de conflito étnico dentro das Forças Armadas. Como explica Adelino Handem:

[23] Recenseamento realizado pela empresa Semlex em abril de 2008.

> [D]esde a luta de libertação que a maioria das Forças Armadas pertencem ao grupo étnico balanta. Isto acontece devido a dois fatores principais. Primeiro, os balantas representam o maior grupo étnico do país, ou seja 30% do total da população. Em segundo lugar, com a sua estrutura hierárquica, horizontal, de poder e o facto de se restringirem ao nível mais baixo da sociedade colonial, juntaram-se ao movimento de libertação em grande número, especialmente em áreas rurais (Handem *apud* Sousa, 2013, p.73).

Esta situação foi igualmente favorecida pela política de Kumba Yalá de favorecimento da etnia balanta, como explicado na seção anterior. O forte envolvimento de oficiais das Forças Armadas no narcotráfico (United Nations Office on Drugs and Crime, 2007) contribui de igual modo para a desestabilização do país. Partindo da lógica de que o narcotráfico gera milhões, portanto é uma fonte de enriquecimento, estas redes criminosas aproveitam-se de Estados mais frágeis economicamente para corromper as suas autoridades e, com isso, utilizar o país como rota de trânsito de droga.

Relativamente às Forças de Segurança é visível que apesar de não terem estado envolvidas nos conflitos patrocinados pelas Forças Armadas, participaram nas iniciativas de caráter político liderados por estas. A existência de várias forças policiais e serviços distribuídos por variados ministérios prejudica igualmente o orçamento de Estado guineense. Esta é uma força envelhecida, resultante da falta de recrutamento periódico. As Forças de Segurança são mal distribuídas por todo o território, são pouco qualificadas, têm fraco nível de formação, precárias condições de trabalho e de material, o que reflete no seu desempenho, no alto nível de corrupção e de abuso de poder, conduzindo a uma situação de descrédito total na população que é alvo dos excessivos abusos de poder (Guiné-Bissau. governo, 2006, p. 6).

Perante este contexto e a evidente desorganização e indisciplina da componente militar e policial da Guiné-Bissau, a RSS é encarada como condição sine qua non para os problemas guineenses. A reforma do setor de segurança e defesa na Guiné-Bissau começou a ser percecionada a partir de 2006, na sequência da definição da "Estratégia Nacional para a Restruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança", documento que veria posteriormente a ser aprovado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) em 2008. O documento define objetivos e orientações para a reforma do setor de Segurança (forças policiais), Defesa (Forças Armadas) e Justiça.

Embora existam circunstâncias favoráveis para a sua realização, devido à larga concordância que existe entre as autoridades nacionais guineenses, relativamente à sua importância e necessidade para a estabilização do país, a verdade é que se

colocam um conjunto de dificuldades e desafios que dificultam a implantação, a condução e o sucesso da reforma. Em primeiro lugar, deve haver um compromisso sincero e verdadeiro entre os diferentes setores do país, nomeadamente no que toca às Forças Armadas, consideradas o setor mais forte e poderoso, a que cabe a última palavra , para além da coordenação de ações, com vista a pôr fim a este ciclo vicioso de conflitos, devendo haver uma consciência plena de que a única forma para se alcançar esse objetivo é através de uma reforma clara, profunda e imediata do setor de segurança e defesa, pois esse setor é o epicentro da instabilidade política guineense. Para além da importância de reunir todos os recursos necessários para a sua implementação, é fundamental que a RSS seja bem percebida pela totalidade dos cidadãos, tendo em consideração de que o seu sucesso dependerá da forma como vai ser recebida por estes, uma vez que a população em geral será direta ou indiretamente atingida por essa reforma. Caso não se verifique esse consenso e aceitação nacional, a RSS poderá simplesmente despoletar uma nova ronda de instabilidades e violências (Gorjão e Seabra, 2010 p. 70). Neste sentido, é, portanto, essencial que toda a população seja bem informada e educada sobre o seu significado, a sua importância e dos impactos que dela decorrem. Daí a importância de elaboração de mecanismos de sensibilização, educação e informação para a reforma, pois só assim a RSS poderá ser compreendida por todos e produzir os efeitos esperados. Por outro lado, este campo deve ser considerado como sendo uma área extremamente sensível e complexa do país. E que qualquer tipo de alterações aí introduzidas sejam elas negativas ou positivas, terão reflexos no status quo existente. Assim deve ser encarado de forma delicada e paciente (Sousa, 2013, p.30).

Uma RSS exige, em primeiro lugar, a realização de processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de antigos combatentes. Com isto é importante referir que a RSS deve estar acompanhada da DDR e que ambos os processos devem ser incluídos nas agendas de governação de países mais frágeis ou saídos de uma situação de conflito, devendo haver uma articulação entre ambos os processos. Contudo, é importante apontar que devem ser tratados em campos opostos e de maneira diferente, na medida que são dois ramos distintos. (Observatoire de l´Áfrique, 2008, p. 3)[24]. A RSS é um útil instrumento para prevenir conflitos em países mais fracos ou em situações de pós-conflito, e que procura dar a esses países capacidades para

[24] O Observatoire de l'Afrique é um grupo de reflexão euro-africano, que reúne pesquisadores, operadores e decisores políticos para debater assuntos como a segurança e desenvolvimento.

responder às suas necessidades de segurança interna e externa. A RSS não tende apenas a estabilizar os Estados, olha também para a segurança e o bem-estar das pessoas, na medida em que, como foi anteriormente referido, o atual conceito de segurança olha também para o bem-estar individual das pessoas e não apenas para a segurança do Estado.

O problema que se coloca aos processos de reforma do setor de segurança e defesa é que na sua maioria são concebidos sem uma análise antecipada e sem conhecimento prévio das origens dos problemas dos países onde se destinam esses processos. Deste facto incorre por vezes a definição de políticas que por vezes vêm a demonstrar-se descontextualizados à situação real do país. É fundamental um conhecimento prévio e profundo da situação de facto do país. No caso particular da Guiné-Bissau, a ineficácia dos processos de reforma devem-se num primeiro momento pela falta de conhecimento detalhado do perfil dos problemas (Observatoire de l'Afrique, 2008) e pela falta de perceção do valor que a farda representa para essas pessoas, a realidade guineense é muito mais complexa do que aquela que é percecionada externamente (Entrevista nossa, 2017). Além de que, devido à situação de extrema pobreza, muitos deles não têm outra alternativa senão continuarem a serem militares. Neste sentido, há que ter em conta de que nesses países os militares detêm uma forte influência e controlo sobre o poder político e que funciona a lógica de que quem controla os militares controla o país. Os processos de DDR e RSS vão ter implicações diretas no equilíbrio de poderes, logo não serão processos fáceis de implantar e de desenvolver. Assim sendo, a simples redução de efetivos não é suficiente para garantir o sucesso desses processos, pois é fundamental que se proceda à criação de fontes alternativas de poder, tanto a nível político como económico, só assim podendo garantir-se a eficácia dos processos de reforma. Caso contrário, as tentativas de reforma podem simplesmente levar a mais situações de confronto e conflito, como ocorreu na Guiné Bissau aquando do golpe de estado de 1 de abril de 2010. Contrariando todas as expectativas e o clima de otimismo demostrado através das declarações externas então proferidas pelo PM, Carlos Gomes Júnior, e pelo Vice- Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, António Indjai, onde afirmam que o país estava preparado para proceder à reforma do setor de segurança e defesa, o Major-general António Indjai com o apoio do Contra-Almirante José Américo Bubo Na Tchuto protagonizaram um golpe militar, que mais uma vez quebrou a confiança que estava sendo conquistada interna e externamente.

As dinâmicas regionais é um outro ponto a ter em conta nos processos de reforma. Os programas de RSS tendem apenas a concentrar-se nos problemas internos dos Estados frágeis descurando o panorama regional onde esses países estão inseridos. É fundamental ter consciência de que as fronteiras em África são voláteis e que crises numa vizinhança próxima, num espaço de tempo muito curto podem rapidamente emigrar para um outro país vizinho, sem dar tempo para que esses países definam mecanismos para evitar essas situações. Estando a Guiné-Bissau inserida num espaço africano com influência atlântica, é possível encontrar linhas de instabilidade vindas do norte de África, da África subsariana e do Médio Oriente, regiões onde estão presentes conflitos étnicos, religiosos ou territoriais que, associados às ameaças mais próximas à Guiné-Bissau como por exemplo, terrorismo e o narcotráfico, acentuarão as vulnerabilidades deste país.

O número elevado e envelhecido de efetivos, a falta de treinamento aliada à falta de recursos, a resistência em aceitar inovações, e a falta de cumprimento da lei (Observatoire de l´Afrique, 2008, p. 5) ditaram a definição de uma estratégia nacional para a RSS em 2006, pelas autoridades guineenses. Este facto comprova o desejo que as lideranças guineenses demonstram em desenvolver uma efetiva reforma. Esta estratégia reúne um conjunto de medidas para a restruturação e reorganização do setor de segurança e defesa, na medida que a presente configuração deste setor se apresenta desenquadrada das características, da dimensão e das reais necessidades do país. Os programas de DDR e de RSS devem ser definidos para os guineenses, baseado na sua contextualização histórica, cultural e a sua inserção regional, e com a participação efetiva dos guineenses. Ou seja, os programas devem ser sempre desenvolvidos em cooperação com as autoridades nacionais no terreno.

A comunidade internacional sempre demonstrou um compromisso sério com a Guiné-Bissau. Contudo devido aos laços históricos e de amizade existentes, Portugal sempre demonstrou especial solidariedade para a causa guineense, embora pouco ou nada possa fazer isoladamente, restando-lhe apenas a função de exercer pressão para a resolução da situação interna. Esta solidariedade à causa guineense foi confirmada em 2006 com o estabelecimento de um grupo de contacto, presidido por Portugal e pela CEDEAO. Partindo do ponto de que o objeto de estudo é a CPLP e que a pergunta de partida consiste em perceber em que medida uma estrutura como a CPLP é ou não um eficaz instrumento de reforço de segurança dos Estados-membros, podemos considerar que a nível da reforma da RSS, a CPLP deve concertar posições e trabalhar em conjunto

com todos os seus Estados-membros, incluindo com a Guiné-Bissau e com os restantes parceiros regionais de forma proceder a uma análise aprofundada acerca dos motivos que levaram ao fracasso das anteriores tentativas de reforma, no sentido, de evitar a repetição dos mesmos erros nas futuras tentativas de RSS. A CPLP deve assumir uma postura mais proactiva no apoio à reforma. Essa postura pode ser consubstanciada, por exemplo através da definição de estratégias para a Guiné-Bissau ou através da realização de estudos sobre a situação de facto da Guiné-Bissau. Só nessas condições haverá capacidade para auxiliar o país na definição de novas políticas. Contudo, devido à natureza da CPLP e ao seu carácter multiregional, para garantir legitimidade nas suas ações, a organização terá que coordenar posições com organismos sub-regionais presentes no território. Para tal, terá que aprofundar relações com a CEDEAO porque, apesar da consciência que a Guiné-Bissau tem acerca da importância da CPLP e dos laços que os une a esta organização, a verdade é a Guiné-Bissau dá preferência à organização sub-regional onde está inserida.

4.3.1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O presente contexto de globalização obrigou a ONU a assumir como principal objetivo promover a paz no mundo. Para tal, definiu e adotou instrumentos que permitissem garantir o cumprimento dessa função. Através do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a ONU passou a dispor de todos os instrumentos legais e práticos necessários para intervir em qualquer palco de crise, com intuito de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacional. Neste sentido, a ocorrência da guerra civil guineense em 1998 e as atrocidades cometidas durante esse conflito ditaram o envolvimento das Nações Unidas na causa guineense. Assim a primeira intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) na Guiné-Bissau surge na sequência da Resolução 1216 (1998), onde se exortava a necessidade do cumprimento dos acordos de paz então estabelecidos, a retirada das tropas estrangeiras e a realização de eleições, apelando à coordenação de ações entre a CPLP e a CEDEAO através do seu braço armado, a ECOMOG, para restaurar a paz e preparar o país para a realização de eleições gerais (United Nations. Security Council, 1998). Na sequência disto, a 6 de Abril de 1999, foi aprovado a Resolução 1233 (1999), que previa a criação de uma missão de construção da paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), para facilitar o cumprimento dos acordos de paz, nomeadamente o acordo de Abuja de 26 de Agosto de 1998, que levou ao fim do conflito político-militar, auxiliar no estabelecimento de condições para a realização de eleições através do apoio nos esforços de reconciliação nacional, e assim

criar um ambiente estável que permitisse a realização de eleições livres e justas (United Nations. Security Council, 1999)). A continuada situação de instabilidade, gerada então por motins dentro do aparelho militar, deixou cair por terra o otimismo então existente, dando lugar a um sentimento de desconfiança e de perceção de que a verdadeira origem da instabilidade na Guiné-Bissau residia sobretudo nos militares e que a consolidação da paz na Guiné-Bissau deveria passar por uma reforma no setor de segurança e defesa. Este facto justificou a aprovação da Resolução 1580 (2004) de 22 de Dezembro de 2004, recomendando o planeamento e a implementação de um reforma militar e o prolongamento do mandato da UNOGBIS até 31 de dezembro de 2008, de forma a permitir que a UNOGBIS contribuísse nos esforços nacionais de erradicação do tráfico de drogas (United Nations. Security Council, 2004). Nesta altura, as competências da UNOGBIS centraram-se sensivelmente na promoção do diálogo político, com vista a promover a reconciliação nacional. Para além disso, eram suas tarefas a assistência na implementação da RSS, o apoio às autoridades nacionais no combate ao crime organizado, a ajuda na realização de eleições legislativas em 2008, a promoção pelo respeito pela lei e pelos direitos humanos, o apoio nos esforços que estavam a ser desenvolvidos para travar a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre e, finalmente, ajudar na mobilização da assistência internacional e melhorar a cooperação com a UA, a CEDEAO, a CPLP, a UE e os restantes parceiros externos. (United, Nations. Department of Political Affairs Division, 2008 p. 98-104). A Resolução 1876 (2009) de 26 de Junho de 2009 previu novamente o prolongamento do mandato da UNOGBIS até 31 de Dezembro de 2009 (United Nations Security Council, 2009), altura em que foi substituída pelo Escritório Integrado de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, a UNIOGBIS. Esta nova missão teria a duração inicial de um ano, e estaria em estreita coordenação com a UA, a CEDEAO, a CPLP, a UE e outros parceiros dispostos a apoiar o processo de estabilização da Guiné-Bissau. O mandato da UNIOGBIS começou os seus trabalhos a 1 de janeiro de 2010, logo após o fim da missão da UNOGBIS, altura em que ocorreu a insurreição militar protagonizado pelo Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, António Indjai, e o Contra-Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, que levou à detenção do CEMGFA e do chefe de serviço de inteligência militar, o coronel Samba Djaló, e do PM Carlos Gomes Júnior, libertado pouco tempo depois. Assistiu-se à violação das instalações das NU por elementos Forças Armadas, num momento em que o país estava a começar a alcançar alguma estabilidade política e crescimento económico. Durante o desenvolvimento desta crise, o representante especial das Nações Unidas trabalhou em conjunto com a

CEDEAO, UA, a CPLP e com os representantes da UE, com intuito de evitar uma maior deterioração da situação interna e a preservação da ordem constitucional. As delegações destas organizações internacionais condenaram fortemente os acontecimentos de 1 de abril, afirmando que este constituiu um retrocesso aos desenvolvimentos a nível da democracia no país e na sub-região, exortando a subordinação dos militares à liderança civil. Esta situação reafirmou novamente a necessidade imperiosa de uma reforma, para a criação de Forças Armadas profissionais subordinadas à autoridade civil. Assim sendo o presidente Malan Bacai Sanhá procurou garantir apoios externos, pelo que realizou em visitas a Angola, Líbia e Portugal. Desde estes acontecimentos a situação militar e de segurança permaneceu tensa.

Com intuito de garantir o sucesso das reformas, a UNIOGBIS salientou a necessidade de aumentar o número de participações nacionais e internacionais, de forma a garantir assistência financeira. Levou a cabo uma iniciativa de sensibilização para implementar a RSS, interagiu com as delegações da UE que se deslocou ao país para discussões sobre uma possível missão. Deu início a um programa de apoio ao Ministério do Interior no desenvolvimento e implementação do processo de verificação da ordem pública com intuito de acabar com o ciclo de impunidade. Ainda neste âmbito organizou um seminário nacional sobre a coordenação e mecanismos de cooperação entre o Ministério Público e as forças policiais. Durante o período em que a UNIOGBIS esteve presente no terreno, forneceu recursos financeiros, técnicos e apoios ao governo guineense.

Apesar de todos estes esforços, a falta de compromisso e vontade política, a constante interferência dos militares na vida política e a fraqueza das instituições do Estado continuam a constituir um forte entrave à estabilidade política e à segurança sustentável do país

4.3.2. MISSÃO UE-SSR

A União Europeia tem vindo a assumir cada vez mais uma postura mais assertiva demonstrando claramente vontade em assumir um maior protagonismo na defesa do mundo contra ameaças que são cada vez mais transnacionais. Esta postura mais assertiva da UE prende-se com o facto de que os atuais palcos de crise se encontrarem na sua vizinhança. Assim sendo, torna-se um alvo fácil para os possíveis reflexos dessas instabilidades, o que poderá pôr em causa a estabilidade, a paz do continente e

em última instância a estabilidade do projeto europeu. No documento estratégico, intitulado “Uma Europa segura num mundo melhor”, publicado em 2003, faz-se notar esta preocupação cada vez mais crescente dos atores europeus.

O diálogo euro-africano inicia-se em 2000 com a “Cimeira do Cairo”. Nesta cimeira os chefes de Estado da Europa e de África acordam em estabelecer uma plataforma de relacionamento multilateral, destinada a encontrar soluções para os problemas existentes em África. A partir daqui a UE assume-se como sendo o principal doador de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e de assistência humanitária. Ainda neste contexto de profunda cooperação entre estes dois continentes, foi assinada em 2000 o Acordo de Parceria de Cotonou entre a UE e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), que previa um apoio à boa governação dos países africanos (União Europeia, 2000). É neste âmbito que o Conselho Europeu aprovou em 2004, a nível da política de segurança e defesa, um plano de ação para o apoio à paz e à segurança em África. O acordo prevê a necessidade de apoiar as ORA e os países africanos no desenvolvimento de capacidades de prevenção e resolução de conflitos regionais e o apoio financeiro à criação do conselho de paz e de segurança

A importância estratégica da CPLP despertou interesse da Comissão Europeia, que demonstrou de imediato vontade em estabelecer laços de cooperação com os países da comunidade bem como com a própria organização. Para tal, foi assinado e aprovado um Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e a CPLP, a cooperação entre a UE e os PALOP e o estabelecimento de uma Parceria estratégica entre a UE e o Brasil. Face a esta situação, podemos considerar que foram dois os principais motivos que ditaram o estabelecimento de uma missão de apoio à reforma do setor de segurança e defesa para a Guiné-Bissau: por um lado, como confirma a Estratégia Europeia de Segurança adaptada em 2003, a reforma do setor de segurança e defesa é uma das principais áreas onde a UE poderá exercer um maior apoio aos seus países parceiros, com vista a criar um sistema de segurança mais responsável, efetivo e eficiente, na medida que é considerada um eficaz meio para garantir estabilidade na sua vizinhança próxima e assim promover segurança nos seus Estados (União Europeia. Conselho, 2003). Por outro lado, é igualmente importante referir que a UE é considerado o principal parceiro doador deste país.

A elaboração do documento estratégico intitulado de “Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança Nacional (DERMSDN)

aprovado pelas autoridades guineenses na ANP a 23 de janeiro de 2008, é relevante pois reconhece que a situação de instabilidade é provocada pelos militares. Aqui as autoridades guineenses definem as principais linhas de orientação da futura reforma, constituindo assim, esse documento a pedra angular para a implementação da futura missão da União Europeia para a Reforma do Setor de Segurança na Guiné-Bissau (UE–SSR)[25]. Esta missão ficou assim definida a 12 de fevereiro de 2008, realizada e conduzida no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e em coordenação com os compromissos assumidos em dezembro de 2007, na Cimeira União Europeia-África, realizada em Lisboa. O objetivo era essencialmente operacionalizar o documento estratégico então aprovado, que consistia resumidamente em contornar a situação de pirâmide invertida das Forças Armadas, através da redução do número de oficiais e de suboficiais, que se apresentavam bastante numerosos para as reais necessidades da Guiné-Bissau. Para tal, a missão prestou assistência e aconselhamento necessários para a criação de todas as condições para a implementação deste documento (European Union. Common security and Defence Policy, 2010). Sob o comando do General espanhol Juan Esteban Verástegui, a missão instalou-se no terreno a 1 de junho de 2009. Inicialmente teria uma duração de doze meses, porém devido às circunstâncias então presentes, viria a ser prolongada para um período de vinte e oito meses. Durante o seu desenvolvimento, a missão deparou com alguns fatores de perturbação e obstáculos que condicionaram o seu eficaz o seu funcionamento.

A misteriosa detenção do CEMGFA, o Vice-Almirante Zamora Induta e a designação de António Indjai, responsável pelos acontecimentos de 1 de Abril para o Cargo de CEMGFA e a nomeação de Bubo Na Tchuto, para o cargo de CEMA, ignorando as acusações e posteriormente a condenação no envolvimento no narcotráfico, ditaram a extinção da missão a 30 de setembro de 2010. Este não prolongamento da missão não significa com isso que tenha falhado no cumprimento dos seus objetivos. De facto conseguiu cumprir alguns dos seus propósitos, nomeadamente no que toca à criação de mínimas estruturas para a implementação da reforma, preparou propostas do quadro legal e demonstrou que a UE tem capacidades e modelos conceptuais para responder aos problemas que decorrem em países. De facto, a missão cumpriu o seu mandato, porém não alcançou os resultados esperados. Esta situação resultou de erros cometidos pela própria missão, bem como, obstáculos que foram sendo impostos pelas

[25] Anexo B - *Council Joint Action* 2008/112/CFSP, 12 de fevereiro de 2008.

autoridades guineenses. Do lado das autoridades guineenses era visível uma falta de perceção do real significado do processo de reforma. Além de que apesar dos discursos favoráveis proferidos pelos líderes políticos e chefias militares, em relação à instalação da reforma e da sua verdadeira importância, a verdade é que na prática não se verificava esse consenso, o que constituía um verdadeiro obstáculo, tendo em conta que a eficácia de um processo deste género depende muito da vontade do Estado. Na medida que, segundo a UNODC, as Forças Armadas guineenses estavam intimamente ligadas ao narcotráfico (United Nations Office on Drugs and Crime, 2007 p. 15), o sucesso de um processo de RSS iria implicar a alteração do status quo existente. Este facto levou a que as autoridades nacionais não estivessem totalmente favoráveis à implementação e ao desenvolvimento da missão, demonstrando-se por vezes favoráveis e outras vezes recetivos à prossecução dos objetivos. A falta de conhecimento geral do documento estratégico aprovado pelas autoridades nacionais, que serviu de sustento para os trabalhos da missão, ligada posteriormente à falta de conhecimento dos reais objetivos da missão, pois muitos entendiam que a missão se instalou no terreno para transformar por completo as estruturas existentes, prejudicaram o andamento do processo. A nível da própria missão, podemos apontar como principais erros, por um lado, a nomeação de um espanhol, que nunca tinha estado em África, como chefe da missão. Constituiu um verdadeiro erro, na medida que dificultou a comunicação entre os intervenientes. Por outro lado, a fraca divulgação e difusão das reais intenções da missão conduziu a um clima de desconfiança, sobretudo perante as chefias militares, que não tencionavam perder os poderes de que dispunham.

4.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

A atual situação do país, caracterizada por constantes sublevações internas, resulta essencialmente de dois fatores: em primeiro lugar a forma como o processo de luta armada de libertação nacional foi conduzido, com a mobilização da população para essa empreitada, que degenerou posteriormente para uma situação de insegurança. Isto porque depois da independência, seriam essas pessoas, ex-combatentes, que viriam a assumir uma forte preponderância dento do Estado da Guiné. Por outro lado, os problemas de hoje são reflexos da guerra civil de 1998/1999, problemas mal resolvidos, que constituíram o trauma do presente, agudizado pelo fenómeno de luta pelo poder, na medida que o acesso ao poder é considerado a melhor forma de controlo das atividades criminosas como o tráfico de drogas. Para ultrapassar este paradigma é necessário ultrapassar traumas do passado e desenhar uma nova história para a Guiné-

Bissau. Essa solução deve passar pelo estabelecimento de um processo de reforma do setor de segurança e defesa, como forma de proceder a uma rutura com o passado e construir um novo Estado assente sobretudo na boa governação e em novas configurações. Só assim é possível construir uma nova imagem do país, deixando para trás a imagem de desordem e caos político, onde não existe subordinação das forças de segurança e defesa ao poder político. Esse processo de reforma deve ser delineado com base na realidade concreta e atual dos países e não pela aplicação de processos já implantados noutros países. Cada país tem as suas próprias configurações, por isso os processos devem ser sempre definidos mediante um conhecimento prévio e profundo da realidade de facto do país em causa. Relativamente à Guiné-Bissau, várias foram as tentativas de reorganização das Forças Armadas, mas nenhuma delas surtiu efeito, o que se pode explicar de certa forma pela falta de conhecimento da realidade guineense, e a falta de recursos para integrar um maior número de antigos combatentes desmobilizados nos programas da reintegração. Além de que as anteriores tentativas de reforma se centraram apenas na necessidade de redução de efetivos, o que gerou uma má interpretação e forte resistências. Indo ao encontro da visão de apresentada pelo Observatoire de l´África, o principal erro das RSS não se prende na sua conceção, mas sim na sua implementação (Observatoire de l'Afrique, 2008). Neste sentido, a CPLP como instituição que pretende assumir cada vez mais um maior protagonismo em África, deve reafirmar seu compromisso no apoio aos seus Estados-membros, neste caso específico através de uma articulação e apoio na implementação da RSS. E isso pode ser conseguido através de estudos e definição de mecanismos de sensibilização dos cidadãos e das autoridades guineenses para a importância de uma reforma. Antes de tudo e partindo da perceção de que a Guiné-Bissau é o país membro com maiores agitações internas, a CPLP, sendo uma instituição mais próxima da Guiné-Bissau, deverá definir estratégias de ação para cada um dos seus países e não ir ao encontro com políticas definidas pela Comunidade Internacional.

5. CONCLUSÃO

A dissertação teve como pergunta de partida: Será a CPLP um fiável instrumento de reforço de segurança dos Estados-membros? De facto, é inquestionável a importância estratégica que a CPLP tem vindo a assumir neste atual contexto internacional, de busca incessante pela segurança e desenvolvimento dos Estados. Para responder a esta questão, a dissertação percorreu três sentidos diferentes: em primeiro lugar procuramos encontrar uma base teórica que permitisse responder à questão de partida e justificar até que medida uma estrutura de soft power como da CPLP, sem uma componente militar efetiva de base, é ou não eficaz na resolução de problemas de um país onde, em primeira instância, seria necessária uma estrutura de hard power para impor a estabilidade. Para tal, partimos da teoria proposta por Ikenberry, na medida que argumenta que a criação de organizações internacionais assentes em direitos, proteções e compromissos limitará o exercício de poder dos países mais fortes a nível económico e militar e, assim, irá permitir a proteção de países mais desfavoráveis do abuso do poder das potências em posição favorável. Este facto vai produzir a constituição de uma ordem internacional organizada e negociada, acordada por instituições internacionais, que atuam no sentido de atribuir direitos e limitar o exercício de poder. Para complementar esta lógica, consideramos por bem abordar a conceção de Comunidade de segurança proposta por Karl W. Deutsch, que afirma que os laços sociais, políticos e económicos partilhados por determinados povos irão impulsionar a sua integração, de tal forma que torna inconcebível a ocorrência de guerras entres esses povos. Baseando-se nestas conceções, podemos de facto notar que a criação de instituições e organizações é realmente a melhor solução para reduzir a possibilidade de ocorrência de guerras entre um conjunto de Estados que partilham da mesma identidade, facto que explica a atual redução de conflitos interestatais, devido a esta crescente criação de processos institucionalizados. A integração de países em organismos internacionais é cada vez mais encarada como um eficaz mecanismo para reduzir as possibilidades de ocorrência de agressões externas e, com as dinâmicas de insegurança a imigrar para o interior dos países, é também considerada a melhor forma para fazer frente a um conjunto de ameaças, que têm vindo a tornar-se cada vez mais transfronteiriços, na medida que vai possibilitar a partilha de custos face aos instrumentos de combate a essas ameaças. Só por esses motivos poderíamos ousar afirmar que a CPLP é um fiável instrumento de promoção da paz e segurança, tendo em conta que partilham de uma identidade comum, o que vai eliminar todas as

possibilidades de guerra entre os seus integrantes, optando pela via da diplomacia para a resolução pacífica dos conflitos que possam surgir.

Aplicámos estas teorias ao caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, perante o seu caráter multicontinental, atribuem-lhe a capacidade de estabelecer relações e ligações com várias regiões e sub-regiões do mundo, fazendo da organização um ator relevante a ter em conta, facto que possibilitou a sua evolução, partindo de uma instituição criada e assente nos pressupostos culturais para se tornar numa instituição com autonomia financeira e capacidade jurídica. É neste contexto que, perante a complexidade do mundo, explicada pela abertura das fronteiras, decorrente do processo de globalização, as ameaças à segurança dos países já não assumem um rosto, agora são mais diversificadas, menos visíveis e menos previsíveis (União Europeia. Conselho, 2003, p. 3). A CPLP procedeu à reformulação das suas estruturas, no sentido de integrar esta nova realidade securitária. A fim de atenuar os efeitos que estas novas ameaças assumem sobretudo na segurança das pessoas, tendo em consideração, de que se assistiu à transferência dos conflitos para o interior dos Estados, a CPLP procurou definir prioridades e aperfeiçoar mecanismos tendentes a apoiar os seus Estados no combate a essas ameaças, pois o falhanço das instituições estatais torna os Estados mais propícios à instalação de uma multiplicidade de crimes organizados, consubstanciados em tráfico de drogas, de armas, de migrantes e de mulheres, podendo mesmo estar igualmente associado ao terrorismo.

Esta atual conjuntura internacional, caracterizada por grandes desafios securitários e partindo da lógica de que os países mais fracos, isoladamente, são incapazes de garantir a sua segurança, os Estados ditos soberanos sentiram a necessidade de delegar parte da sua soberania para organizações internacionais e regionais, onde estão geograficamente inseridos. É neste contexto que, face à dinâmica de insegurança existente sobretudo no espaço lusófono, e como forma de atenuar os efeitos que daí decorrem, a CPLP resolveu apostar numa nova vertente de cooperação, a cooperação na defesa. Esta nova arquitetura começou a ser desenhada a partir de 1998 e, em decorrência das crises políticas que se faziam sentir na Guiné-Bissau, começou-se a construir todo o edifício da componente securitária e defensiva da CPLP, com a criação de grupos de contacto para pôr fim ao conflito interno. Este aspeto serviu de cobertura para a instituição de missões de observação para acompanhar eleições nos países que considerassem necessárias esse acompanhamento. A nível preventivo, levando em consideração de que a única entidade com autonomia imediata para intervir em palcos

de instabilidade é o CSNU, que quando considera necessário poderá transferir esse direito para uma organização regional ou sub-regional, a CPLP procurou de forma a legitimar as suas ações e no sentido de assumir uma postura mais assertiva, na promoção da paz, cooperar com organismos regionais africanas, em especial com a UA e com a CEDEAO. O que lhe atribui uma dimensão global.

É neste contexto de preocupação com o fenómeno dos Estados frágeis que põem em causa a segurança mundial que a dissertação definiu como estudo de caso, a situação individual da Guiné-Bissau, por ser uma realidade próxima à Europa e que, perante as constantes crises, se tornou um fator de insegurança para o país, para a região e também para a própria Europa, na medida que a região da África ocidental é considerada uma ponte para a Europa. A Guiné-Bissau, desde o seu nascimento enquanto Estado independente, esteve sempre mergulhada em conflitos político militares, consubstanciados em golpes de Estado que por vezes envolvia a liquidação de importantes figuras do jogo político e militar guineense. A estabilidade guineense esteve sempre assombrada por pactos estabelecidos no passado, nomeadamente durante a luta de libertação armada, pactos esses que depois da independência se tornaram difíceis de quebrar, impossibilitando desse modo a construção de uma nova história para o país. A Guiné-Bissau, enquanto país soberano, resultou de um violento conflito armado conduzido pelo PAIGC, que se serviu dos seus militantes para conduzir a guerra. Estes militantes tornaram-se heróis da libertação da pátria da política colonial e, por esse motivo, assumiram uma especial importância dentro da sociedade guineense. Porém, viriam a tornar-se o maior perigo para a segurança do país. Estes militantes armados detentores de fortes poderes e privilégios, em decorrência dos estatutos que lhe foram atribuídos no passado, passaram a tornar-se o principal elemento do jogo político guineense, interferindo no campo político sempre que se sentiam marginalizados e excluídos da governação do país. Por esse motivo, e com intuito de quebrar esta preponderância que os militares detêm sobre o país e, principalmente, com o intuito de criar uma força de segurança e defesa mais jovem, especializada e organizada, foram desenvolvidas diversas tentativas de reforma do setor de segurança e defesa. Contudo, nenhuma delas surtiu o efeito desejado. Pelo contrário, por vezes gerava mais ondas de contestações, na medida que vai mexer com o status quo existente, nomeadamente no que toca aos dividendos retirados do tráfico de droga, facto que explica a inexistência de decisões do Estado para criminalizar esses atos. Como argumenta Domingos Simões Pereira, “pode-se compreender que o país não tenha capacidade de combater o tráfico de droga, mas não se pode compreender

que o país não adira aos princípios regionais para combater o narcotráfico (Pereira, entrevista nossa).

A Guiné Bissau é hoje claramente um país frágil, muito dependente dos apoios externos, porque as riquezas de que dispõe são mal administradas e mal distribuídas pela população que continua a viver no limiar da pobreza. Devido a esta extrema pobreza, a falta de oportunidades, acrescida da falta de controlo sobre todo o território nacional, faz com que o país se torne um alvo apetecível para as redes de tráfico de droga. Para além de todos estes fatores acresce ainda que, apesar da caracterização pacífica da população guineense, a verdade é que paira uma ameaça de uma possível instalação de redes de extremismo religioso ligados ao terrorismo, pois a Guiné-Bissau é altamente rodeado de países islâmicos, onde estão presentes a atuação de grupos terroristas que têm como pretensão dominar toda a África Ocidental.

Por esses motivos esta investigação definiu como objeto de estudo a reforma do setor de segurança e defesa na Guiné-Bissau como condição necessária para a integração plena do país no concerto das nações e, com isso, contribuir para o reforço das capacidades securitárias da CPLP, na medida que toda a estrutura de segurança da organização começou com as crises da Guiné-Bissau. De facto, a RSS é considerada a única forma de ultrapassar os sérios problemas que o país defronta. Esta perspetiva é partilhada tanto pela sociedade civil, como pelas autoridades nacionais e pelos parceiros nacionais. Contudo, neste caso coloca-se a seguinte pergunta: se existe uma concordância nacional de que a reforma é a última solução para libertar a Guiné-Bissau das amarras do passado e assim partir para o desenvolvimento, porquê o falhanço das sucessivas tentativas de reforma?

Podemos apontar várias razões que explicam a ineficácia das tentativas de reforma, desde erros cometidos pelas próprias autoridades nacionais que teoricamente sempre se demonstraram favoráveis à realização das reformas, mas que na prática pouco ou nada faziam para contribuir com o sucesso. E erros perpetrados pelos parceiros internacionais que, ao aprovar missões de apoio à reforma, definiram políticas que se manifestaram descontextualizados à realidade guineense, pois resultaram de compilações de políticas já executados noutros contextos e noutros países, não havendo preocupação em ir à origem dos problemas da Guiné-Bissau. Mas, podemos arriscar apontar que o principal erro se prende com a conceção de Reforma. Enquanto a reforma significar para o público-alvo a retirada e a redução de efetivos, nenhuma

tentativa de reforma alcançará os objetivos pretendidos. No final da equação podemos até chegar à mesma conclusão, mas partindo da ideia que devido à extrema pobreza e à falta de oportunidades estas pessoas não têm outra solução senão continuarem a ser militares. Portanto, uma reforma deve significar sobretudo cobertura social dos dependentes e reconversão social do próprio militar, pois só assim podemos garantir a retirada de todos efetivos impreparados e garantir que não se virem para caminhos obscuros.

Embora a nível da CPLP tenha sido desencadeada uma série de ações para a estabilização da Guiné-Bissau, estas atividades têm sido consideras bastante residuais, se tivermos em conta que a Guiné-Bissau permanece em fortes agitações. Contudo, não significa com isso que a CPLP é responsável por essa situação ou que pouco ou nada está a fazer pelo país. Pelo contrário o único responsável por esta permanente onda de instabilidade é da própria liderança guineense, que ao longo dos anos tem se mostrado incapaz de resolver por si só os seus problemas. É neste contexto que a CPLP, no âmbito do seu objetivo de apoiar os seus Estados na erradicação das dinâmicas de segurança presentes nos países lusófonos, deve ser capaz de definir mecanismos tendentes a auxiliar o país na tarefa de sensibilização da sociedade civil para a importância de uma reforma e essencialmente de ajudar as autoridades nacionais na tarefa de conquistar os militares para uma definição diferente de reforma.

No entanto, importa referir que apesar dos significativos passos que a CPLP tem vindo a dar desde a sua criação, o teste político da CPLP foi a causa guineense. A organização pode no futuro desempenhar um maior protagonismo no auxílio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau e dos restantes Estados-membros. De facto, a CPLP tem todos os requisitos necessários para tal, porém terá que desenvolver uma postura mais proactiva e definir estratégias específicas para cada um dos seus Estados, porque cada país da CPLP é dotado das suas próprias especificidades. Desta forma estará em melhores condições para definir ações nos domínios político-diplomático, económico e social. A CPLP precisa de definir prioridades e conhecer bem as agendas nacionais de cada Estado-membro. Assim, é necessário que tenha consciência das suas reais fraquezas, de forma a poder ultrapassá-las, e dispor de mecanismos e instrumentos que lhe permitam servir de apoio logístico a operações patrocinada pela ONU ou pela UA.

Para se afirmar, sobretudo em África, tendo em conta de que a emergência de Estados falhados acarreta consigo um conjunto de perigos, a CPLP deve apostar em novas

ambições dentro das suas capacidades, sem deixar de conferir primazia às questões culturais e à língua, que foram e são centrais na sua génese e existência, mas que se tornam insuficientes para a inserção da CPLP nesta nova ordem mundial e mesmo para a sua própria sobrevivência.

A longo prazo, a CPLP deveria apostar no alargamento no número e no tipo de assuntos a abordar, o que vai implicar o alargamento das participações, de forma a incluir mais atores internacionais, com a participação por exemplo de organizações como a NATO, e principalmente as ORA, pois as ameaças à segurança e defesa são atualmente bem mais globais do que o âmbito lusófono. Desta forma, atrairia mais alinhamentos estratégicos e fomentaria outras parcerias estratégicas para o apoio à segurança e desenvolvimento em África. O que implica dizer que não deve ambicionar assumir um papel de liderança regional, porque será sempre ultrapassado por organizações regionais como a CEDEAO, deve assumir uma abordagem de assistência técnica, de apoio logístico às organizações com implantação regional.

Em suma, podemos concluir, que sendo a Guiné-Bissau uma realidade extremamente próxima ao mundo ocidental, é um elemento que não pode ser simplesmente ignorado. Por isso, é de grande importância que haja uma coordenação de ações entre os parceiros internacionais, no sentido de apoiar a consolidação deste país, que já se demonstrou incapaz de por si só resolver os seus problemas

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, Adekeye (2002) - Book review : building peace in west africa: Liberia, Sierra Leone, and Guinea-Bissau. Journal of asian and african studies [Em linha]. London. [Consult. 20 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002190960403900523>.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (2016) - African Economic outlook 2016 : sustainable cities and structural transformation [Em linha]. Paris : OECD. [Consult. 20 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/african-economic-outlook-2016_aeo-2016-en#.WcES-DFe7IU#page400>. ISBN 978-92-64-25646-0.

BARRENTO, António (2010) - Da estratégia. Parede : Tribuna. ISBN 978-989-8219-18-3.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2000) - Estratégias de intervenção em África : uma década de segurança e defesa na comunidade dos países de língua portuguesa. Lisboa : Editora Prefácio.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2007) - A evolução da componente de segurança e defesa da comunidade dos países de língua portuguesa e a sua intervenção no espaço africano. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Dissertação

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2008) - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa : uma década de segurança e defesa. Revista Militar. Lisboa. 2472 (Janeiro 2008). [Consult. 18 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL: https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/260>.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2009) - A prevenção e resolução de conflitos: contributos para uma sistematização em estratégia, estudos em homenagem ao VALM. Revista Militar. Lisboa. 2483 (Dezembro de 2008). [Consult. 18 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL: https://www.revistamilitar.pt/artigo/354>.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2010) – A segurança marítima no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: contributos para uma estratégia dos mares da lusofonia. Nação e Defesa [Em Linha]. Lisboa. S. 5, 128 (2011) 41-65. [Consult. 18 ago. 2017]. Disponível em

WWW:<URL:https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4744/1/NeD128_LuisManuelBrasBernardino.pdf>.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2013) - A posição de Angola na arquitectura de paz e segurança africana, análise da função estratégica das forças armadas angolanas. Coimbra : Almedina. ISBN ISBN 978-972-40-5000-3.

BUZAN, Barry (1991) - People, state and fear : an agenda for international security studies in the post-cold war area. New York : Harvester Wheatsheaf. ISBN 0-7450-0720-1.

CABRAL, Amílcar (1974) - Guiné-Bissau : nação africana forjada na luta. Lisboa : Editora Nova Aurora.

CARVALHO, Ana Larcher (2010) - Intervenções externas no sector da segurança e defesa na Guiné-Bissau. Lusíada. Política Internacional e Segurança [Em linha]. Lisboa. [Consult. 5 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8482/1/LPIS_n4_2.pdf>.

CASTELO BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia (2013) - O mito das fronteiras em África. Lusíada. Política Internacional e Segurança [Em linha]. Lisboa. 8 (2013) 67-84. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1023/1/LPIS_n8_4.pdf>.

CENTRAL INTELLEGENCE AGENCY (2017) – The World Fact Book Em linha]. New York : [s.n.]. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pu.html

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2007) - Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011) - Regimento Interno das Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados dos Estados membros da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) [Em linha]. Santa Maria : [s.n.]. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em

WWW:<URL:https://cplp.defesa.pt/Normativos/Resolução%20%20Regimento%20interno%20Ministros.pdf

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Centro de Análise Estratégica (2015a) - Estatuto do centro de análise estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CAE/CPLP [Em linha]. São Tomé : [s.n.]. Aprovado pelos Ministros da Defesa. [Consult. 20 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_ESTATUTO%20DO%20CAE.pdf>.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Centro de Análise Estratégica (2015b) - Identidade da CPLP no domínio da defesa [Em linha]. São Tomé : [s.n.]. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf>.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006) - Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa [Em linha]. Praia : [s.n.]. [Consult. 1 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cplp.org/.../DWSDownload.aspx?...%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2FAcord>.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (2015) - Regimento Interno do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa [Em linha]. São Tomé : [s.n.]. Aprovado pelos Ministros da Defesa. [Consult. 15 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD_RegimentoInterno%20(2015).pdf>.

CORREIA, Ana (2008) - Política – segurança – desenvolvimento na Guiné – Bissau. Revista de Política Internacional e segurança [Em linha]. Lisboa. 1 (2008) 85-103. [Consult. 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/186>.

COUTO, Abel Cabral (1989) - Elementos de estratégia. Lisboa : Edição do Instituto de Altos Estudos militares. Vol. 2.

EUROPEAN UNION. Council Secretariat (2010) - EU mission in support of security sector reform in the Republic of Guinea-Bissau (EU SSR GUINEA-BISSAU) [Em linha]. [S.l.] : PRESS - EU Council Secretaria. [Consult. 21 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/missionPress/files/100930%20FACTSHEET%20EU%20SSR%20Guinea-Bissau%20-%20version%2012_EN.pdf>.

FUKUYAMA, Francis (1999) - O fim da história e o último homem. 2.ª ed. Lisboa : Gradiva. ISBN 972-662-269-7.

FUKUYAMA, Francis (2006) - A construção de Estados : governação e ordem mundial no século XXI. Lisboa : Gradiva. ISBN 989-616-092-9.

GORJÃO, Paulo ; SEABRA, Pedro (2010) - Guiné-Bissau : a incontornável sensação de «déjà vu». Lusíada. Política Internacional e Segurança [Em linha]. Lisboa. 3 (2010) 63-77. [Consult. 18 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1009/1/LPIS_n3_4.pdf>.

GUINÉ-BISSAU. Governo (2006) - Documento de estratégia para a reestruturação e modernização do sector da defesa nacional. [S.l. : s.n.]. Documento apresentado na mesa redonda de 7 e 8 de Novembro de 2006 em Genebra.

I REUNIÃO DOS MINISTROS DOS ASSUNTOS DO MAR DA CPLP (2010) - Declaração Final [Em linha]. Oeiras : [s.n.]. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/militar/Declaração%20Final%20I%20RMAM.pdf

IKENBERRY, G.John (2011) - Liberal leviathan : the origins, crisis, and transformation of the american world order. Princeton : Princeton University Press. ISBN 978-0-691-12558-9.

KAGAN, Robert (2009) - O regresso da história e o fim dos sonhos. Lisboa : Casa das Letras. ISBN 978-972-46-1866-1.

LUÍS Manuel Brás ; LEAL, José Santos (2011) - A arquitetura de segurança e defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa : Instituto de Defesa Nacional. (IDN Cadernos; 6). ISBN 978-972-9393-23-5.

MAGALHÃES, Diego (2012) - Conflito entre teorias de relações internacionais sobre a paz. Relações Internacionais [Em linha]. 36 (dezembro 2012) 119-133. [Consult. 28 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n36/n36a09.pdf>.

MEARSHEIMER, John J. (2011) - The tragedy of great power politics. New York : W.W. Norton Company. ISBN 0-393-02025-8.

MESSNER, J.J. (2017) - Fragile States Index 2017 : factionalization and Group grievance fuel rise in instability [Em linha]. Washington : Fund for Peace. [Consult. 18 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://fundforpeace.org/fsi/2017/05/14/fsi-2017-factionalization-and-group-grievance-fuel-rise-in-instability/>.

MOREIRA, Adriano (2002) - Teoria das relações internacionais. Coimbra : Almedina. ISBN 972-40-1771-0.

MURARGY, Murade Isaac (2013) - A CPLP : ator multipolar no mundo global [Em linha]. Lisboa : CPLP. [Consult. 18 ago. 2017]. Intervenção do Embaixador na III Conferência da Lusofonia "CPLP: Pólo à Escala Global", que teve lugar no dia 8 de Janeiro de 2013, pelas 15h30, no Auditório do Novo Edifício da Assembleia da República Portuguesa. Disponível em WWW:<URL: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fSecrExec%2fDiscursos%2fA-CPLP-ATOR-MULTIPOLAR-NO-MUNDO-GLOBAL-I-MURARGY-08-01-2012-Rev-1.pdf>.

MUSAH, Abdel-Fatau (2009) - West Africa : governance and security in a changing region [Em linha]. New York : International Peace Institute. [Consult. 14 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/west_africa.pdf>.

NASCIMENTO, Augusto ; RODRIGUES, Carlos Coutinho (2012) - A prevenção e a resolução de conflitos em África. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional. ISBN 978-972-27-2115-8.

NÓBREGA, Álvaro (2015) - Guiné-Bissau : um caso de democratização difícil (1998-2008). Lisboa : Instituto superior de ciências sociais e políticas. (Estudos políticos e sociais, 8). ISBN 978-989-646-105-8.

NÓBREGA, Álvaro Correia de (2003) - A luta pelo poder na Guiné-Bissau. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ISBN 978-972-8726-19-5.

NYE, Joseph S. (2002) - Compreender os conflitos internacionais : uma introdução à teoria e à história. Lisboa : Gradiva. ISBN 972-662-845-8.

NYE, Joseph S. (2003) - Propaganda isn´t the way: soft power [Em linha]. New York : Harvard Kennedy School Belfer Center. [Consult. 25 set.2017]. Disponível em WWW:<URLhttp://www.belfercenter.org/publication/propaganda-isnt-way-soft-power>.

NYE, Joseph S. (2004) - Soft power : the means to success in world politics. New York : Public Affairs. ISBN 978-1-58648-306-7.

OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE (2008) - Security sector reform(ssr) in Guinea-Bissau Africa briefing report. [Em linha]. Brussels : Observatoire de l'Afrique. [Consult. 14 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://issat.dcaf.ch/download/2051/17621/Security%20Sector%20Reform%20(SSR)%20in%20guinea-Bissau%20-%20Observatoire%20de%20l%27Afrique%20(2008).pdf>.

OECD (2007) - OECD DAC handbook on security system reform : supporting security and justice [Em linha]. Paris : OECD. [Consult. 3 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/the-oecd-dac-handbook-on-security-system-reform_9789264027862-en#.Wbq0pjFe7IU#page2>.

PEREIRA, Domingos Simões (2009) – A importância estratégica da CPLP no mundo global [Em linha]. Lisboa : CPLP. [Consult. 18 ago. 2017]. Intervenção do Secretário Executivo da CPLP no Fórum da Lusofonia, que teve lugar no dia 21 de Janeiro de 2009, no Centro cultural Malaposta, em Lisboa. Disponível em WWW:<URL:www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/ImportanciaEstrategicaCPLPnoMundoGlobal.pdf>.

PINTO, Ricardo Leite ; CORREIA, José Matos ; SEARA, Fernando Roboredo (2008) - Ciência política e direito constitucional : teoria geral do Estado e formas de governo. Lisboa : Universidade Lusíada. ISBN 978-989-640-029-3.

RIBEIRO, António Silva (2010) - Mahan e as marinhas como instrumento político. Revista militar [Em linha]. 2500 (Maio 2010). [Consult. 22 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.revistamilitar.pt/artigo/569>.

ROQUE, Silvia (2009) - Peacebuilding In Guinea-Bissau: A Critical Approach [Em linha]. Oslo : Norwegian Peacebuilding Centre. [Consult. 22 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL: https://noref.no/Publications/Regions/Africa/Noref-Report-7-Peacebuilding-In-Guinea-Bissau-A-Critical-Approach>.

SANHÁ, Ismael Sandilú (2012) – A cooperação com a Guiné-Bissau : os projetos de apoio à reforma do setor de segurança (RSS). Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação.

SANTOS, Victor Marques Dos (2004) - Lusofonia e projecção estratégica, Portugal e a CPLP. Nação e defesa [Em linha]. Lisboa. S. 2, 109 (outubro 2004) 123-151. [Consult. 15 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1349/1/NeD109_VictorMarquesdosSantos.pdf>.

SARAIVA, Luís Eduardo Marquês (2010) - O desenvolvimento em África e a segurança da Europa : o caso da Guiné-Bissau. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação.

SILVA, António E. Duarte (1997) - A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa : estudo de história, direito e política. Porto : Afrontamento. ISBN 972-36-0424-8.

SOUSA, Julião Soares (2012) - Guiné-Bissau : a destruição de um país desafios e reflexos para uma nova estratégia nacional. 1.ª ed. Coimbra : Edição do autor. ISBN 978-989-98030-0-8.

SOUSA, Miguel Girão (2009) - The challenges and constrains of security sector reform in Guinea-Bissau : a view from the field. Portuguese Journal of International Affairs. Lisboa. 2 (Autumn-Winter 2009) 15-26. [Consult. 15 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://www.ipris.org/php/download.php?fid=87>.

SOUSA, Miguel Girão (2013) - A missão da União Europeia para a reforma do sector de segurança na Guiné-Bissau : constrangimentos, dificuldades e resultados. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Dissertação

ULUSOY, Hasan (2012) - Revisiting security communities after the cold war : the constructivist perspective [Em linha]. [S.l. : s.n.]. [Consult. 28 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/01/Hasan-Ulusoy3.pdf>.

UNIÃO EUROPEIA (2000) - Acordo de Cotonou. Jornal Oficial. L:317 (15 dez. 2000) 0003 – 0353.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho (2003) - Uma europa segura num mundo melhor [Em linha]. Bruxelas : [s.n.]. [Consult. 24 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>.

UNITED NATIONS (1994) - Human development report [Em linha]. New York : University Press. [Consult. 1 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2007) - Annual Report (2017) [Em linha]. New York : Preeta Bannerjee. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_3_Plantbased_drugs.pdf>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2017) - Annual Report (2007) [Em linha]. New York : Preeta Bannerjee. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.unodc.org/pdf/annual_report_2007/AR06_fullreport.pdf>.

UNITED NATIONS. Department of Political Affairs Division (2008) - Subsidiary organs of the Security Council : peacekeeping operations and political and peacebuilding missions repertoire of the practice of the Security Council. [Em linha]. New York : Department of Political Affairs. [Consult. 20 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/en/sc/repertoire>.

UNITED NATIONS. Secretary-General (2005) - In larger freedom : towards development, security and human rights for allReport A/59/2005 [Em linha]. New York : UN General Assembly. [Consult. 15 mai.2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/larger_freedom_exec_sum mary.pdf>.

UNITED NATIONS. Security Council (1998) - Resolution 1216 (1998) [Em linha]. New York : United Nations. [Consult. 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://unscr.com/files/1998/01216.pdf>.

UNITED NATIONS. Security Council (1999) - Resolution 1233 (1999) [Em linha]. New York : United Nations. [Consult. 25 ago. 2017 Disponível em WWW:<URL:http://unscr.com/files/1999/01233.pdf>.

UNITED NATIONS. Security Council (2004) - Resolution 1580 (2004) [Em linha]. New York : United Nations. [Consult. 25 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://unscr.com/files/2004/01580.pdf>.

UNITED NATIONS. Security Council (2009) - Resolution 1876 (2009) [Em linha]. New York : United Nations. [Consult. 25 ago. 2009]. Disponível em WWW:<URL:http://unscr.com/files/2009/01876.pdf>.

XII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2007) - Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP [Em linha]. Lisboa : [s.n]. [Consult. 20 mai 2017] Disponível em WWW:<URL: https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3570

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Fernando Machado (2010) - A evolução da CPLP na segurança e desenvolvimento do continente africano; a relevância do instrumento militar e o papel de Portugal. Revista Militar. Lisboa. 2503/2504 (Agosto/Setembro de 2010).). [Consult. 20 mai. 2017] Disponivel em WWW:<URLhttps://www.revistamilitar.pt/artigo/592

BELCHIOR, Manuel (1996) - Fundamentos para uma política multicultural em África. Lisboa: ISCSPU.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2008) - Estratégias de intervenção em África. Lisboa: Prefácio.

BESWICK, Danielle, PAUL Jackson (2011) - Conflict, security and development: an introduction. London: Routledge.

BRANCO, Luís Castelo; ZEVERINO, Guilherme (2000) - Guiné – Bissau: missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000. A participação portuguesa. Lisboa : Instituto de cooperação portuguesa.

CABRAL, Amílcar (1974) - Análise de alguns tipos de resistência. Lisboa : Seara Nova.

CABRAL, Luís (1984) - Crónica da libertação da Guiné. Lisboa : O jornal.

CARDOSO, Carlos (2000) - Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau. Bissau : Soronda, número especial 7 de Junho, Instituto nacional de estudos e pesquisa

CARDOSO, Fernando e Ferreira, Patrícia (2003) - A África e a Europa: resolução de conflitos, governação e integração regional. Lisboa : Edição do Instituto Estudos Estratégicos Internacionais.

CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia (2005) – A África e a Europa: resolução de conflitos, governação e integração regional. Lisboa: Edição do Instituto Estudos Estratégicos Internacionais.

CARDOSO, Fernando Jorge (1999) - Desafios e prioridades políticas portuguesas em África. Lisboa : Edição do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

CHANON, Vamirech (2002) - O futuro Político da Lusofonia. Lisboa : Editora Verbo.

CLAPHAM, Christopher S. (2000) - Failed states and non-states in the modern international order. Florença : Artigo apresentado na conferência Failed States III: Globalization and The Failed State. 7-10 de Abril. http://www.comm.ucsb.edu/faculty/mstohl/failed_states/2000/papers/clapham.html [8 de Julho de 2017].

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1997-1998) - Iª e IIª Conferências dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP e outos Documentos do Biénio (1996/1997- 1997/1998). Lisboa : Secretariado Executivo da CPLP.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2000) - IIIª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Maputo : Secretariado Executivo CPLP.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2002) - IV Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Brasília : Secretariado Executivo CPLP.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2004) - Vª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. São Tomé e Príncipe : Secretariado Executivo.

CRAVINHO, João Gomes (2002) - Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo. Lisboa : Imprensa Ciências Sociais.

FARIA, Fernanda; FERREIRA, Patrícia Magalhães (2007) - Situações de fragilidade: desafios a uma estratégia de resposta europeia. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

FERNANDES, Luís Lobo (2008). Olhando para a África subsariana: instabilidade endémica ou a face dos Estados inacabados – que agenda de investigação?. Lusíada. Revista de Política Internacional e segurança [Em linha]. Lisboa 1 (2008)). [Consult. 20 mai. 2017] Disponivel em WWW:<URLhttp://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/viewFile/182/174

GONÇALVES, Sara João (2011) – O Estado falhado enquanto espaço de edificação do crime organizado transnacional – o caso da Guiné-Bissau. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação.

GRAÇA, pedro Borges (2005) - A Construção da Nação em África. Lisboa Almedina,

IMPERIAL, Jovelina Alfredo (2006) - A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados Membros. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação

LOPES, Carlos (1982) - Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné – Bissau. Lisboa : Edições 70. ISBN 9789724402628.

LOPES, Carlos (1987) - A transição histórica na Guiné-Bissau. Bissau, INEP.

LOPES, Carlos (1997) - compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana Porto, edições afrontamento.

MARCHUETA, Maria Regina (2003) -. A CPLP e o seu enquadramento. Lisboa : Instituto Diplomático.

MOJARDINO, Carlos Valente (2002). A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

MOREIRA, Adriano (2001) - Comunidade dos países de língua portuguesa (cooperação). Lisboa: Editora Almedina.

NÓBREGA, Álvaro (2008) A Africanização da Democracia na Guiné- Bissau. Lisboa *:* ISCSP. Dissertação de candidatura à obtenção do grau de doutor em ciências sociais.

PEREIRA, Aristides (2003) - O meu testemunho. Uma luta. Um partido. Dois países. Lisboa: Notícias Editorial.

PINHEIRO, António Manuel Rodrigues (2006) - Modelos de "africanização das Operações de Apoio à Paz. Nação e Defesa [Em linha]. Lisboa S.3, 114 (2006). [Consult. 20 mai. 2017] Disponivel em WWW:<URL https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1097/1/NeD114_AntonioManuelRodrigues Pinheiro.pdf

PINTO, Jaime Nogueira (2008) - Jogos Africanos. Lisboa: Ed.A esfera dos livros

RODRIGUES, Alexandre Reis, SANTOS, Américo Silva (2007) - Bissau em Chamas. Cruz Quebrada : Casa das Letras

SARAIVA, luís Eduardo (2008) - A Cimeira EU – África de Lisboa e a evolução da política europeia de segurança e defesa. Lusíada Política Internacional de Segurança [Em linha]. Lisboa 1 (2008). [Consult. 20 mai. 2017]. Disponivel em WWW:<URL http:// repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/212/1/ld_n1_artigo_6.pdf

SARMENTO, Manuela (2008) - Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração escrita e apresentação de doutoramentos, dissertação de mestrados e trabalhos de investigação aplicada. Lisboa : Universidade Lusíada Editora

WALTZ, Kenneth (2002) - Teoria das Relações Internacionais (theory of international politics, Mcgraw – Hill, inc, 1979). Lisboa: Gradiva.

ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues (2005) - O conflito político- militar na Guiné-Bissau (1998-1999). Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - I Série de entrevistas: Guiné-Bissau enquanto Estado fraco

Apêndice B II Série de Entrevistas: CPLP enquanto ator relevante

APÊNDICE A

I Série de Entrevistas: Guiné Bissau enquanto Estado fraco

Faz-se agora uma transcrição das entrevistas. Estas foram realizadas com o propósito de compreender a real situação política, social e económica da Guiné-Bissau e, assim conseguir perceber até que ponto a CPLP é ou não um ator relevante no apoio à estabilização de países que estão na mesma situação que a Guiné-Bissau.

A I Série de entrevistas corresponde ao primeiro trabalho de campo, todo ele conduzido na Guiné-Bissau durante os meses de março e Abril. A todos os entrevistados foi colocado o mesmo par de perguntas, alterando uma ou outra conformo o estatuto e as funções do entrevistado.

Contudo, tendo em consideração o pedido de anonimato feito pelos entrevistados, os mesmos não serão identificados e serão definidos por letras

Entrevista A

Como explica os constantes golpes de Estado?

Resposta: deficiente transição democrática, a transição só foi na aparência não foi na essência explicada por duas razões: por um lado a figura de Nino Vieira presidente desde 1980 na sequência do golpe que destituiu Luís Cabral e por outro a preponderância do partido PAIGC, que se confunde com Estado da Guiné-Bissau, não havia partidos, a influência do PAIGC sobre o Estado era muito grande.

A constituição semipresidencialista, mas na verdade tinha uma prática presidencialista, nomeadamente o facto de o presidente ter direito a participar no conselho de ministros e entre outros mecanismos criados para dar preponderância ao presidente.

O sistema político partidário resultante das eleições de 1994 era fraco, frágil. De facto não existiu duranta muito tempo um contra poder significativo.

Dentro do PAIGC, a partir do momento em que se adotou uma constituição semipresidencial, em que se passou a realizar eleições para primeiro- ministro e para presidente, o próprio PAIGC não criou mecanismos de promoção das suas figuras. Com o exilio de Nino Vieira em 1998, o PAIGC, a partir de eleições internas (congresso) elegia uma direção e um líder do partido que se apresentaria como Primeiro-Ministro, nas eleições presidenciais o partido apoia um outro candidato, que normalmente não é uma figura proeminente e que quando chega à presidência procura ter ascendência sobre o primeiro-ministro. Por outro lado, esses presidentes que acabam por ser eleitos com apoio do partido tentam de alguma forma sobrepor-se dentro do partido em relação ao próprio líder do partido.A maioria de quadros vêm dos partidos e não da sociedade civil.

Aquando da ascensão de Kumba Yalá à presidência houve uma tentativa de etnização/tribalização da vida política, ou seja, transformar as etnias num fator de luta política, o que não era natural na sociedade guineense porque as etnias sempre conviveram muito pacificamente, nunca houve um problema étnico ou religioso e o Kumba Yala para romper com a lógica do PAIGC procurou à sua volta mobilizar os balantas, ao fazer isso transformou durante algum tempo o fator étnico um fator de luta política. Embora não seja uma situação dominante, ainda hoje, sobretudo entre os balantas existe uma certa oposição ao PAIGC. O verdadeiro poder no país com uma base étnica são os militares

É claramente visível uma supremacia do partido sobre o Estado, explicada pela existência de uma forte ideologia de guerra, ou seja, os dirigentes políticos são escolhidos conforme o papel desempenhado na luta de libertação. A falta de quadros

politicamente preparados e instruídos é a principal causa do enfraquecimento das estruturas estatais no período do pós- independência até a atualidade?

Resposta: Durante muito tempo essa lógica funcionou, porém já não muito visível tendo em conta que muitos dessas figuras já desapareceram

Como vê o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico, que decorre sobretudo nas ilhas de Bijagós? Para além de compensações económicas qual seriam as restantes motivações destas elites para participarem no narcotráfico?

Resposta: o narcotráfico começou com […], à volta das Forças Armadas para se autofinanciarem. É importante reforçar que essa situação não é exclusivo da Guiné-Bissau. As redes de narcotráfico da América latina, sobretudo da Colômbia, têm usado a África Ocidental em geral como forma de rotas alternativas para a chegada de droga para os EUA e principalmente para a Europa. A Guiné-Bissau sobretudo nos últimos 10 anos tem sido privilegiado, porque o país é muito mais fraco, o controlo das forças policiais é praticamente inexistente, nomeadamente a sua capacidade de controlar as suas ilhas, com isso a Guiné-Bissau torna-se um alvo mais fácil. Durante os Governos de Domingos Simões Pereira e do seu Sucessor Carlos Correia, a capacidade de controlo foi muito mais apertado.

Nos últimos anos a presença da CEDEAO é cada vez mais notória e influente na mediação de conflitos, que têm estado a assolar o país, verificando um pouco envolvimento da CPLP. Assim sendo, é correto afirmar que a CPLP tem vindo a perder protagonismo na RGB, explicada talvez por um certo "cansaço" dos problemas do país, ou será uma falta de interesse da CPLP?

Resposta: A CPLP está afastada das atuais crises porque não existe nenhum representante da organização no país. O mandato não foi renovado, o país não solicitou a renovação do mandato. As autoridades guineenses vivem para o presente e, por uma razão de mediatismo não estavam interessados em renovar o mandato. A CPLP tem como prioridade a Guiné-Bissau, contudo, tendo em conta que faz parte dos estatutos da organização, o mesmo só se pode envolver em palcos de crise a pedido do próprio país, quando isso não se verifica, a CPLP não se pode envolver.

Não há nenhuma reunião do Comité de Concertação Permanente da CPLP em que não seja discutido a situação da Guiné-Bissau, o que demonstra claramente o interesse, empenho e envolvimento da organização. Portugal, Brasil e Angola logo a seguir à aspiração do mandato manifestaram sempre vontade em fazer um esforço suplementar para prolongar o mandato. Não concorda com o argumento de que a CPLP está " cansado dos problemas da Guiné-Bissau".

Fala-se muito dos objetivos de desenvolvimento do Milénio. Qual o papel da CPLP para o cumprimento das metas?

Resposta: era importante um maior empenho da CPLP nesta matéria, sobretudo do ponto de vista da segurança alimentar, pois é uma das perspetivas dominantes da CPLP, onde o seu envolvimento foi significativo. Devido à crise está tudo suspenso. Muitos dos objetivos de desenvolvimento Milénio que estavam inscritos no plano estratégico de cooperação estão suspensos, embora o acordo total ainda não esteja suspenso, nomeadamente no que diz respeito à educação, à segurança alimentar e ao desenvolvimento das relações empresariais.

O País aderiu à moeda única da sub-região em 1997 (UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana). Contudo, existem vozes discordantes relativamente a essa

adesão. Qual a sua opinião a este respeito, e que repercussão tem ou poderá ter sobre a economia do país?

Resposta: não considera que o CFA tenha refletido negativamente na economia guineense, pelo contrário faz todo sentido tendo em conta que toda a região gira à volta da mesma moeda. Com a queda de Luís Cabral todas as fábricas existentes no país por exemplo a fábrica da Volvo e projetos sustentáveis despareceram, antes mesmo da entrada da moeda única, o que comprova que não foi a moeda a causadora da crise, mas sim, a falta de quadros preparados.

As potencialidades turísticas da Guiné são enormes, se considerarmos a sua situação geográfica, sua cultura, usos e costumes de diversas etnias que compõem a sua população. Tendo em conta esta afirmação, quais são as medidas que o governo poderia adotar para incentivar o sector turístico? Entre todas essas potencialidades, qual pensa que é prioritária nesta altura, de forma a promover segurança e desenvolvimento?

Resposta: O turismo tem um potencial imediato e muito grande. Seria preciso investimento infraestruturais significativos: o turismo das ilhas, que na maioria já estão a ser exploradas. Para complementar o turismo das ilhas seria necessário investir no turismo do próprio continente, com infraestruturas de acessos ex: praia de varela. O turismo cultural, que passa por recuperar as cidades históricas detentoras de uma grande beleza arquitetónica. No governo de Domingos Simões Pereira (DSP) estavam a ser desenvolvidas planos para recuperar as quatro cidades históricas para depois candidatá-las ao património mundial da humanidade e a partir daí investir no turismo.

Para além deste setor é importante atribuir uma grande importância às pescas, tendo em conta, que tirando a UE que tem um acordo mais sério com o país, os russos e os chineses exploram de uma forma abusiva os recursos da Guiné.

A Guiné-Bissau logo após à independência, era autossuficiente em arroz, hoje em dia importa 70%, tinha duas indústrias pojantes o caju e a mancara, hoje em termos agrícolas tem uma monocultura absoluta que é a exportação do caju, que é atualmente o único fator de rendimento de produto interno bruto. Mesmo assim, não ganha ¼ do potencial que poderia ganhar porque vende em bruto, logo, está nas mãos de intermediários e de transformadores que em termos de produto final têm margens brutais de lucros. O país não tem indústria transformadora, não tem certificação de qualidade exigido pela maioria dos mercados. A maioria do caju parte de Bissau para a China e para a India, a partir daí é transformado e vendido com margens de lucros a 100%.

Atualmente a GB vive novamente num período de grandes turbulências políticas, numa altura em que a comunidade internacional estava totalmente confiante nos dirigentes políticos. Quais as motivações dessas crises e como podem ser resolvidas? Como avalia o papel da CPLP na resolução destas atuais crises?

Resposta: prende-se com um fator que se mantem desde a constituição de 1994, que é o facto de o PAIGC nomear um líder que é candidato a PM e depois uma outra figura para PR que normalmente não tem um grande peso dentro do partido, que depois de ser eleito tenta controlar o próprio PM, o partido e todo o Estado. Este é um desentendimento constante desde 1998 entre o PM, que é o líder do partido e o PR que é apoiado pelo partido.

É claramente visível uma grande inimizade entre DSP e Mário Vaz, além de um choque de personalidades. DSP cometeu grandes erros, nomeadamente na sua tentativa de excluir todos os principais adversários do aparelho de Estado. Quando o PR percebeu

desta marginalização e que não iriam ter lugar dentro do partido, tornou todos esses excluídos conselheiros, transformando a presidência num núcleo anti-DSP. Embora a constituição não permita, o PR tinha uma grande apetência para participar em algumas decisões da governação, chegando mesmo a criar uma governação paralela por exemplo "mão na lama". De imediato, esta crise pode ser ultrapassada caso o PR aceitar o acordo de Conacri

Concorda que a reforma do sector da Defesa e da Segurança é condição essencial para a construção da paz e desenvolvimento na RGB?

Resposta: o primeiro fator importante como condição necessária da reforma seria a estabilização do país, já se percebeu que um dos problemas para a estabilização do país é o papel de controlo que as Forças Armadas detêm sobre a sociedade em geral. Pela primeira vez, numa situação de crise os militares mantêm-se neutros.A reforma do sector de segurança e defesa é fundamental para a estabilidade do país, sem essa reforma não vai haver nunca estabilidade no país, projeção e desenvolvimento. As Forças Armadas (FA) são excessivas para a dimensão e para o PIB da Guiné-Bissau.

Como poderia ser feita essa reforma?

Resposta: apostar na retirada de antigos combatentes e todos aqueles que constituem o "cancro" político das FA. Fazer uma aposta forte e séria numa força mais reduzida, altamente sustentada e altamente profissional. *Qual seria a forma de os profissionalizar?* Para os afastar deste envolvimento na política, a única forma seria participar em rotação constante de unidades das FA em operações de paz seja na região, no continente ou internacionalmente. Por outro lado, seriam que ser bem pagos de forma que os possibilite de sustentar as suas famílias.

O que falhou na missão da UE e na missão Missang?

Resposta: relativamente à operação da UE houve vários erros, uns causados pela própria UE e outros pela GB. O presidente Nino Vieira nunca esteve totalmente convencido da importância e da necessidade da missão, o que foi um fator de grande perturbação. Erros da missão com a nomeação de um general espanhol já reformado como chefe da missão, que nunca tinha tido em áfrica e não falava português. Entre Portugal e a UE nunca ficou muito bem definido quais os objetivos da reforma em termos de forças. Por isso houve sempre uma luta interna dentro da missão entre duas visões antagónicas relativamente à projeção das forças e isso prejudicou na própria interlocução com as autoridades guineenses.

Na Missang foram basicamente dois erros: começou por ter uma intervenção relativamente ao tráfico de droga e o general Indjai e as chefias militares não queriam essa interferência. Embora não seja um argumento comprovado, a verdade é que a CEDEAO entendendo que a CPLP por via de Angola estaria a ter uma ascendência muito grande na GB, resolveu perturbar o processo e estimulou o general Indjai e Bubo Na Tchuto a virarem-se contra a missão. O que correu mal foram fatores de política internacional ligados a fatores internos.

Que perspetivas tem sobre o futuro da GB?

Resposta: em 2014 estava entusiasmado, com esperança. Atualmente é bastante pessimista e negativo

Entrevista a Domingos Simões Pereira, a 06 de Abril de 2017, pelas 20h00

Nos últimos anos a presença da CEDEAO é cada vez mais notória e influente na mediação de conflitos, que têm estado a assolar o país, verificando um pouco envolvimento da CPLP. Assim sendo, é correto afirmar que a CPLP tem vindo a perder protagonismo na RGB, explicada talvez por um certo "cansaço" dos problemas do país, ou será uma falta de interesse da CPLP?

Resposta: As organizações Internacionais são dotadas de vocação, deste modo a vocação da CPLP é fundamentalmente de facilitar a integração de Estados Membros no seu espaço de integração por exemplo a GB é membro da CEDEAO, portanto um dos papéis da CPLP é ajudar a GB a ter uma integração plena na CEDEAO. Ao fazer isso criar oportunidades entre países da CEDEAO e a CEPLP.

Os Estados são muito vinculados a sua soberania, quando um conjunto de Estados criam uma OI o pressuposto é que estão dispostos a delegar parte da sua soberania para constituir essa organização, o grande problema é que todos querem fazer parte dessa instituição e que tenha força e relevância, porém ninguém quer delegar as suas competências e sobretudo soberanas, neste sentido é normal criticar a CPLP, mas essa é uma realidade partilhada por todas as OI. É muito difícil convencer os Estados-membros a delegar parte da sua soberania para as OI, portanto fica difícil que essa organização possa ter alguma relevância quando é necessário, tendo em conta, que os próprios países não delegam essa competência. Para a CPLP poder intervir sem que isso signifique uma ingerência nos assuntos internos da GB, é preciso que numa situação de paz tenha aprovado princípio dessa ingerência da CPLP, o que comprova o argumento de que "as OI são aquilo que os Estados querem que seja".

Se a GB estivesse disposto a delegar um conjunto de competências, incluindo a intervenção em caso de instabilidade e de ameaça à paz, neste momento a CPLP teria mandato e competência para intervir, como não foi delegado essa competência a CPLP nada pode fazer. A CPLP nunca teve esse mandato, o que foi acordado no âmbito da CPLP é criar uma força única treinar essa força para no caso de necessidade poder atuar em conjunto, neste sentido foi criada a unidade "FELINO" que faz treinos nos vários países para na eventualidade vir a ter um mandato de intervir.

A nível da política internacional a única entidade que tem mandato para intervir de forma autónoma em qualquer situação de conflito é o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que pode delegar essa competência a uma outra instituição de carácter mais regional por exemplo a União Africana, que por sua vez, pode transferir esse mandato a uma organização sub-regional, neste caso, tendo em conta que a GB pertence a CEDEAO, a UA poderia delegar essa competência na CEDEAO.

Porque é que a CPLP não tem o mesmo mandato?

Resposta: porque a CPLP não exerce soberania sobre nenhum território. Não pode receber um mandato de intervenção numa região, pois não tem esse carácter de implantação regional. A ONU delega competências a instituições de carácter regional

Que papel é que a CPLP poderia desempenhar nestes contextos?

Resposta: sempre que há um mandato da ONU em colaboração com a estrutura sub-regional, nomeadamente a CEDEAO, a CPLP poderia através da força militar de prevenção "FELINO" contribuir para a implementação do mandato.

Concorda com o termo de que a GB é o primeiro narco-estado de África?

O narcotráfico e o crime organizado são ameaças globalizantes, por isso espera-se que os estados tomem decisões para criminalizar esses atos, é neste contexto que a GB falha. Portanto pode-se compreender que o país não tenha capacidade de combater, mas não se pode compreender que o país não adira aos princípios regionais para combater o narcotráfico. É este facto que leva com que surjam autores a argumentar que o país esteja ligado ao narcotráfico, porque para além de não combater este fenómeno, não aprova leis que tornam esta prática um crime. A fragilidade do país é sobretudo uma fragilidade institucional, de não corresponder aos esforços regionais para garantir a segurança na região.

O que falhou na missão da UE e na missão Missang?

Resposta: o principal problema da reforma do sector de segurança e defesa na GB é a incapacidade da nossa sociedade de reconhecer uma faixa etária como parte do sistema e garantir que tenham acesso a "compensações". O programa de reforma do sector de segurança e defesa (RSS) foi concebido sem pensar nas pessoas, permitiu-se que ao longo do tempo que uma determinada faixa social se sentisse marginalizada.

A sociedade não se organizou para conquistar a confiança dos militares para uma definição diferente de reforma. Enquanto a reforma significar reduzir ou retirar não vai funcionar, só funcionaria se tivéssemos força para impor essa reforma. Propõe que a reforma signifique sobretudo cobertura social dos dependentes e a reconversão social do próprio militar. Por outro lado as falhas deveu-se ao facto de que todas as tentativas de reformas foram experiências levadas a cabo por outras entidades, não houve uma preocupação de ir à origem dos problemas, este é um problema sociológico e não militar.

Como explica os constantes golpes de Estado?

Quando se conquistou a independência faltou compreender que não bastava apenas dizer que se conseguiu expulsar os portugueses, já havia problemas internos, era necessário encontrar mecanismos de compensação para todos aqueles que se sentiam marginalizados. As etnias que se gerem por uma estrutura vertical, nomeadamente os mandigas, biafadas sempre tiveram facilidade de se relacionar com qualquer poder, todos aqueles que não têm essa estrutura tem tendência de pensar que estão marginalizados, se a sociedade não cria mecanismos de compensação para os enquadrar, para garantir a convivência pacífica vai ocorrer uma situação de imposição da força. A sociedade é que não foi capaz de criar mecanismos de compensação para que toda a sociedade se sinta devidamente representada. Afirmar que o único responsável são as FA é uma definição muito simplista.

As potencialidades turísticas da Guiné são enormes, se considerarmos a sua situação geográfica, sua cultura, usos e costumes de diversas etnias que compõem a sua população. Tendo em conta esta afirmação, quais são as medidas que o governo poderia adotar para incentivar o sector turístico? Entre todas essas potencialidades, qual pensa que é prioritária nesta altura, de forma a promover segurança e desenvolvimento?

Resposta: garantida a estabilidade, as prioridades deveriam ser, como constam no meu programa de governo: caju porque já existe um nível de exportação que merece um outro tratamento, depois seria as pescas, o turismo, produção de arroz e por fim as minas. Relativamente ao caju a ideia é apostar na indústria transformadora de pequenas unidades

Que perspetivas tem sobre o futuro da GB?

Resposta: depende da nossa sociedade civil, quanto mais rápido a sociedade se consciencializar do seu papel e da sua importância e se mobilizar para reclamar os seus direitos, mais rápido o país se desenvolve. É necessário uma sociedade civil espontânea.

Entrevista C

É necessário olhar para as FA como uma entidade de pertença, que tem que prestar serviços a diferentes grupos e dar garantias de segurança. Como é que a estrutura militar guineense foi forjada? Houve um movimento popular que começou por fazer ações de milícia a 3 de Agostou passou a ser um popular, Cabral dizia " não temos militares mas temos militantes armados" pessoas que foram mobilizados através de uma base popular, que sem nenhuma qualificação estruturada aprenderam a guerrear, desenvolveram uma estratégia de guerrilha, a partir do momento em que se conquista a independência, cristaliza-se uma força dentro de um Estado que é forjado na luta " nação forjada na luta". Não é o Estado da Guiné-Bissau que criou as FA, mas são as FA que criaram o Estado da Guiné-Bissau, foi este facto que levou ao falhanço de todas as tentativas de reforma, pois não conseguiram partir desta conceção. Qualquer reforma tem que partir desta base. As FARP é o elemento crucial para a criação da Guiné-Bissau. A primazia que as FA têm dentro do país não é algo que um Estado extremamente frágil terá capacidade de proceder a uma reforma de um setor que criou o próprio país. Falta uma visão mais ampla e estruturada para compreender a base da RSS, fazer essa reforma será um verdadeiro desafio, pois será que são as reformas das FA que levaram à reforma do Estado, ou será que são as reformas do Estado que levaram à reforma das FA? Perante isto é perfeitamente normal que os golpes de Estado aconteçam.

A CEDEAO para além de constituir uma verdadeira comunidade, ou seja tem uma unicidade territorial, que lhe permite ter um exército, uma moeda, que a partir daí lhe dá a capacidade de impor as suas políticas. Tem um gabinete de alerta precoce, o que lhe garante um plano de governação de monotorização para todos os seus EM. A CPLP pelo contrário é uma estrutura distante, sobretudo político, não tem capacidade permanente de instalação a nível dos Estados-membros, não tem um programa público, reage e não age de forma pró-ativa, como é que as suas ações terão incidência?

Qualquer intervenção do ponto de vista político e segurança, quem tem autoridade e prioridade de intervenção é a comunidade da região, porém este facto não impede que a CPLP tenha uma diplomacia agressiva, ou seja, deve assumir uma abordagem de assistência técnica e não uma abordagem de ter liderança.

Como explica os constantes golpes de Estado?

Resposta: Enquanto o chefe de Estado for reconhecido como legitimo chefe das FA, não existe problemas de golpes de Estado, em contrapartida quando o chefe de Estado a sua legitimidade como CEMG/FA começa a estar em causa, provoca os golpes de estado

Na sequência de 7 de junho emergiu uma liderança militar, de vencedores da guerra e não daqueles que têm maiores níveis de escolaridade e de academia. É dentro deste quadro é que e deve pensar as reformas, ou seja, os golpes de Estado acontecem não é porque os políticos mobilizam os militares para tal, mas sim porque os militares são atores que sabem quais são as suas capacidades, os seus interesses e como agirem em situações de golpes de Estado para consolidarem o seu próprio espaço, "militares como atores políticos."

Qualquer projeto de reforma tem que ser um amplo compromisso político, entre a sociedade política, sociedade civil, a comunidade internacional liderado pelos guineenses. Qualquer outra entidade que venha liderar esse projeto, que não parta desse pressuposto vai ser um total falhanço.

É claramente visível uma supremacia do partido sobre o Estado, explicada pela existência de uma forte ideologia de guerra, ou seja, os dirigentes políticos são escolhidos conforme o papel desempenhado na luta de libertação. A falta de quadros politicamente preparados e instruídos é a principal causa do enfraquecimento das estruturas estatais no período do pós- independência até a atualidade?

Resposta: existem quadros preparados nas FA, a estrutura intermediária são muito bem preparados. Não é pela quantidade de recursos humanos qualificados profissionalmente é que se tem sucesso em termos políticos, para alcançar sucesso é necessário: sentido patriótico, conhecimento da realidade no qual está envolvido, e compromisso em termos de transformação social. Não é o grau profissional que garante o desempenho do país no ponto de vista de garantir a prestação de serviço.

Como vê o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico, que decorre sobretudo nas ilhas de Bijagós? Para além de compensações económicas qual seriam as restantes motivações destas elites para participarem no narcotráfico?

Resposta: a GB não é um país produtor da droga, não tem uma indústria de transformação, não tem um mercado de consumo em comparação com a Gâmbia e Senegal. O que acontece é que o país não tem capacidade de controlar o seu espaço fronteiriço. Toda a sua plataforma costeira fica a mercê de grupos de crime organizado, que utilizam esse espaço como plataforma para fazer chegar droga aos seus destinos. Para os Estados fragilizados em situação de crise económica e financeira droga é uma oportunidade para alimentar a elite política dentro da sua agenda de manutenção de poder. Havendo burocracias de mecanismos de financiamento internacional, de ajuda pública ao desenvolvimento são muito curtos, e não garantem a longevidade do poder. Droga foi uma linha que serviu para financiar branqueamento de capitais e aumento das riquezas. Todos os restantes países da áfrica ocidental estão associados a isso. Não concorda com o argumento de que a Guiné seja um narco-estado, pois para ser designado como tal, o país teria que projetar dentro do seu orçamento geral de Estado como é que a receita de droga ia contribuir para o investimento público, aí teríamos uma tecnologia do Estado montado para a economia do narcotráfico, além de que as famílias estariam totalmente dependentes disso, o que não acontece. A GB é refém desta atividade porque não tem capacidade de prestar serviços e responder às necessidades básicas dos cidadãos.

Nos últimos anos a presença da CEDEAO é cada vez mais notória e influente na mediação de conflitos, que têm estado a assolar o país, verificando um pouco envolvimento da CPLP. Assim sendo, é correto afirmar que a CPLP tem vindo a perder protagonismo na RGB, explicada talvez por um certo "cansaço" dos problemas do país, ou será uma falta de interesse da CPLP?

Resposta: a CEDEAO tem uma sede de raiz no país para instalar a sua estrutura. O representante da CPLP funcionava na sede da agência de cooperação Timor Guiné-Bissau. Não concorda com o argumento de que a Guiné-Bissau não aceita ingerência externa, pois o país sempre esteve em tutela com exceção do período entre 1974.1984.

A CPLP tem revelado uma incapacidade de ter uma intervenção contínua, estruturada, concertada e articulada entre os seus EM e a CEDEAO ao abrigo das Nações Unidas (NU). Uma intervenção da CPLP deve ser composta por efetivos dos EM e responder aos interesses da própria comunidade. CPLP deve definir estratégias e prioridades para cada um dos signatários: qual a relevância da CPLP na crise política em moçambique? A CPLP deverá desenvolver uma estratégia para cada um dos seus estados membros.

O País aderiu à moeda única da sub-região em 1997 (UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana). Contudo, existem vozes discordantes relativamente a essa adesão. Qual a sua opinião a este respeito, e que repercussão tem ou poderá ter sobre a economia do país?

Resposta: o peso não tinha nenhum outro espaço de consumo para além da GB. A UEMOA permitiu uma maior mobilidade o que foi bastante vantajoso aquando do conflito político-militar de 1998. Com a adesão à moeda única garantiu-se um espaço de mobilidade, de fluxo de capitais e o aumento da capacidade de compra.

As potencialidades turísticas da Guiné são enormes, se considerarmos a sua situação geográfica, sua cultura, usos e costumes de diversas etnias que compõem a sua população. Tendo em conta esta afirmação, quais são as medidas que o governo poderia adotar para incentivar o sector turístico? Entre todas essas potencialidades, qual pensa que é prioritária nesta altura, de forma a promover segurança e desenvolvimento?

Resposta: as prioridades devem ser reformar o sistema político, a administração pública, sistema económico-financeiro e o sistema educativo.

Actualmente a GB vive novamente num período de grandes turbulências políticas, numa altura em que a comunidade internacional estava totalmente confiante nos dirigentes políticos. Quais as motivações dessas crises e como podem ser resolvidas? Como avalia o papel da CPLP na resolução destas atuais crises?

Resposta: dissolver o parlamento e convocar as eleições gerais para legitimar todos os órgãos.

O que falhou na missão da UE e na missão Missang?

Resposta: o facto de a UE considerar as reformas em função de um pacote legislativo a ser adotado sem olhar para a dimensão e estruturas das FA, por outro lado, não houve dedicação das lideranças nacionais, quer militares, quer da sociedade civil, além de que a tentativa de reforma foi feita de fora para dentro, ou seja a reforma foi feita para os guineenses mas não com os guineenses. Na Missang houve uma clara proteção dos interesses angolanos na região nomeadamente no que diz respeito ao bauxite e o porto das águas profundas, não houve integração dos restantes membros da CPLP, não houve um compromisso nacional à volta do que seriam os elementos estratégicos da reforma.

Entrevista a Leopoldo Amado, a 1 de Abril de 2017, pelas 11h00 – Diretor do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP)

Como é que um organismo, sem uma componente militar pode ser eficaz na mediação de conflitos?

Resposta: a CPLP é uma instituição multilateral, com uma descontinuidade territorial muito grande, a CPLP não tem condições objetivas de poder constituir-se ainda numa organização vocacionada para a prevenção de conflitos e para ter uma ação mais ativa, apresenta contingências territoriais. A CPLP é uma organização muito nova, que se debate com vários problemas entre eles um problema de afirmação, insuficiência de meios, apesar disso tenta encorajar a sociedade civil dos países membros que assumam as iniciativas. A CPLP não passa de um "Estado de alma", de uma vontade. A Guiné-Bissau tem mais interesses a defender a nível da sub-região em relação à CPLP, mesmo a nível dos PALOPS. A CPLP é um projeto em construção, só depois de ser fortemente pressionado é que estabeleceu uma sede na Guiné-Bissau, porém não tem qualquer significado, até porque o representante continua a viver num hotel. Por vezes nem sempre os interesses dos países membros são convergentes. CPLP tem que acrescentar algo mais à vertente histórico-cultural ir mais para a vertente de concertação político diplomático.

Como explica os constantes golpes de Estado?

Resposta: problemas no passado mal resolvidos ou ignorados, que se manifestam da pior forma. Sociedade muito dividida, sistema democrático muito novo e frágil. O Estado esta capturado por setores da sociedade que não lhes interessa o desenvolvimento do país. Não é tão líquido de que resolver o problema do sector da segurança e defesa o país teria condições de garantir estabilidade. A realidade guineense é muito mais complexa. O Estado esta refém de interesses partidários, étnicos que impedem a sua estabilização.

É claramente visível uma supremacia do partido sobre o Estado, explicada pela existência de uma forte ideologia de guerra, ou seja, os dirigentes políticos são escolhidos conforme o papel desempenhado na luta de libertação. A falta de quadros politicamente preparados e instruídos é a principal causa do enfraquecimento das estruturas estatais no período do pós- independência até a atualidade?

Resposta: existe muitos quadros preparados, capazes e competentes. Não é um problema de falta de quadros é um problema que o Estado tem em absorver, de direcionar o potencial de sabedoria.

Como vê o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico, que decorre sobretudo nas ilhas de Bijagós? Para além de compensações económicas qual seriam as restantes motivações destas elites para participarem no narcotráfico?

Resposta: o problema de tráfico de droga não é uma questão característica da Guiné-Bissau. Esta é uma situação comum de todos os países da África ocidental. Bissau não um país produtor nem consumidor, o país é utilizado como rota de transito derivado das sua fraquezas institucionais e da extrema pobreza existente

Entrevista E

Qual foi a inspiração de Amílcar Cabral para a criar o PAGC?

Resposta: Inspiração marxista, mas com isto não significa que era um marxista/leninista convicto, resultou apenas das circunstâncias históricas. Tendo em conta que nos anos, 60, o ambiente era favorável à criação de movimentos de libertação. As elites crioulas (camadas da população com mais conhecimentos, que estudaram no exterior, com fortes conhecimentos da realidade internacional, estes eram compostos essencialmente por estudantes e elites urbanas) estiveram na origem da criação do PAIGC. A luta armada teve como gatilho o massacre de Pidjiguiti (contestação social)

Como explica os constantes golpes de Estado?

Resposta: A Guiné-Bissau não é um Estado-Nação, é composto por muitas etnias, todas elas com ligações mais profundas com outros grupos de outros países. Questão de Casamansa. É um Estado fraco, quem ganha as eleições fica com o poder absoluto. O exército é maioritariamente balanta. Por ser difícil conseguir vitória nas eleições, torna-se mais fácil conseguir o poder através de golpes de Estado. Mesa redonda de Bruxelas, todos pensavam que DSP tinha conseguido mil milhões de euros e que não estava disposto a distribuir por todos, o que não correspondia à realidade. Não se aceita a ingerência externa no país exemplo disso foi a intervenção fracassada de Angola.

As redes de narcotraficantes não têm interesse na estabilização do país. É claramente visível um cansaço dos doadores exemplo da Suécia, que era um país que mais apostou na GB e que agora já não o faz.

É claramente visível uma supremacia do partido sobre o Estado, explicada pela existência de uma forte ideologia de guerra, ou seja, os dirigentes políticos são escolhidos conforme o papel desempenhado na luta de libertação. A falta de quadros politicamente preparados e instruídos é a principal causa do enfraquecimento das estruturas estatais no período do pós- independência até a atualidade?

Resposta: É a principal causa do enfraquecimento do país, grande parte dos dirigentes do Estado não sabem ler nem escrever e existe um alto nível de corrupção

Como vê o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico, que decorre sobretudo nas ilhas de Bijagós? Para além de compensações económicas qual seriam as restantes motivações destas elites para participarem no narcotráfico?

Resposta: O narcotráfico funciona sobretudo na ilha de bijagós. Esta questão pode ser explicada pelo facto de que por exemplo um funcionário público quando conseguia receber um salário este seria cerca 20 euros mensais, como se pode imaginar um chefe de família a conseguir garantir o sustento da família com esse ordenado, tendo em contrapartida uma criança nos bijagós poderia receber o mesmo valor por dia para fazer entrega de droga. Esta atividade é visto por muitos como sendo um único meio para garantir a sobrevivência. O que explica o narcotráfico é a extrema pobreza.

Nos últimos anos a presença da CEDEAO é cada vez mais notória e influente na mediação de conflitos, que têm estado a assolar o país, verificando um pouco envolvimento da CPLP. Assim sendo, é correto afirmar que a CPLP tem vindo a perder protagonismo na RGB, explicada talvez por um certo "cansaço" dos problemas do país, ou será uma falta de interesse da CPLP?

Resposta: A Nigéria era o único país com capacidades para intervir nos países, tem um braço armada, no entanto está a atravessar dificuldades económicas com a queda brutal do preço do petróleo. A CEDEAO tem todo interesse na estabilização do país, para evitar uma situação parecida com o Mali, ou seja a expansão do radicalismo islâmico.

Esta convivência pacifica existente no país pode ser posta em causa com a entrada do extremismo islâmico, o que acentuarão as vulnerabilidades já existentes.

A CPLP esta muito enfraquecida sem capacidades económicas porque quem liderava as missões era Angola, que atualmente também esta a travessar grandes dificuldades económicas, o Brasil não tem qualquer interesse pelo país. Portugal atualmente é o único país que ainda apoia a Guiné-Bissau. A CPLP não tem interesse em intervir na Guiné-Bissau, desta forma a principal questão que se coloca é saber quem financiaria um possível mandato para a Guiné-Bissau? A CPLP não tem um Estado líder, todos estão em pé de igualdade. Esta é uma instituição bastante nova, o que faz dela um organismo extremamente frágil e débil.

O País aderiu à moeda única da sub-região em 1997 (UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana). Contudo, existem vozes discordantes relativamente a essa adesão. Qual a sua opinião a este respeito, e que repercussão tem ou poderá ter sobre a economia do país?

Resposta: A adesão do país ao franco CFA enfraqueceu ainda mais a economia do país, não estava preparada para aderir a uma moeda tão forte. A Guiné-Bissau é um país que importa tudo o que consome, o comércio existente está sobretudo nas mãos de libaneses. É um Estado fraco e virtual.

Atualmente a GB vive novamente num período de grandes turbulências políticas, numa altura em que a comunidade internacional estava totalmente confiante nos dirigentes políticos. Quais as motivações dessas crises e como podem ser resolvidas? Como avalia o papel da CPLP na resolução destas atuais crises?

Resposta: Choque de personalidades luta pelo poder. Duas personalidades extremamente inteligentes acarinhadas pela comunidade internacional, daí a confiança atribuída ao país, e a aprovação de medidas de apoio económico, que agora foram postas em causa. Já ninguém está disposto a financiar o país. Muitos afirmam que a solução para se sair desta crise é a realização de eleições, tendo em conta que o país é incapaz de suportar os custos, quem financiaria estas eleições? Sai o presidente Mário Vaz, quem teria capacidades para o substituir?

Ao longo da história do país foi visível uma grande interferência dos militares no Estado, atualmente com esta crise os militares estão extremamente calmos. A pergunta que se coloca é quem anda a financiar os militares para se manterem distantes da política?

Que perspetivas tem sobre o futuro da GB?

Um futura extremamente negativo. A Guiné-Bissau pode vir a cair neste radicalismo islâmico, que esta cada vez mais a alastrar-se.

Entrevista Graça Rocha, a 23 de Agosto de 2017 pelas 10h

Acompanha o país há mais de 12 anos. Participou em quatro missões de observação eleitoral: três pela CPLP e a primeira missão em que participou era no âmbito bilateral, liderada por Portugal.

A Guiné-Bissau é um país altamente dependente do apoio externo, não se desenvolve porque nunca há estabilidade que permita desenvolver-se. O país tem riquezas, é de pequena dimensão, portanto não seria de administração muito difícil. Tem muitos recursos, tem um povo altamente tolerante, muito pacífico. Apesar de todas estas características, apresenta uma pobreza extrema, classificado sucessivamente como sendo um dos países mais frágeis do mundo e com índices de Desenvolvimento Humano muito baixos.

Como explica os constantes golpes de Estado?

Resposta: não existe uma única razão. São várias as origens e que têm vindo a ser ligeiramente diferentes ao longo dos anos. Os processos eleitorais realizam-se e são considerados limpos. Do ponto de vista dos observadores eleitorais que estão no terreno antes do período das eleições e depois delas. Não acompanham o processo de recenseamento, que pode ter alguma reflexo no ato eleitoral em si. Do ponto de vista do ato eleitoral, são eleições de facto livres, justas e transparentes. O problema acontece sempre durante o ciclo eleitoral entre umas eleições e as seguintes; é aí que têm acontecido várias crises, com golpes de estado que envolvem ou não a liquidação de pessoas que normalmente são peças fundamentais no jogo político e com métodos, num dos casos, altamente sofisticados relativamente às debilidades do país. Quem está de fora pode caracterizar estas situações como sendo ajustes de contas, que interrompem sempre as legislaturas, daí que os períodos de vigências dos mandatos não consigam chegar ao fim na sua maioria por desentendimentos pós-eleitorais. O problema não está nos processos eleitorais em si, mas no que decorre a seguir e até ao próximo processo eleitoral, seja ele dentro da agenda ou dentro da periodicidade que a lei admite ou porque houve percalço que fez alterar essa duração previamente estabelecida.

Existem questões internas a nível das elites políticas da Guiné-Bissau que nunca foram resolvidas, porque de facto o contraponto é o comportamento do povo guineense, que é pacífico, caso contrário estas constantes crises numa outra sociedade onde não se verifica esta alta passividade da população, a situação seria de guerra civil contante. Neste sentido, percebe-se que o problema está nas lideranças. Liderar o país, governar, ter acesso ao poder é de facto a razão principal que faz cair por terra toda a estrutura de um Governo. A Guiné-Bissau é um país semipresidencialista mas, de facto, o comportamento assume-se muitas vezes presidencialista. O acesso aos poderes justifica toda a luta de poder existente no país. As constantes crises podem ser também explicadas pela permanência de "fantasmas do passado"; questões que não estão devidamente "arrumadas". Por outro lado há modelos governativos que já foram adotados e que não foram entendidos. E aqui refere-se o governo de Domingos Simões Pereira, que tentou implantar um governo inclusivo (dar poder aos partidos com menor poder expressão e aos chamados independentes). Esta visão não foi entendido por muitos mesmo dentro do PAIGC, o que se explica talvez por uma falta de maturidade democrática nos moldes que vemos noutros contextos. O que acontece, entre outros aspetos, é a falta de entendimento político a um nível superior que permita perceber que esta solução de Domingos Simões Pereira criaria mais equilíbrio, mas, de facto, conduziu novamente a uma situação de desequilíbrio e de luta pelo poder. A falta de renovação de ideias é também uma justificação possível, bem como a integração de jovens mais qualificados que não conseguem entrar no sistema da governação

A constante luta de poder poderia estar associada ao narcotráfico?

Resposta: uma coisa não está totalmente desligada da outra. Por um lado, esta atividade vai permitir aumentar a riqueza de alguns e por outro lado, por algumas "migalhas" mantém outros sossegados. A Guiné-Bissau funciona como uma zona de armazenamento temporário/placa giratória para depois a droga ser distribuída para outros destinos. As rotas estão estabelecidas e quando se adensou o conflito no Mali a rota teve que ser desviada e a atividade intensificou-se na Guiné-Bissau. Para compreender esta situação é necessário ter consciência de que a Guiné-Bissau é um país que não tem qualquer controlo de fronteiras por falta de meios. Apresenta uma vasta costa para as capacidades que tem já que não dispõe nem de meios nem de agentes suficientes para tal e como em todos os países de baixo rendimento a corrupção é um caminho fácil.

A RSS é a solução mais fiável para ultrapassar estes problemas?

Resposta: sem a reforma desta área o país nunca se desenvolverá; a lógica de que não há segurança sem desenvolvimento e vice-versa é verdadeiramente aplicável. A segurança envolve a Defesa, a Administração Interna e a Justiça. Ter uma Justiça credível e eficaz é fundamental para o país interna e externamente sobretudo para os investidores; a segurança interna é também fundamental - viver num país seguro ou não faz toda a diferença e o país não dispõe de recursos para controlo sobre todo o território, para que não entre no país o que não interessa e para que não saiam sem qualquer retorno as suas riquezas em terra e no mar. Uma das grandes riquezas do país são as pescas, contudo não tem o devido retorno com exceção das licenças de pesca acordadas com a União Europeia e as que são acordadas com determinados países que, muitas vezes, permitem também retornos pessoais. A segurança interna é importante para os cidadãos e para quem queira lá estabelecer-se; um país que não é seguro não é um país atrativo. E por fim a questão da Defesa que é importante já que ensombrado a estabilidade. Há militares que, pela sua idade, precisam de se reformar. É também necessário redimensionar as Forças Armadas e restruturá-las e renová-las com pessoas mais jovens, com novas ideias, que olhem para as Forças Armadas com uma outra filosofia. Deverá ainda ser assimilado o conceito da submissão do poder militar ao poder político. Assumindo a segurança como um conceito que abrange estes três setores (Justiça, Administração Interna e Defesa), podemos afirmar que sim, é fundamental uma RSS (reforma do setor de segurança e defesa), para criar alguma estabilidade no país, para que se torne credível e com isso possa atrair investimento externo porque as potencialidades existem.

O que pode ter falhado nas tentativas da RSS?

Resposta: a missão da União Europeia cumpriu uma parte com o apoio à restruturação legal, porque para haver uma reforma ela deve ser sustentada em procedimentos legais. Criou-se um modelo normativo mas, na prática, não se verifica a aplicação dessas normas. Esperava-se que a Missão se prolongasse no tempo, mas não se verificou esta situação já que, mais uma vez, a instabilidade interrompeu o processo.

A Missang acabou por trazer à tona algum mal-estar entre Angola e algumas lideranças guineenses. Angola pretendia desenvolver umas das zonas da Guiné-Bissau com a exploração de bauxite, pretendendo inclusivamente construir um porto que tornaria o maior porto de águas profundas da África Ocidental. Mas as coisas não correram bem.

Nos últimos anos a presença da CEDEAO é cada vez mais notória e influente na mediação de conflitos que têm estado a assolar o país, verificando-se pouco envolvimento da CPLP. Assim sendo, é correto afirmar que a CPLP tem vindo a perder protagonismo na RGB, explicada talvez por um certo "cansaço" dos problemas do país, ou será uma falta de interesse da CPLP?

Resposta: A CPLP não sendo muito ativa é mais ou menos ativa dependendo da sua liderança. A intervenção da CPLP nas Crises da Guiné-Bissau vai variando. A CPLP já foi mais ativa do que é atualmente; aliás, já teve uma representação no terreno, que já não tem. Ao longo dos anos a abordagem da CPLP em relação à Guiné-Bissau tem sido diferente mas, na generalidade, pouco interventiva. A CPLP e a Comunidade Internacional em geral está de certa forma cansado dos problemas guineenses. É notório o cansaço dos doadores, o que explica a retirada de muitos parceiros de desenvolvimento.

Que perspetivas tem sobre o futuro da GB?

Resposta: conseguindo um Governo coeso, estável e que cumpra a legislatura, percebendo que a RSS é fundamental e conseguindo levá-la a cabo, tarefa que não será fácil , só nessas condições a Guiné-Bissau conseguirá garantir a tão desejada estabilização que conduzirá ao crescimento. Caso contrário, o futuro não será risonho e o bem-estar das populações estará sempre em causa.

APÊNDICE B

II Série de Entrevistas: CPLP enquanto ator relente

Entrevista A

A participação dos países da CPLP noutras organizações afeta de forma positiva ou negativa a atuação da organização

Resposta: não prejudica a atuação da CLP. A CPLP é uma organização de cariz cultural, mas com o tempo começou a ter outras áreas de interesse e tem estado a evoluir, no sentido de abraçar outras componentes, que não eram áreas tradicionais da CPLP. Atualmente abraça a componente empresarial, as tecnologias. O interesse político, começou precisamente com o caso da Guiné-Bissau. A CPLP ganhou notoriedade enquanto organização não cultural, mas uma instituição política com o caso dos conflitos políticos, institucionais e armados na Guiné-Bissau. O teste político da CPLP foi a Guiné-Bissau, porém não significa com isso, que não há outros campos que a CPLP poderia ter atuado, mas a manobra da CPLP a nível da cooperação político e diplomático é na Guiné-Bissau- no conflito em 1998/1999 não teve um papel fundamental, teve um papel passivo e isso não se deve à sua recente criação, mas sim ao facto de que era um conflito que opunha mais interesses bilaterais do que interesses multilareral, o problema é que não estava fundamentado as bases políticas da atuação da CPLP. O papel fundamental foi jogar algumas personalidades da CPLP no terreno a atuação de Portugal e da CEDEAO em si, a CPLP não é chamada porque tinha vacina para esses tipos de atuação. A intervenção da CPLP acabou por surtir efeito quando a Guiné-Bissau não conseguindo resolver os problemas internos, pede auxílio a Portugal, que por sua vez entender que isoladamente não pode resolver a situação e propõe incluir outros países da CPLP. No golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, a CPLP serviu de bandeira para a causa da Guiné-Bissau, que devido a pressões externas sobretudo de outros países da CPLP, contribuiu para que a CPLP alinha-se de forma mais afincada. A partir desta data a Guiné-Bissau passou a estar presente na agenda político-diplomática da CPLP. Por sua vez, a Guiné-Bissau recorreu sempre à CPLP sempre que havia algum a crise interna. Hoje esse pedido e essa presença é cada vez menos, pois as pessoas vão percebendo que a CPLP não tem força para resolver os conflitos no país e muito menos capacidade para chegar onde a CEDEAO pode chegar. Por isso é que toda a atual política da Guiné--Bissau é direcionada para os países da sub-região. A CPLP nunca terá uma componente de defesa muito forte. Só ganhou essa vertente com a questão da Guiné-Bissau. Se eventualmente a Guiné-Bissau conseguir garantir a sua estabilidade a CPLP politicamente deixa de existir. Este argumento pode ser justificado com o facto de que a CPLP não interveio na crise em Moçambique, o mesmo acontece com o Brasil e com o golpe de Estado em São Tomé e Príncipe. Para existir politicamente deviria ter concertação político-diplomática com todos os países membros. E Moçambique derivado aos problemas internos também aí existentes deveria ser um outro palco de intervenção da CPLP. A CPLP vai para aquele Estado frágil, mas não tem poder para resolver a crise guineense, pois não tem capacidade sancionatória.

A CPLP nunca fala da instabilidade de nenhum outro país. Será que é porque não existe instabilidade nos outros países da CPLP?

Mas CPLP está ou não presente?

Resposta: está presente, mas não tem a força que as outras organizações têm. Isto porque não tem influência e capacidade sancionatória.

O carácter multicontinental prejudica a atuação da CPLP

Resposta: não prejudica a sua atuação, aliás é um dos principais atributos da CPLP. Porque assim pode " cantar" que todos os seus países encontram-se em organizações importantes.

A CPLP é um eficaz instrumento de reforço de segurança dos seus Estados-membros?

Resposta: para o reforço de segurança é sim um eficaz instrumento porque a concertação político-diplomática nunca irá desaparecer, mesmo que a Guiné-Bissau se estabeleça, a concertação político-diplomática é um instrumento forte da CPLP.

Atualmente a Guiné-Bissau atravessa uma crise institucional, como avalia a atuação da CPLP

Resposta: A CPLP não está neste momento na Guiné-Bissau, por uma questão de decisão da própria CPLP. A não renovação da CPLP deve-se ao facto dos Estados-Membros da CPLP entenderem que não valia a pena a continuar a sustentar essa representação, porque a CPLP está em crise, com problemas em Angola e Brasil. A própria CPLP já não tem meios financeiros, com a existência de um conjunto de países que não pagam quotas entre elas a Guiné-Bissau, como é que poderia haver possibilidade para continuar a financiar uma representação da CPLP a um país onde os conflitos nunca acabam. A Guiné-Bissau no governo de Baciro Djá) pediu a presença da organização no país, pedido feito pelo próprio. Na reunião em Nova Iorque em 2016, a Guiné-Bissau pediu um novo representante e comprometeu-se a contribuir em parte com os custos dessa representação. Os países que estavam dispostas a renovar o mandato e a enviar uma nova representação era Angola Brasil e Portugal. De certa forma a CPLP está cansada dos problemas da Guiné-Bissau aliás é notório o cansaço dos doadores internacionais a própria sociedade guineense está cansado dos seus problemas.

O que impede a CPLP de avançar para outros níveis de integração como por exemplo a liberdade de circulação de pessoas e de bens

Resposta: neste momento não existe grande interesse. É fácil falar da circulação das pessoas mas é preciso que as coisas sejam claras, porque abrir de uma forma abrupta acarreta um conjunto de desvantagens e riscos. Tudo tem a sua fase a CPLP é uma organização jovem por isso não se pode esperar tanto neste momento da CPLP.

Quando se fala da CPLP na comunicação social refere-se apenas à adesão de novos estados membros o que motiva este interesse de outros países

Resposta: acesso a novos mercados, economia e cultura

Que perspetiva tem acerca do futuro da CPLP?

Resposta: caso a Guiné-Bissau se estabilize, a CPLP terá que encontrar outras formas de se pronunciar. Neste momento se a CPLP perder a bandeira da Guiné-Bissau, tornar-se-á numa instituição meramente cultural. Vê um futuro positivo para a CPLP mas afastada desta vertente de segurança e defesa porque acredita que os países membros da CPLP tendem a estabilizar-se e não a desestabilizar, incluindo a Guiné-Bissau.

Entrevista B

A participação dos países da CPLP noutras organizações afeta de forma positiva ou negativa a atuação da organização

Resposta: a participação de países da CPLP noutras organizações não dificulta a sua atuação porque a exatamente esta diversidade. A CPLP está praticamente em todos os continentes, temos Estados que estão no continente africanos, mas que pertencem a regiões diferentes. A CPLP consegue fazer disto uma facilidade em vez de dificuldade. Temos de ter em conta que a base que está na criação da CPLP é a língua portuguesa, de modo que serve para facilitar a atuação da CPLP em diferentes cantos.

Em relação à crise na Guiné-Bissau, a integração do país na CEDEAO, ajuda ou prejudica a atuação da CPLP?

Resposta: CEDEAO e a CPLP são duas organizações totalmente diferentes. A CEDEAO é uma organização regional que tem competências próprias que advêm das Nações Unidas e da própria União Africana. Portanto no caso da resolução do conflito guineense a organização regional está sempre na primeira linha. A organização que a Guiné-Bissau se sente mais familiarizada é a CPLP por motivos de semelhança cultural, a língua comum entre outros. O cidadão guineense sente-se mais ligado à CPLP do que a CEDEAO. Portanto embora a CPLP esteja mais longe, para o cidadão comum a CPLP está muito mais próximo tendo em conta os laços de afinidade que existe com a CPLP.

Relativamente à questão de resolução dos problemas guineenses, a CPLP e a CEDEAO sempre estiveram de mãos dadas, com algumas divergências. A CPLP tem plena consciência da responsabilidade da CEDEAO enquanto organização regional; e a CEDEAO tem plena consciência da importância da CPLP na resolução dos conflitos na Guiné.

No quadro da crise guineense existe o chamado P5 (CEDEAO, CPLP, ONU, UA e a UE), este fórum foi criado depois do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, porque depois deste acontecimento houve muita contradição entre as organizações internacionais em relação à crise guineense, algumas delas provocadas pelas próprias autoridades guineenses. O CSNU aprovou a resolução 2048 que dá responsabilidade de concertação sobre a crise guineense a estas cinco organizações. Desde então essas organizações começaram a concertar-se para ajudar na resolução da crise.

A CEDEAO, UA, ONU e a UE tinham representação em Bissau. Somente a CPLP não tinha de imediata, as restantes organizações encorajaram a CPLP a abrir também uma representação em Bissau para facilitar a concertação, foi neste quadro que a CPLP decidiu abrir uma representação, que neste momento está fechada. Toda a concertação é feita neste quadro, que tem sido muito importante, porque as organizações falam numa única voz e embora não falte tentação para dividir este quadro, os P5 têm estado coeso

Coloca-se constantemente a questão de que a crise continua o que o P5 está a fazer? Aqui a situação prende-se com a soberania do Estado, o P5 não pode impor, pode fazer uma pressão política mas não pode impor qualquer decisão, a não ser que haja uma determinação do CSNU a decidir uma intervenção de uma força, para isso terá que ser feito dentro de um quadro legal, caso contrário não se pode fazer muito mais.

Quando se fala da CPLP na comunicação social refere-se apenas à adesão de novos estados membros o que motiva este interesse de outros países

Resposta: Interesse económico, político, quebrar isolamento que por vezes se verifica em certos casos como por exemplo o caso da adesão da Guiné-Equatorial

O que impede a CPLP de avançar para outros níveis de integração como por exemplo a liberdade de circulação de pessoas e de bens

Resposta: a própria natureza da CPLP é que o impede de avançar para outros níveis de integração. A CPLP está espalhada em vários continentes e cada Estado está dentro de um outra comunidade regional esta diversidade geográfica vai dificultar a concretização deste objetivo porque os diferentes Estados têm acordos com os vizinhos dentro desses espaços por exemplo Portugal tem compromissos no âmbito da UE. Mas de facto existe vontade de avançar para a livre circulação de pessoas para um determinado grupo profissões

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de língua Portuguesa no domínio da defesa

Anexo B Missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau

Anexo C Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança Nacional

ANEXO A

Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de língua Portuguesa no domínio da defesa

PROTOCOLO DE
COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO DOMÍNIO DA DEFESA

Os Governos da:

República de Angola;

República Federativa do Brasil;

República de Cabo Verde;

República da Guiné-Bissau;

República de Moçambique;

República Portuguesa;

República Democrática de São Tomé e Príncipe;

República Democrática de Timor-Leste;

No prosseguimento das deliberações tomadas em sede da VII Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Bissau, em 31 Maio e 1 Junho de 2004:

RECONHECENDO a necessidade de estreitar a cooperação no domínio da Defesa entre os Estados Membros;

TENDO EM CONTA o artigo 3º dos Estatutos da CPLP, que incorpora a cooperação no domínio da Defesa;

REAFIRMANDO os princípios do respeito estrito pela soberania nacional, igualdade soberana, integridade territorial, independência política e não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;

CONVICTOS de que a paz, segurança, defesa e boas relações políticas são factores primordiais para uma cooperação frutuosa;

DETERMINADOS a garantir a paz, a segurança e a defesa e, ainda, estreitar os laços de solidariedade entre os Estados Membros;

OBSERVANDO ESTRITAMENTE o Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar assinado pelos Ministros da Defesa Nacional, em 25 de Maio de 1999, na Cidade da Praia, em Cabo Verde e

CONSIDERANDO os compromissos assumidos na VI Reunião de Ministros, realizada em S. Tomé, em 27 e 28 de Maio de 2003, nomeadamente a sistematização e clarificação das deliberações politicamente tomadas ao nível das questões da Defesa, de interesse para o conjunto dos Países que constituem a CPLP, acordam em estabelecer o presente

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO DOMÍNIO DA DEFESA

Artigo 1º
Objecto

O presente Protocolo estabelece os princípios gerais de cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da Defesa.

Artigo 2º
Objectivos

1. O objectivo global do presente Protocolo é promover e facilitar a cooperação entre os Estados Membros no domínio da Defesa, através da sistematização e clarificação das acções a empreender.

2. Objectivos específicos:

    a) Criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de Defesa Militar;
    b) Promover uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa e Militar;
    c) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP.

Artigo 3º
Definições e abreviaturas

No presente Protocolo serão usadas as seguintes definições e abreviaturas:

a) SIGNATÁRIO – Estado Membro que assina o Protocolo;
b) CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
c) MDN/CPLP – Ministros da Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros da CPLP;
d) CEMGFA/CPLP – Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados dos Estados Membros da CPLP;
e) DPDN/CPLP – Directores de Política de Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros da CPLP;
f) DSIM – Directores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados dos Estados Membros da CPLP;
g) CAE/CPLP – Centro de Análise Estratégica da CPLP;
h) SPAD/CPLP – Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP.

Artigo 4º
Âmbito

1. No presente Protocolo são identificados vectores fundamentais, que se constituem como mecanismos para a afirmação da componente de Defesa da CPLP como instrumento para a manutenção da paz e segurança, designadamente:

   a) **A solidariedade entre os Estados Membros da CPLP** em situações de desastre ou agressão que ocorram num dos países da Comunidade, respeitadas as legislações de cada Estado Membro, e nos termos das normas estabelecidas na Carta das Nações Unidas;

   b) **A sensibilização das Comunidades Nacionais** quanto à importância do papel das Forças Armadas na defesa da Nação, em outras missões de interesse público e no apoio às populações em situações de

calamidade ou desastres naturais, bem como, de modo subsidiário, no combate a outras ameaças, respeitadas as legislações nacionais;

c) **A troca de informação,** devidamente regulamentada, o intercâmbio de experiências e metodologias, e a adopção de medidas de fortalecimento da confiança entre as Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP, em conformidade com o ordenamento constitucional de cada Estado, visando contribuir para o fortalecimento da estabilidade nas regiões em que se inserem os países da CPLP;

d) **A implementação do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar,** o qual promoverá o aproveitamento, pela Comunidade, das capacidades de cada país no domínio da formação militar e potenciará a uniformização de doutrina e procedimentos operacionais entre as Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP;

e) **O prosseguimento dos Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da série FELINO,** que permitam a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP, o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais;

f) **A procura de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP**, com o emprego conjunto de meios aéreos e navais;

g) **A realização de Encontros de Medicina Militar da CPLP** e outros eventos de natureza técnico-militar e científico-militar que venham a ser aprovados;

h) **A realização de Jogos Desportivos Militares da CPLP**;

i) **Outras acções para a afirmação da componente de Defesa da CPLP** que venham a ser consideradas e aprovadas em sede de Reunião Ministerial.

2. A fim de fortalecer as capacidades da CPLP proceder-se-á, com carácter voluntário e por intermédio do SPAD/CPLP, à indicação dos recursos disponíveis em cada um dos países, passíveis de emprego em operações de paz e assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais.

3. O emprego dos recursos referidos no nº 2 do presente artigo, em caso de decisão sobre actuação conjunta ou combinada, será regulado por Memorandos de Entendimento entre os países intervenientes no quadro da CPLP, cabendo ao SPAD/CPLP a elaboração do respectivo modelo a aprovar pelos Ministros da Defesa da Comunidade.

Artigo 5º
Estrutura

São órgãos da componente de Defesa da CPLP:

a) Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros;
b) Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados dos Estados Membros;
c) Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros;
d) Reunião de Directores dos Serviços de Informações Militares/DSIM ou equiparados dos Estados Membros;
e) Centro de Análise Estratégica;
f) Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa.

Artigo 6º

Funcionamento

1. As reuniões dos órgãos descritos no artigo 5º são presididas pelo Estado Membro anfitrião, numa base rotativa e por um mandato de um ano, excepto para os órgãos com normativo e estatutos próprios.

2. A reunião referida na alínea c) do artigo 5º será realizada no Estado Membro que acolher a reunião de MDN/CPLP.

3. A reunião referida na alínea d) do artigo 5º será realizada no Estado Membro que acolher a reunião de CEMGFA/CPLP.

4. O quórum para a realização das reuniões dos órgãos referidos no artigo 5º, com excepção do CAE, é de pelo menos seis Estados Membros.

5. Nas reuniões dos órgãos referidos no artigo 5º, com excepção do CAE, as deliberações são tomadas por consenso de todos os representantes dos Estados Membros.

6. Os órgãos da componente de Defesa da CPLP poderão ser objecto de Normativos próprios que regulem a sua organização e funcionamento.

Artigo 7º

Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados

A reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados é constituída pelos MDN/CPLP, tendo como competências:

a) Apreciar a evolução do sector da Defesa nos Estados Membros da CPLP;

b) Analisar as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional para os Estados Membros da CPLP;

c) Discutir e aprovar documentos relativos à componente da Defesa da CPLP;

d) Determinar a realização, e acompanhar o desenvolvimento dos Exercícios da série FELINO;

e) Apreciar e aprovar as propostas constantes das Declarações Finais das reuniões de CEMGFA;

f) Aprovar, anualmente, o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas, bem como o Plano de Actividades e o Orçamento, do CAE;

g) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e respectivos Estados Membros, na área da Defesa e Militar.

Artigo 8º

Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados

1. A reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados é constituída pelos CEMGFA/CPLP, tendo como competências:

   a) Apreciar a evolução das questões de Defesa nos Estados Membros da CPLP, na vertente militar;

   b) Analisar as questões internacionais e as implicações político-militares, no contexto regional, para os Estados Membros da CPLP;

c) Submeter, à reunião de Ministros da Defesa, propostas relativas à componente de Defesa da CPLP, no domínio militar;

d) Planear e determinar a execução dos Exercícios da série FELINO;

e) Apreciar, anualmente, o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas, bem como o Plano de Actividades e o Orçamento, do CAE;

f) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e respectivos Estados Membros, na área militar.

2. A reunião de CEMGFA/CPLP precede, necessariamente, a reunião de MDN/CPLP.

Artigo 9º

Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional ou equiparados

1. Os Directores de Política de Defesa Nacional ou equiparados reunirão, sempre que necessário, para discutirem assuntos da sua área de actividade, com interesse para a componente de Defesa da CPLP, designadamente:

a) Apreciar a evolução do sector da Defesa nos Estados Membros da CPLP, as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional desses países, e produzir subsídios para as reuniões dos MDN/CPLP;

b) Apresentar propostas relativas à componente da Defesa da CPLP, no âmbito da Política de Defesa, a submeter à reunião dos MDN/CPLP;

c) Contribuir para que os estudos multidisciplinares produzidos a nível do CAE/CPLP tenham aplicabilidade nos Estados Membros, tendo em conta as realidades nacionais e regionais;

d) Proceder à troca de experiências entre os órgãos de Política de Defesa Nacional ou equiparados, a nível dos Estados Membros da CPLP;

e) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse para a CPLP e respectivos Estados Membros, na área da Política de Defesa.

2. As reuniões dos DPDN/CPLP deverão, preferencialmente, anteceder as reuniões dos MDN/CPLP, sendo convocadas por proposta da maioria dos DPDN/CPLP.

Artigo 10º
Reunião de Directores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados

1. Os Directores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados reunirão, sempre que necessário, para discutirem assuntos da sua área de actividade, com interesse para a componente de Defesa da CPLP, apenas na vertente militar, designadamente:

a) Produzir sínteses sobre a situação prevalecente nos Estados Membros da CPLP, e sobre a situação internacional e regional com implicações nos países da Comunidade;

b) Efectuar a troca de informações de interesse para a Comunidade, em conformidade com as normas acordadas pelos MDN/CPLP;

c) Proceder à troca de experiências entre os dos Serviços de Informações Militares ou equiparados dos Estados Membros da CPLP.

2. As reuniões dos DSIM/CPLP deverão, preferencialmente, anteceder as reuniões dos CEMGFA/CPLP, sendo convocadas por proposta da maioria dos DSIM/CPLP.

Artigo 11º

Centro de Análise Estratégica

1. O CAE/CPLP, com sede em Maputo, é um órgão de cooperação no domínio da Defesa da CPLP que visa a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos no domínio da Estratégia, com interesse para os objectivos da Comunidade.

2. A organização e funcionamento do CAE/CPLP estão contidos nos Estatutos e Regulamento próprios aprovados pelos Ministros da Defesa da CPLP, em 27 de Maio de 2002 e 28 de Maio de 2003, respectivamente.

Artigo 12º

Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa

1. O SPAD/CPLP, com sede em Lisboa, é um órgão com a missão de estudar e propor medidas concretas para a implementação das acções de cooperação multilateral, identificadas no quadro da multilateralização da Cooperação Técnico-Militar.

2. A organização e funcionamento do SPAD/CPLP estão contidos no respectivo Normativo, aprovado pelos Ministros da Defesa da CPLP, em Luanda, em 22 de Maio de 2000.

3. O SPAD/CPLP tem a responsabilidade de secretariar as reuniões dos MDN/CPLP, dos CEMGFA/CPLP e dos DPDN/CPLP, e produzir as respectivas actas.

4. A responsabilidade referida no número anterior é assumida pelos representantes das áreas da Defesa e Militar do Estado Membro onde se realizar a reunião, com a colaboração dos representantes dos restantes Estados Membros.

Artigo 13º
Confidencialidade

1. Os Estados Membros comprometem-se a não utilizar, em detrimento de qualquer um deles, toda a informação classificada que obtenham no âmbito do presente Protocolo. As informações classificadas obtidas no âmbito do presente Protocolo não poderão ser transmitidas a países que não integram a CPLP.

2. Os Estados Membros poderão estabelecer mecanismos adicionais de comunicação, com vista a facilitar a tramitação da informação.

Artigo 14º
Emendas

1. Qualquer Estado Membro poderá propor alterações e/ou emendas ao presente Protocolo.

2. As propostas de alterações e/ou emendas ao presente Protocolo deverão ser enviadas ao SPAD/CPLP, que notificará todos os Estados Membros sobre as alterações e/ou emendas propostas.

3. A reunião dos MDN/CPLP dará conhecimento das matérias sujeitas a alterações e/ou emendas ao Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 15º

Entrada em vigor

Depois da assinatura por todos os Estados Membros, o presente Protocolo entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados Membros.

Artigo 16º

Depositário

Os instrumentos de ratificação deste Protocolo serão depositados junto do Secretariado Executivo da CPLP que, após o devido registo, enviará cópias autenticadas a todos os Estados Membros.

Feito na cidade da Praia, aos 15 de Setembro de 2006, em oito exemplares em língua portuguesa, fazendo todos igualmente fé.

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pala República de Cabo Verde

Pela República da Guiné- Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste

ANEXO B

Missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau

Missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau

UE RSS GB Boletim Informativo - Nº 1
Julho - Agosto 2009

Editorial pelo Chefe da Missão

O facto deste 1º boletim informativo ver apenas a luz do dia quase um ano e meio após a nossa chegada a Bissau, é a prova do trabalho incessante que a Missão tem tido ao longo deste período. Foi um tempo de construção das fundações para um apoio estável e sólido do Sector de Segurança na Guiné-Bissau nos seus três aspectos: Defesa, Polícia e Justiça.

Ao longo deste tempo, a Missão trabalhou com três Governos e Primeiros-ministros diferentes, três Presidentes se contarmos com o recém eleito, viveu dois processos eleitorais (Legislativas e Presidenciais), uma série de tentativas de golpes de Estado e o mais grave: assistiu em Março às mortes de um Presidente da República e de um Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e pouco tempo depois às mortes de um candidato presidencial e Ministro e de um antigo Ministro da Defesa juntamente com o seu condutor e guarda-costas.

Apesar deste difícil contexto, os Conselheiros da Missão avançaram juntamente com os seus congéneres na abertura do caminho para a implementação da RSS conforme determinado no Documento Estratégico Nacional. Alguns êxitos podem ser mencionados especialmente no domínio do enquadramento jurídico em que um importante conjunto de Leis Orgânicas foi delineado, aguardando a sua aprovação.

Ainda existe muito trabalho pela frente, contudo, as bases para o sucesso foram já constituídas: a confiança mútua. Contando com a forte vontade política das autoridades locais e estruturas envolvidas, para avançar na RSS, não restam dúvidas quanto à capacidade para alcançar os objectivos estabelecidos para a Missão, antes da conclusão do já prolongado mandato desta Missão.

Centro de Formação Conjunta de Cumeré

Os Conselheiros Militares da Missão da UE RSS GB estão a reunir esforços para a concretização do programa de acção para o arranque de um novo Centro de Formação Conjunta na antiga Base de Cumeré. Esta futura instituição procurará implementar uma abordagem global para a educação e formação, sendo considerada uma pedra angular para a reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

Foram levadas a cabo algumas visitas, juntamente com os Oficiais Guineenses, para avaliar as actuais infra-estruturas e identificar as necessidades existentes, com a finalidade de se desenvolver um projecto que deverá ser apresentado aos doadores para financiamento.

Este Centro de Formação irá constituir um ponto focal para a renovação, tanto de quadros profissionais, como do

Distribuição de equipamento desportivo

No mês de Junho, os Conselheiros da Missão da UE RSS GB, chefiados pelo General Juan Esteban Verástegui (HoM), forneceram em nome da Missão, um conjunto de equipamentos desportivos às Forças Armadas Guineenses (FAG). A comitiva foi recebida pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Interino, Comandante Zamora Induta numa cerimónia que teve lugar no Quartel-general das FAG.

Com o fornecimento deste equipamento pretende-se fomentar a prática desportiva entre os soldados, tanto para melhorar a aptidão física, como para promover uma mente saudável através da competição e desenvolvimento pessoal.

No âmbito desta cerimónia e com o objectivo de testar o referido equipamento, foi organizado num ambiente de camaradagem, um jogo de futebol entre a Missão e as Forças Armadas Guineenses.

http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=1413&lang=PT
+ 245 6244984

http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=1413&lang=PT
+ 245 6244984

1º Seminário Nacional dos Magistrados do Ministério Público Guiné-Bissau

Nos dias 28 e 29 de Maio de 2009 realizou-se em Safim o Seminário Nacional para os Magistrados e Agentes do Ministério Público, sob o lema: "O Ministério Público na reforma do Sector da Segurança". A cerimónia de abertura foi presidida pelo Vice-Procurador Geral da República, na presença do Chefe da Missão da União Europeia para a Reforma do Sector da Segurança. O seminário contou com a participação de magistrados do Ministério Público de todo o país, que participaram activamente nos debates.

Durante dois dias, os Magistrados e Agentes do Ministério Público discutiram a importância desta Instituição Judicial no âmbito da Reforma do Sector da Segurança. No seminário foram apresentadas e debatidas as propostas de revisão da Lei Orgânica e Estatuto dos Magistrados do Ministério Público. Estas propostas são o resultado do trabalho realizado por seis magistrados, que durante quatro meses, analisaram legislação comparada e redigiram as alterações necessárias às mencionadas leis. Foram também debatidas propostas de regulamentos internos para a Procuradoria-geral da República em geral e para o Gabinete do Procurador-Geral da República em particular.

Igualmente, os vícios institucionais no relacionamento processual no quadro do Ministério Público e uma análise crítica do papel dos Magistrados Coordenadores das Delegações Regionais foram, entre outros, temas analisados em virtude das visitas efectuadas aos tribunais e esquadras de polícia do país, pela Missão, pelo Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, e pelos Coordenadores do Ministério Público.

Gabinete de Imprensa do Conselho da União Europeia

De 15 a 19 de Junho uma equipa de filmagem do Gabinete de Imprensa do Conselho da União Europeia deslocou-se à Guiné-Bissau com o fim de obter imagens relativas às actividades desenvolvidas pela Missão da União Europeia, nomeadamente imagens referentes ao trabalho desenvolvido pelos diversos Conselheiros da Missão nas três áreas de actividades, Defesa, Polícia e Justiça (Procuradoria). O resultado pode ser visto em: http://tvnewsroom.consilium.europa.eu/story/index/vocabulary_id/topics/term_id/27/page/2/story_id/58

As instalações da Guarda-Fronteira de Che Che

Os Conselheiros da Missão deslocaram-se pelo país a fim de visitar todos os postos da Polícia de Ordem Pública e da Guarda Fronteira que irão formar o núcleo da futura Guarda Nacional Guineense.

As condições são as mesmas por toda a parte, nomeadamente infra-estruturas em estado de degradação devido à idade, falta de recursos financeiros mas também falta de empenho e imaginação dos agentes para melhorar a sua situação material. A pobreza em que se encontram é sempre realçada mas pouco fazem para mudar o estado actual; a resignação supera o espírito de iniciativa. A duas horas de estrada a Sul de Gabu, pode-se encontrar o posto da Guarda-Fronteira de Che Che.

O destacamento de cerca de quarenta agentes é controlado por um chefe que assume plenamente os seus deveres e responsabilidades e imprime nos seus homens a energia necessária para tirar proveito da situação. Praticamente sem meios, conseguiu construir para os seus homens cabanas tradicionais de madeira e palha para habitação e abrigo para os materiais essenciais. As excelentes relações que mantém com os representantes do Estado, permitiram-lhe obter materiais para a construção de duas casas de tijolo para habitação e serviço.

Jornadas de Sensibilização sobre a Reforma do Sector de Defesa e Segurança

A Missão, constatando a necessidade de uma maior divulgação junto da comunidade guineense do tema da Reforma e em particular sobre as actividades desenvolvidas pela Missão, decidiu organizar as Jornadas de Sensibilização sobre a Reforma do Sector de Defesa e Segurança. A decisão vem também na sequência das discussões ocorridas durante a Mesa Redonda de Praia, de 20 de Maio de 2009, onde foi considerada a necessidade de uma campanha de informação sobre o tema. Esta iniciativa terá lugar nos próximos dias 5 e 6 de Agosto, e contará com o apoio do Movimento da Sociedade Civil. Estarão presentes na sessão de abertura e encerramento, os Ministro da Defesa Nacional, Interior, Antigos Combatentes, Justiça, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas interino e o Presidente do Movimento, para além do Chefe de Missão da União Europeia. Cerca de 35 organizações irão participar nestas Jornadas que terão lugar na Sede da Missão em Bissau.

ANEXO C

Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança Nacional

Índice

1. INTRODUÇÃO 03
1.1 Actualização do document estratégico 03
1.2 Princípios da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça 04
1.3 Estrutura do documento 06

2. CONTEXTO 07

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS SECTORES DA DEFESA E SEGURANÇA E JUSTIÇA 08
3.1 Evolução histórica 08
3.1.1 *Nas Forças Armadas* 08
3.1.2 *Nas Forças de Segurança* 09
3.1.3 *No Sector da Justiça* 09
3.2 Etapas da reorganização e modernização 10
3.2.1 *Tentativas antes de 2006* 10
3.2.2 *À partir do Documento Estratégico* 11
3.3 Situação actual 13
3.3.1 *Nas Forças Armadas* 13
3.3.2 *Nas Forças de Segurança* 14
3.3.3 *No sector de Justiça* 15

4. OBJECTIVOS DA REORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO 16
4.1 Objectivos a longo prazo 16
4.2 Objectivos a curto e médio prazo 16
4.3 Constrangimentos 17
4.4 Capacidades internas de resposta 18

5. ESTRATÉGIAS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS 19
5.1 Redimensionar os Sectores de Defesa e Segurança em função das necessidades e reais capacidades económicos do país 19
5.1.1 *Definição e implementação da nova missão para as forças armadas* 19
5.1.2 *Fixar uma nova estrutura militar em função da missão e das capacidades económicas do país* 20
5.1.3 *Redimensionar gradualmente os efectivos militares* 21
5.1.4 *Reestruturar as forças de segurança em função da missão redefinida* 22
5.1.5 *Iniciar e acelerar a desmobilização e reintegração, e lançar o Fundo Especial de pensão* 24
5.1.6 *Recrutamento* 26
5.2 Modernizar os Sectores de Defesa e Segurança em função da missão republicana atribuída pelo governo 27

5.2.1 *Adequar o quadro legal à nova situação perspectivada pela modernização* 27
5.2.2 *Criar condições materiais indispensáveis ao cumprimento da missão* 28
5.2.3 *Melhorar as condições de vida nos quartéis e nas esquadras* 29
5.2.4 *Elevar o nível de formação dos efectivos militares e policiais* 29
5.2.5 *Novos serviços* 30

5.3 Definição e reconhecimento dos Combatentes da Liberdade da Pátria 31
5.3.1 *Recenseamento e base de dados* 31
5.3.2 *Aplicar o quadro legal depois da sua revisão à nova situação perspectivada pela modernização* 31
5.3.3 *Reconhecimento público: Estabelecer a Medalha do Combatente para a Liberdade Nacional* 32

5.4 Fortalecer a participação dos Sectores da Defesa e Segurança na consolidação da segurança sub-regional 33

5.5 Reforçar o Sector da Justiça e torná-lo mais eficiente 34
5.5.1 *PoliticaNacional do Sector da Justiça: implementar quatro estratégicas Principiais* 34
5.5.2 *Criar condições materiais indispensáveis ao cumprimento da missão* 35
5.5.3 *Adequar o quadro legal à nova situação perspectivada pela modernização* 35
5.5.4 *Elevar o nível de formação no Sector da Justiça* – capacitação profissional de todos os actores judiciários 36
5.5.5 *Novos serviços* 37

5.6 Mobilização de recursos nacionais e internacionais para o investimento na modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça 39

5.7 Associar a sociedade civil e a população em geral à implementação da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça 41

6. QUADRO ORGANIZACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO 43

7. CONCLUSÕES 46

ANEXO 1: Referências 48

ANEXO 2: Leis 50

1. INTRODUÇÃO

1.1 *Actualização do documento estratégico*

Este documento visa essencialmente dar visão actualizada do documento estratégico de 2006, sobre "Reestruturação e Modernização dos Sectores da Defesa e Segurança" no contexto das novas dinâmicas desencadeadas pelas autoridades nacionais, UNIOGBIS, CEDEAO, CPLP, UA, UE e outros parceiros internacionais com finalidade de adequar a reorganização e modernização em curso,à ordem constitucional e o Estado de Direito da República da Guiné-Bissau.

O documentoapresentaumaanálise dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça, desvendando as raízes dos problemas que os assolam, escrutinando a situação actual, identificando os constrangimentos e as ameaças antes de anunciar um conjunto de propostas concretas de solução.

As principais directrizes de orientação são a) o documento estratégico "Reestruturação e Modernização dos Sectores da Defesa e Segurança" (Outubro 2006), b) "Conclusões da Mesa Redonda de Praia sobre a RSS na Guiné-Bissau" (Abril 2009), c) a "Declaração de Bissau" (Junho 2010) e d) "Roteiro para a efectiva descolagem da RSS na Guiné-Bissau" (iniciativa CEDEAO / CPLP, 2010 -2011), Memorando de entendimento entre o Governo da Guiné-Bissau e CEDEAO (07.11.2012).

As tentativas de reorganização e modernização nas Forças Armadas antes de 2006 limitaram-se a uma óptica de mera redução de efectivos feita sem nenhuma programação gradativa. Esta abordagem criou não só uma má compreensão como também uma resistência aos objectivos das reformas, causando, consequentemente, o seu fracasso. A actual concepção e estratégiasinspiram-se nas lições colhidas nestas tentativas frustradas, para se situar numa perspectiva dinâmica de reestruturação e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça.

A actualização do documento estratégico de 2006 tem por objectivo fornecer uma visão mais abrangente em obediência aos desafios da segurança enfrentados pela Guiné-Bissau. O Plano DENARP II (Junho 2011), na sua primeira estratégia, demonstra uma consciência clara da relação entre a transformação necessária dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça e o desenvolvimento nacional que deve ser ao mesmo tempo inclusivo e sustentável. O Estado daGuiné-Bissau etodos os intervenientes do povo Guineense têm compromisso da reconciliaçãonacional através de um genuínoe inclusivo diálogo político, acompanhado por uma supervisãolegal,política emoral.

No contexto guineense as reformas são imperativas em qualquer sector do Estado, mormente na defesa, segurança e justiça. Têm a ver com a necessidade de pacificação da sociedade guineense e de tornar os serviços administrativos mais credíveis e eficazes, particularmente aumentar a qualidade dos serviços da defesa, segurança e

justiça, facilitar o acesso e garantir o funcionamento dos tribunais e aumentar a segurança pública com o policiamento comunitário perto dos cidadãos. A criação de condições sólidas para uma segurança sustentável é uma condição *sine qua non* para colocar a Guiné-Bissau no caminho certo para o desenvolvimento. Um dos maiores desafios certamente será a tradução dessa estratégia em mudanças tangíveis e visíveis na vida da população.

1.2 Princípios da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça

A versão actualizada e ampliada do Documento Estratégico de 2006 parte dos seguintes princípios: [1]

- Um amplo entendimento do conceito da segurança como segurança humana e segurança do Estado no quadro do Primado de Direito. Os diferentes níveis de segurança estão ligados: a segurança do indivíduo, a segurança do cidadão, da comunidade e do estado no plano interno e externo.

- A reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça são baseadas em normas democráticas, nos princípios dos direitos humanos, no primado de direito e no conceito da boa governação que pressupõe o respeito escrupuloso das Leis da República da Guiné-Bissau e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

- Definição clara de estratégias da reorganização e modernização,incluindo a identificação deprioridades eparcerias. Para ser bem implementado este programa deve conduzir a uma nova cultura política e uma visão nacional, implicando dimensões transversais. A reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça fazem parte integrante das reformas políticas e administrativas em curso no país, aderindo a princípios básicos subjacentes à reforma do sector público tais como a transparência e a responsabilidade.

- Apropriação nacional da modernização e reorganização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça ou seja: a) reforçar as políticas nacionais e as capacidades nacionais de gestão, elaboração de planos, programas e projectos da modernização e a sua fiscalização civil; b) forte compromisso do Governo da Guiné-Bissau e dos poderes judicial e legislativo com seu papel de liderança responsável deste processo de transformações e da coordenação com os

[1] Sobre os princípios e estratégias da modernizaçãovede: "OECD DAC Handbook On Security System Reform". OECD 2007; SecretárioGéral da ONU "Securing peace and development: the role of the United Nations in supporting security sector reform", 23 January 2008, A/62/659-S/2008/39; "Securing states and societies: strengthening the United Nations comprehensive support to Security Sector Reform", Report of the Secretary General, 13 August 2013, A/67/970- S/2013/480, African Union – United Nations SSR workshop, October 2010.

parceiros e a comunidade internacional. A reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça devem ser orientadas pelas necessidades e visões nacionais de solução e dirigidas por actores competentes nacionais. A apropriação nacional deste projecto é fundamental para um verdadeiro sucesso.

- Consideração das particularidades históricas do país, a valorização de competências nacionais e um diálogo franco e permanente para gerar pacificamente consensos sobre temas polémicos relacionados ao processo de modernização das Forças Armadas e Policiais, a base de uma abordagem inclusiva e participativa nacional.

- Interligação do processo de modernização das Forças Armadas e Policiais com as principais estratégias da política nacional para o desenvolvimento tais como *DENARP II*, (redução da pobreza, melhoria dos serviços sociais básicos: saúde e educação, forte aceleração do crescimento económico), a *Política Nacional do Sector daJustiça*, o *Plano Nacional Operacional para o combate de tráfico de drogas e do crime organizado*, o *Conceito Estratégico de Defesa* (em elaboração), a *Política Nacional de Género*, a *Política Nacional dos Direitos Humanos* (em elaboração)etc.

- Coordenação nacional, nacional - internacional e internacional dos planos e programas para a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça por mecanismos bem sólidos e transparentes entre as autoridades nacionais e todos os parceiros. O diálogo governativo participativo transversal entre as instituições relacionadas com a reorganização e modernização dos três sectores, o apoio técnico internacional às estruturas de elaboração /implementação dos planos e programas e a coordenação estreita entre o Comité de Pilotagem e os doadores internacionais são os pilares dum efectivo mecanismo da coordenação.

- O UNIOGBIS tem um papel importante em ajudar o Governo a reforçar a coordenação da assistência internacional, nomeadamente na mobilização e canalização dos apoios financeiros[2]com efeito de sincronizar e complementar tarefas e prioridades, como também naassistência técnica relativamente ao planeamento estratégico, a capacitação dos responsáveis nacionais e a gestão do processo da modernização em todos os níveis, incluindo o mecanismo de coordenação nacional.
  O apoio do UNIOGBIS segue a "Politica de DevidaDiligência dos Direitos Humanos", significando que qualquer apoio prestado a forças de segurança externas à ONU seja consistente com os princípios da ONU (Carta da NU, legislação internacional).[3]

---

2 Este papel do UNIOGBIS foi sublinhado novamente na última resolução do Conselho da Segurança sobre a Guiné-Bissau em Maio de 2013 (RSC 2103/ 2013).

3 Emcaso de violações graves de direitos humanos cometidos por forças beneficiárias de apoio da ONU, a mesma o suspenderá se a situação persistisse.

- O princípio da igualdade de género em consonância com as resoluções do Conselho da Segurança da ONU 1325 (2000), 1820 (2008), 1889 (2009) e 1960 (2010) que sublinham o papel das mulheres em todas as actividades da paz e a segurança, deve ser aplicado no processo de modernização e reestruturação das Forças Armadas e Policiais e no sector da Justiça a fim de promover a equidade de género nos três sectores e combater a discriminação da mulher na sociedade em geral.

- Criação de base de dados nas diferentes áreas que compõe os sectores da Defesa, Segurança e Justiça, para obter informações e estatísticas sobre os recursos humanos, infra-estruturas, equipamentos, processos criminais etc. Os bancos de dados permitem o governo adoptar uma politica mais eficaz e adaptado a realidade do país a fim de desenvolver estratégias mais aprofundadas para a modernização, prevenção de crimes e luta contra a criminalidade organizada.

1.3 Estrutura do documento

O presente documento está estruturado da seguinte forma: introdução (1); uma contextualização da evolução nos sectores da defesa, segurança e justiça (2);diagnóstico da situação nos sectores da defesa, segurança e justiça e os progressos alcançados no âmbito da reorganização e modernização dos mesmos até à presente data (3); objectivos da reforma (4); as estratégias e respectivas opções a levar a cabo (5); o quadro organizacional para a implementação, seguimento e avaliação de transformação preconizada (6); conclusões (7).

2. CONTEXTO

O contexto no qual se enquadra a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça é muito complexo, fruto de uma evolução marcada por sobressaltos desde os finais dos anos 1990, uma situação económica frágil, um sector privado fraco com poucos investimentos, uma justiça que padece de insuficiências e fraquezas de vária ordem, uma administração pública que requer uma profunda reforma, uma situação social estruturada por vários índices negativos nos sectores da educação, saúde, água e saneamento, uma expansão rápida da pobreza, uma insuficiência das infra-estruturas de desenvolvimento, falta de recursos humanos qualificados e uma progressão da criminalidade organizada.

A guerra de 1998/99 - provocada pela acumulação de problemas não resolvidos ao longe de duas décadas, tanto nas forças de defesa e segurança, como na sociedade em geral – teve repercussões profundas tais como:

- A prevalência de umacrónicainstabilidadepoliticapós-guerra;
- A destruição das infra-estruturas económicas e sociais;
- A divisão da sociedade;
- O forte recuo nos indicadores económicos e sociais.

Aevoluçãopoliticapós-guerraaté a data actual não proporcionou a necessária reconciliação na sociedade e nas forças de defesa e segurança e foi interrompido por vários episódios violentes, assassinatos e golpes de estado. A realização de novos ciclos de eleições em 2004 e 2005 como em 2008 e 2009, consagrou o regresso à normalidade constitucional, sem proporcionar a normalização definitiva da vida política.

A insegurança generalizada proveniente da violência política e a interferência militar, o desrespeito pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos tornaram-se o maior obstáculo ao desenvolvimento económico e social do país. O ambiente de insegurança impediu esforços credíveis de projectar e planejar o desenvolvimento. As ameaças do crime organizado e do tráfico de drogas num estado já bastante fragilizado ainda mais puseram em risco o futuro do país.

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO NOS SECTORES DA DEFESA, SEGURANÇA E JUSTIÇA

3.1 Evolução histórica

3.1.1 *Nas Forças Armadas*

A situação actual das Forças Armadas é uma herança longínqua da luta de libertação nacional conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Ele é igualmente o resultado das orientações seguidas nos primeiros anos da independência.

Herdeiras de uma luta de guerrilha, as Forças Armadas nacionais iniciaram a sua existência antes da própria proclamação da independência, pois foi a sua luta que tornou possível a conquista da soberania nacional.

Após o acesso à independência, as Forças Armadas foram objecto de uma primeira reestruturação para corresponderem à nova missão de defesa nacional incumbida pelo Estado. As lacunas desta primeira reestruturação tiveram uma cadeia de repercussões sobre a evolução das Forças Armadas até a esta data.

Criadas como braço armado de uma luta política e militar de libertação nacional, as Forças Armadas conservam uma característica política. Esta politização, indispensável para assegurar a força da consciência política da luta de libertação nacional, perdurou sob a vigência do regime de partido único, o que implica uma estreita relação orgânica entre o partido, as forças armadas, o Estado e as forças vivas da nação.

Esta relação, inscrita na Constituição da República, foi abolida em 1991 pela revisão constitucional que pôs fim ao regime de partido único e abriu a era da democracia pluralista. Contudo, a matriz político das Forças Armadas sobreviveu e adquiriu novos contornos. Assim, a interferência dos militares na política continuou, sustentada pela consciência de que as Forças Armadas derem, pela sua heróica luta, a independência da Guiné-Bissau, e consequentemente, têm perante o povo e a história a responsabilidade histórica de imprimir um determinado rumo ao país. Esta visão foi a principal justificação de várias interferências políticas das Forças Armadas na vida política e constitui o principal óbice à sua conversão em Forças Armadas republicanas.

Outrossim, as rivalidades políticas que mudaram de natureza e se agudizaram com o multipartidarismo agravaram a divisão política das Forças Armadas, através de várias tentativas rivais de instrumentalização dos militares em função de objectivos políticos alheios às questões da defesa nacional.

Decorrendo da politização e das circunstâncias que envolveram as intervenções dos militares na esfera política, as Forças Armadas foram profundamente divididas por

lutas intestinas que culminaram, em 1998-1999, com uma guerra fratricida que deixou marcas indeléveis tanto no país como na classe castrense.

Uma das consequências desta guerra e das subsequentes sublevações violentas das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) é a ruptura da relação de confiança que vinham mantendo com o povo do qual eram oriundas e do qual se reivindicam. Em consequência desta evolução negativa, as Forças Armadas passaram a inspirar ao povo sentido de medo.

3.1.2 *Nas Forças de Segurança*

O balanço da situação nas forças de segurança faz aparecer um quadro que apresenta algumas diferenças com a evolução das Forças Armadas, mas revela várias características similares. É notório que as forças de segurança não estiveram na origem de episódios violentos de envergadura nacional, mas não é menos verdade que elas estiveram também envolvidas nas iniciativas de carácter político, protagonizados pelas Forças Armadas.

Esta evolução paralela, marcada por várias interferências e mesmo convergências com a evolução das Forças Armadas, deve-se ao facto de as forças de segurança terem também a sua origem no processo da luta de libertação, terem tido um passado político no período do partido único e, sobretudo, terem nas suas fileiras pessoal em grande parte oriundo da guerra de libertação nacional, isto é, das FARP. Esta filiação histórica e as afinidades com as FARP fizeram das forças de segurança uma caixa de ressonância de muitos dos problemas de que padecem as Forças Armadas.

3.1.3 *No Sector da Justiça*

A evolução no sector da justiça foi marcada, nos primeiros anos após o acesso à independência, por uma forte influência do político, erguido em guia e motor do Estado e sociedade. A prevalência do regime de partido único impediu a afirmação da independência do poder judicial em relação aos poderes executivo e legislativo, e sobretudo em relação ao Partido-Estado (regime de partido único), que exercia uma tutela total sobre todas as instituições do Estado. A forte influência da ideologia revolucionária impregnava a administração da justiça a qual foi atribuída a missão suprema de defender os interesses do Estado revolucionário contra os seus inimigos.

Esta concepção da justiça pesou sobre a evolução deste sector indispensável à emergência e ao funcionamento do Estado de direito democrático. Por isso, apesar de a Constituição reconhecer formalmente a existência de um poder judicial independente dos outros poderes, tratava-se apenas da afirmação de princípios sem

existência real, nem manifestação concreta na administração da justiça, sobretudo no que tange ao exercício dos direitos fundamentais do cidadão.

Assim, a justiça foi vista como um apêndice do poder político até fim do regime de partido único em 1991. A sua evolução desde esta viragem histórica foi marcada por uma vontade de afirmação e de independência. Mas esta propensão foi e continua a ser estorvada por constrangimentos herdados do período anterior, que dizem respeito às leis e sua adequação, ao novo contexto, às condições materiais de trabalho, à disponibilidade de recursos humanos qualificados, etc.

3.2 Etapas da reorganização e modernização das Forças Armadas e Policiais

3.2.1 *Tentativas antes de 2006*

«… A reorganização das nossas Forças Armadas deve ser feita com base na nossa realidade concreta actual da nossa luta (nossa situação e a situação do inimigo) e tendo em conta os meios materiais (material de guerra, possibilidades de abastecimento das nossas forças) e humanade que podemos dispor.» Amílcar Cabral

A tentativa de modernização e adequação das Forças Armadas da Guiné-Bissau desde a sua criação a 16 de Novembro de 1964, sempre foi uma constante. Contudo, só as que foram levadas a cabo pelo Amílcar Cabral (1966, 1968, 1970 e 1972) tiveram algum êxito.

As outras tentativas que foram feitas após a Independência da Guiné-Bissau goraram:

Logo após a Independência total em 1975, fez-se a primeira desmobilização, na qual a maior parte era combatentes simples que se disponibilizaram voluntariamente em sair em troca receberam uma soma em dinheiro correspondente a um ano de salário.

Em 1976 foram desmobilizados um número razoável de oficiais enviados para as Empresas Publicas criadas no âmbito de estatização da economia.

As diferentes reorganizações e reestruturações têm trazido consigo os chamados excedentários (efectivos à desmobilizar).

No entanto a medida que iam ocorrendo no país factos políticos os desmobilizados acabam por reingressar. Consequentemente esses factos levaram a Guiné-Bissau transformar-se num Estado em situação de fragilidade particularmente após a guerra civil de 1998/1999.

As várias tentativas de reorganização e modernização iniciadas ao longo de três décadas não surtiram os efeitos esperados, e a situação das Forças Armadas continuou

a evoluir negativamente até a eclosão de várias crises que manifestaram a gravidade da situação.

O Programa PDRRI[4], Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração de Antigos Combatentes à partir de 2000 produziu resultados aquém das expectativas devido a:

- Má apreciação das realidades;
- Insuficiência de recursos para integrar um maior número de Antigos Combatentes desmobilizados nos programas da reintegração;
- Fraqueza de vertente participativa;
- Fraca internalização do processo.

Importa tirar as lições dos insucessos anteriores para promover uma reorganização e modernização inclusiva e justa das Forças Armadas e Policiais na Guiné-Bissau.

3.2.2. *À partir do Documento Estratégico de 2006*

À luz deste cenário a Guiné-Bissau desenvolveu em 2006 uma estratégia nacional pararеestruturação e modernização dos Sectores da Defesa e Segurança. O primeiro Plano de Acção foi aprovado em Setembro de 2007 e o lançamento oficial do programa teve lugar em Janeiro de 2008. Coincidiu com a realização de um recenseamento das Forças Armadas (financiado pelo PNUD) a fim de facilitar decisões sobre a assistência financeira e técnica a ser prestada.

Por causa dos ciclos recorrentes de instabilidade que originaram uma falta de confiança dos parceiros internacionais e consequente falta de apoio financeiro, não foi alcançado o progresso esperado nos programas da reorganização e modernização.

Os assassinatos do chefe das Forças Armadas, General Batista Tagme Na Wai, e do Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, no inicio de Março de 2009, alguns meses depois das eleições legislativas democráticas de Novembro 2008, bem como os atentados contra dois conhecidos políticos do PAIGC no Junho de mesmo ano têm mergulhando a Guiné-Bissau mais uma vez na profunda incerteza.

Para evitarumaquedaainda pior neste círculo vicioso foi organizada uma mesa-redonda sobre as questões de segurança na Guiné-Bissau na cidade de Praia / Capo Verde em Abril 2009. Essa reunião culminou com propostas para uma nova dinâmica da reorganização e modernização das Forças Armadas e Policiais e do sector da Justiça, tendo surgido, entre outros, com a ideia de "Acções de Impacto Rápido",

[4] Vedeuma análisedetalhada do programa no" Lessons learned of former DDR in Guinea-Bissau", UNDP Bissau 2010.

nomeadamente acções de reforço de confiança no sector da Defesa, com maior destaque: a criação do fundo especial de pensões e a reabilitação de quartéis. A aceleração e conclusão do quadro legal para a modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça foram vistas como cruciais para iniciar a reestruturação das forças de segurança e reforçar a capacidade de aplicação da lei e do serviço judiciário.

Os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 sublinharam a fragilidade das instituições chaves do Estado e resultaram na retirada de grandes parceiros de desenvolvimento, prejudicando seriamente o processo da modernização em curso. A renovada violência política ressaltou também a necessidade urgente de retomar actividades visíveis para melhorar a situação nos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça.

O governo e alguns parceiros internacionais engajaram-se muito para salvaguarda dos sucessos alcançados até a data. Para tal efeito, o governo e UNIOGBIS co-organizaram em Bissau a "Conferencia Internacional da Sensibilização sobre a RSS" em Junho de 2010 e lançaram um sinal claro de determinação de continuar acelerar o processo da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça.

Vários esforços de reprogramação e definição de prioridades da modernização foram feitos ao longo dos anos 2009 e 2010 sob a égide do Comité de Pilotagem. Neste sentido o Governo tem preparado um plano de acção consolidado e um orçamento para as prioridades da modernização, que incidem sobre a) desmobilização e recrutamento, b) fundo especial das pensões e programas de reintegração bem como áreas afins e c) capacitação e formação.

A CEDEAO e a CPLP em parceria com a União Africano e as Nações Unidas engajaram-se no processo e apresentaram um "roteiro" (2010-2011) que identifica actividades prioritárias para restaurar a confiança dos parceiros e possibilitar o inicio efectivo dos programas de reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça, baseado no Plano das Acções de Praia, entre outras:

- Medidas de apoio para a implementação do Fundo de Pensões;

- Financiamento e descolagem do Fundo de Pensões, do Fundo de Reabilitação e da Reestruturação das Forças Armadas, incluindo programas de formação e reciclagem, bem como projectos de impacto rápido.

- Reconversão e renovação da liderança actual e da estrutura de comando;

Devido ao golpe de estado de 12 de Abril de 2012 foram suspensas temporariamente as actividades internacionais, condicionando a sua retomada ao retorno à ordem constitucional na Guiné-Bissau (eleições gerais marcadas para 13 de Abril de 2014). Em Novembro de 2012 foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da Transição da Guiné-Bissau e a CEDEAO sobre a implementação do roteiro elaborado

em 2010 / 2011 que por sua parte já foi aprovado pela CEDEAO e pelo governo da Guiné-Bissau em Março de 2011.

O chefe do estado-maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau também afirmou novamente que os militares não se opõem à reorganização e modernização do Sector da Defesa, sublinhando a necessidade de uma agenda bem definida por parte do governo e engajamento certo das novas autoridades, ora eleitas, na reabilitação urgente das infra-estruturas militares e na melhoria do bem-estar dos soldados.[5]

3.3 Situação actual

Os Sectores da Defesa, Segurança e Justiça são caracterizados por legislações parcialmente inadequadas, condições e materiais de trabalho inadequadas e falta de recursos humanos qualificados. Háconflitos inter-departamentaissobrejurisdições e funções e outrossim verifica-se falta da supervisão nacional pela autoridade civil.

A instabilidade crónica da Guiné-Bissau ao nível político e militar é amplamente associada com o estado precário das instituições da Defesa, Segurança e Justiça. A aposentação gradual e selectiva e a reintegração dos membros desvinculados do serviço activo na vida civil são pré-requisitos para a reestruturação e profissionalização das Forças Armadas e da Segurança. A situação actual exige a identificação das necessidades específicas dos ex-militares e combatentes da Liberdade da Pátria para garantir sua efectiva reforma e reintegração sustentável.

A visão orientadora da modernização e reorganização das Forças Armadas e de pessoal das instituições do Sector da Segurança faz parte de uma dinâmica de mudança para melhor com abordagem dupla: reestruturação e modernização. Assim, é necessário redimensionar o pessoal para modernizar os três sectores, estabelecendo melhores condições de equipamentos, serviços e vida dos militares, agentes da segurança e funcionários da justiça.

3.3.1*Nas Forças Armadas*

As Forças Armadas são caracterizadas por um excesso de pessoal com grave desequilíbrio entre oficiais, sargentos e praças. Há mais oficiais de que qualquer outra classe. Por falta de implementação da Lei do “Serviço Militar Obrigatório” não há um recrutamento organizado, resultando assim numa estrutura envelhecida e pouca formada. Há resistência à inovação, devido a um conflito de gerações. A formação

[5] Relatório da Missão da Avaliação Técnica UNIOGBIS, Março de 2013.

interna é fraca e os respectivos centros faltam. As precárias condições materiais são ainda agravadas pelo número excessivo dos militares e a escassez de recursos. O quadro legal das Forças Armadas foi parcialmente actualizado nos últimos anos, mas os actores precisam ainda de assistência na sua implementação. Contudo, continua a persistir lacunas legais.

3.3.2*Nas Forças de Segurança*

As Forças Policiais eram até recentemente caracterizadas por uma estrutura de multiplicidade de serviços. A coexistência de muitas instituições cujo desempenho não possui a coordenação dos elementos essenciais, resultava em serviços pouco eficientes. Muitos serviços actuavam com os mesmos objectivos e na base de missões mal definidas, onde as papeis dos váriosactoresàsvezes se sobrepõem. A existência de várias forças policiais e serviços dispersos por vários ministérios e com diferentes comandos também constitui um elevado peso para as finanças públicas. Ao lado da Polícia de Ordem Pública havia a Guarda Fronteira, o Serviço das Migrações e Fronteira, a Polícia Marítima,a GuardaFlorestal, a Guarda Fiscal; a Fiscamar e osServiços de Informações da Segurança.

Trata-se de uma força envelhecida e sem recrutamento periódico; em parte composta por homens que tinham servido a luta da libertação. As forças da segurança não são bem distribuídas em todo o território; sofrem de falta de pessoal qualificado, níveis fracos de formação e também de precárias condições de trabalho e materiais. Assim, o desempenho delas é marcado por insuficiência e ineficaz. Também sofrem de conflitos internos e de uma imagem de descrédito na população por causa da corrupção e do abuso de poder.

O quadro legal do sector de segurança está em desenvolvimento: recentemente, em 2010, foram promulgadas as Leis orgânicas da POP e da Guarda Nacional e também foram criadas novas leis para o regulamento dos Serviços de Informações da Segurança (SIS). Essas leis constituem a base de uma nova estrutura das forças de segurança com um comando único e dois serviços centrais: POP – Policia de Ordem Pública – com estatuto civil, e a Guarda Nacional com estatuto militar. Notam-se passos importantes de implementação da nova estrutura (2011-2013). Foi criada com apoio de UNIOGBIS a primeira Esquadra Modelo da Polícia no Bairro Militar / Bissau (2011), baseada no conceito de policiamento comunitário que ajudaria virar a imagem das forças de segurança para o positivo, sobretudo no relacionamento com as populações.

3.3.3 *No Sector da Justiça*

Apesar da evolução em curso no Sector da Justiça desde 1991, a situação actual está ainda em parte marcada por estigmas do passado e apresenta-se condicionada pelas seguintes fraquezas mais evidentes:

- Inobservância dos princípios de separação de poderes;
- Acessomuitolimitadoao sistema formal da justiça pela população; elevadas taxas em vigor nos serviços da Justiça;
- Capacidade baixa de operadores judiciais e de instituições de prestação de serviços independentes;
- Fracas estruturas institucionais e mecanismos de funcionamento da justiça;
- Ausência de instalações próprias e condignas para o melhor funcionamento dos tribunais;
- Ausência de tribunais administrativos;
- Falta de prisões em condições mínimas de cumprir com a sua missão;
- Falta de assistentes sociais nos Tribunais de Família e de Menores;
- Um quadro institucional por reformar, nomeadamente no que concerne aos estatutos de magistrados e funcionários judiciais, e de todo pessoal administrativo do Ministério da Justiça assim como do Tribunal de Contas;
- Inadequação de alguma legislação ordinária (código do processo penal, código penal, código do processo de trabalho, código do notariado);
- Ausência de estatutos dos notários e conservadores.

Estas limitações representam um sério obstáculo em detrimento da autoridade pública, da segurança do Estado e da cultura de governação democrática, baseada no princípio do respeito pela lei e pelo Primado de Direito.A instabilidade contínua, associada a impunidade tem levado as pessoas a perder a confiança na capacidade da justiça e no sector da segurança para garantir e proteger os seus direitos civis, políticos, económicos e sociais. Em grande medida, a falta de infra-estrutura adequada, inexistência de um sistema penitenciário adequado, o mau funcionamento dos tribunais e de outros serviços no Sector da Justiça são responsáveis pela falta de credibilidade que a população tem no sistema da justiça e na autoridade do Estado.

Foi formuladorecentemente, no ano 2010, "*A PoliticaNacionalpara o Sector daJustiça*" com objectivo de melhorar a planificação e o funcionamento da Justiça na Guiné-Bissau. De igual modo foram aprovadas e promulgadas algumas novas leis cuja implementação está em curso.[6] Em suma pode se falar de um progresso notável no Sector da Justiça ao nível da legislação e planeamento, ou seja, estão-se a criar as pré-condições básicas para implementar projectos da capacitação, infra-estruturas, reforma legislativa, acesso das populações à justiça etc., ou seja, programas que todos exigem um intensivo apoio material e técnico por parte da comunidade internacional.

66 Vede Anexo 2 sobre Leis.

4. OBJECTIVOS DA REORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

As instituições nacionais devem assumir uma verdadeira responsabilidade para desempenharem o seu papel na criação de uma segurança sustentável. Esta será construída na base da eficiência e eficácia de uma Justiça credível e Sectores da Defesa e Segurança que atendem às normas internacionais de segurança, tendo em vista a consolidação da paz, a governação democrática e os direitos humanos na Guiné-Bissau. Como tal, a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça deve acontecer de forma integrada.

4.1 Objectivos a longo prazo

- Adoptar uma abordagem gradual da reorganização e modernização - de curto, médio e longo prazo - a partir de considerações claras e realistas do que é viável financeiramente, operacionalmente e em termos logísticos.

- Reestruturar e modernizar os Sectores da Defesa, Segurança e Justiça mediante a adequação do quadro legal, dos recursos humanos, recursos materiais e infra-estruturas essenciais.

- Fazer das forças de Defesa e Segurança actores da estabilidade interna e da segurança externa; torná-las sensíveis, eficientes e eficazes.

- Adequaras forças de Defesa e Segurança às reais necessidades e capacidades económicas do país.

- Reabilitar o Sector da Justiça como um dos pilares do Estado de Direito democrático.

- Fortalecer a justiça nacional e segurança interna, através da introdução de abordagens sensíveis ao conflito centradas nas pessoas, contribuindo assim para o desenvolvimento do sistema da segurança interno e a justiça criminal que operam de acordo com o Estado de Direito, reduzindo o risco que possibilite que o país venha a recair em conflito, e garantir uma segurança eficaz e serviços de justiça equitativos ao povo da Guiné-Bissau.

- Promover uma reconciliação profunda com um devido fundamento jurídico e político.

4.2 Objectivos a curto e médio prazo

A reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça ao nível de curto e médio prazo têm por objectivos:

- Definir e adequar o quadro legal dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça ao novo contexto;

- Melhorar a gestão dos recursos humanos, as estruturas organizacionais e as condições materiais;

- Recuperar a confiança da população nos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça, através de cumprimento rigoroso com a missão e os deveres definidos e a promoção do Estado de Direito;

- Promover uma solução adequada e duradoura à problemática dos Combatentes da Liberdade da Pátria bem como os demais combatentes.

- Incluir aspectos úteis da mediação e estratégias locais de resolução de conflitos (justiça tradicional, mediadores de paz etc.) no processo da modernização da Justiça.

- Assegurar a igualdade de género em todos aspectos da reforma, o acesso equitativo aos serviços e postos de emprego, a participação das mulheres na construção da paz e no desenvolvimento, e a protecção de crianças e demais grupos vulneráveis perante as leis.

- Actuar simultaneamente a) na modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça e b) no reforço das capacidades de acesso, por parte da população, aos serviços policiais e judiciais, prestando um serviço acessível, equitativo e oportuno.

4.3 Constrangimentos a superar ou a ter em conta para alcançar os objectivos

Os principiais riscos perante a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça são:

- A instabilidade política;
- Hostilidade à reorganização e modernização por parte das forças de defesa e segurança, dos combatentes da Liberdade de Pátria e outros grupos; divisões e conflitos nas forcas de defesa e segurança, má percepção dos objectivos da modernização;
- Crescimento económico menos favorável;
- Falta de implementação de políticas sólidas e melhores práticas;

- Dificuldade orçamental relativamente as contribuições para os programas de reorganização e modernização;
- Problemas de apropriação nacional, gestão limitada do processo de reorganização e modernização das Forças Armadas e Policiais;
- Capacidades de coordenação nacionais e internacionais não satisfatórias;
- Falta de vontade da comunidade internacional para o rápido apoio com recursos financeiros, técnicos e humanos de que o progresso no processo de modernização depende quase na sua totalidade;
- Organização deficiente e capacidade limitada de funcionamento da administração pública e do sistema de justiça e fraca cooperação institucional;
- Fraco nível de formação em geral, elevado número de analfabetismo da população, inadequações nas instituições de ensino;
- Afastamento da população em relação a justiça, crença nas práticas nefastas;
- Pobreza generalizada e condições materiais de precariedade;
- Progressos insuficientes no combate ao crime organizado e tráfico de drogas;
- Influência de interesses geopolíticos e instabilidade sub-regional;
- Ameaças não convencionais: SIDA, outras pandemias, catástrofes naturais.

4.4 Capacidades internas de resposta

O país tem uma capacidade limitada para responder a estes riscos. Pode contar com alguns trunfos tais como:

- A influência de entidades religiosas e poderes tradicionais;
- A predisposição favorável da sociedade civil e das medias para a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Justiça e Segurança;
- O papel fiscalizador da Assembleia Nacional Popular;
- Maior consciência pública sobre a necessidade urgente destes programas, particularmente na Administração Pública e nos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça.

5. ESTRATÉGIAS E OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A REORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SECTORES DA DEFESA, SEGURANÇA E JUSTIÇA

As estratégias que se seguem e respectivas opções sustentam a reorganização e modernização dos sectores da Defesa, Segurança e Justiça.

1 Redimensionar os Sectores da Defesa e Segurança em função das necessidades e reais capacidades económicas do país;
2 Modernizar os Sectores da Defesa, Segurança em sintonia com o seu papel como instituições republicanas;
3 Definição e reconhecimento dos Combatentes da Liberdade de Pátria;
4 Participação na consolidação da segurança sub-regional;
5 Reforçar o Sector da Justiça e torná-lo mais eficiente;
6 Mobilização de recursos nacionais e internacionais;
7 Associar a sociedade civil e a população em geral à implementação da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça

Estratégia Nº 1
5.1 Redimensionar os Sectores da Defesa e Segurança em função das necessidades e reais capacidades económicas do país

5.1.1 *Definição e implementação da nova missão para as Forças Armadas*

As Forças Armadas da Guiné-Bissau têm desenvolvido directamente da luta nacional para a independência, atribuindo a estas Forças Armadas um papel popular revolucionário como o braço armado do partido libertador. A falta de definição de uma nova missão clara depois da independência e a obsolescência do seu quadro de referência durante quase quatro décadas trouxeram inúmeras consequências, incluindo a excessiva politização da classe castrense e uma deriva significativa dos deveres republicanos confiados as Forças Armadas.

O peso das Forças Armadas na esfera pública vem-se reforçando desde o conflito armado de 1998/1999. O número de efectivos militares na Guiné-Bissau ultrapassa bastante a média regional (CEDEAO e UEMOA). É previsto redimensionar as Forças Armadas e moderniza-las através da profissionalização e criação de melhores condições.

Com o aparecimento de novos desafios a missão das Forças Armadas tem que ser clara e concisamente definida, com base no conceito estratégico da defesa nacional e uma visão realista dos recursos disponíveis dentro a economia da escala.

Desta forma, a Guiné-Bissau define para suas Forças Armadas as seguintesmissões (Art. 4, Nova Lei Orgânica de Base das Forças Armadas, Junho 2011):

- Preservação da soberania do país e da integridade territorial;
- Protecção dos recursos naturais e do ambiente no território nacional;
- Garantir a liberdade e segurança de pessoas e bens contra as ameaças externas, tanto manifestas como potenciais;
- Participação em missões militares internacionais para manutenção de paz e objectivos humanitários;
- Cooperar com forças policiais e serviços de segurança em missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais;
- Colaborar em missões da protecção civil e participar em tarefas dirigidas a satisfação de necessidades básicas da população e a melhoria da qualidade da sua vida.

5.1.2 *Fixar uma nova estrutura militar em função da missão e das capacidades económicas do país*

Como consequência de falta de uma missão clara os efectivos das Forças Armadas ficaram por muito tempo sem referências realistas ou objectivos devidamente identificados. O aumento de seus números não manteve num ritmo com critérios objectivos e protelou tentativas anteriores de redimensionamento do pessoal. Assim a profunda reestruturação do sector da defesa tem em conta os interesses vitais do país; as opções de prevenção e dissuasão da defesa; osimperativoseconómicos, a realidade geo-estratégica e aurgência de desenvolvimentoacelerado e sustentável para reduzir a pobreza e cumprir os ODM.

A nova estrutura militar baseia-se nas opções seguintes:

- Atingir um nível óptimo dos efectivos;
- Voltar cumprir a Lei sobre o serviço militar obrigatório, no que diz respeita as regras sobre os diversos tipos de serviço militar (recrutamento de reserva, serviço efectivo, reserva de disponibilidade, reserva territorial);
- Retornar ao estrito cumprimento da Lei sobre o estatuto militar;
- Garantir a observância da lei que regulamenta o pessoal das Forças Armadas;
- Desenvolver uma política de recursos humanos e carreira profissional sensível ao género.

A Reestruturação das Forças Armadas

Uma componente do exército, redimensionado para preservar a soberania e integridade territorial da Guiné-Bissau e para responder ao lado do seu papel clássico a novas exigências, como segurança interna, protecção do ambiente, o apoio do Estado nas construções de infra-estruturas em todo o país e gestão de desastres.

Uma componente marítima, reforçado com o objectivo de melhorar a protecção do extenso litoral do país, cooperando estreitamente com WACI (West Africa Coast Initiative), com a opção de estabelecer centros de vigilância costeira, bases de apoio e um centro de coordenação conjunta.

Uma componente da força aérea, cujo papel essencial é a defesa do espaço aéreo do país, com particular incidência na complementaridade da sua missão com a força naval e em particular na busca e salvamento nas águas territoriais (ZEE, zona económica exclusiva).

5.1.3*Redimensionar gradualmente os efectivos militares*

A visão que norteia a presente reorganização e modernização das Forças Armadas parte duma dinâmica de transformação positiva através da dupla estratégia: redimensionamento e modernização. Assim, o redimensionamento dos efectivos é indissociável do objectivo de modernização das Forças Armadas através da criação de melhores condições de equipamento, de serviço e de vida. Da mesma maneira, a aposentação de efectivos excedentários ou em fim de serviço, é indissociável do melhoramento das condições de aposentação e reintegração económica e social.

A reestruturação do sector da defesa visa chegar a seguinte estrutura:

- Componente do Exército: 50% do pessoal,
- Componente da Marinha: 35% do pessoal,
- Componente da Força Aérea: 15% do pessoal.

30% de pessoal seja permanente e os restantes 70% sejam recrutados no quadro do serviço militar obrigatório.

Estes números serão alcançados no final de um processo de desmobilização gradual ao longo de cinco anos com um total de cerca 2400 elementos no fundo especial das pensões.

Estabeleceruma nova estrutura de comando

O rejuvenescimento do comando é vista como um pré-requisito para progressos significativos da modernização. A estrutura de comando, incluindo um mecanismo de controlo e coordenação deve basear-se no quadro legal aprovado (leis orgânicas).

5.1.4 *Reestruturar as forças de segurança em função da missão redefinida*

Novo quadro legal e nova estrutura

No ano 2010 foram promulgadas as novas leis orgânicas da Guarda Nacional (Lei nº 8/ 2010), da Policia de Ordem Pública (POP) (Lei nº 9/ 2010), o Estatuto Orgânico da Policia Judiciária (Lei nº 14/ 2010). Também foi criado o Serviço de Informações de Segurança, SIS (Lei nº 7/ 2010).

Foi possível assim reduzir as instituições existentes para quatro instituições. A nova estrutura é baseada nos princípios de desmilitarização, racionalização, comunitarização e sustentabilidade.

A nova estrutura mais simples e mais prática leva à integração na Guarda Nacional da Guarda-Fronteira, da Guarda-fiscal, do Serviço de Imigração, da PoliciaMarítima, de Fiscamar e da Guarda-Florestal. A Guarda Nacional é composta por quatro grupos regionais e quatro unidades especializadas: Brigada costeira, Brigada de Acção Fiscal, Brigada Nacional de Transito, Brigada de Intervenção. A Policia de Ordem Pública tem as seguintes unidades policiais: os comandos regionais do Centro, Norte, Este e do Sul, o grupo da intervenção rápida e o grupo de trânsito. Nos comandos tem todas rubricas do serviço (áreas da intervenções).

Com as novas leis promulgadas em 2010 e 2011 foram criadas sinergias que mostram um elevado nível de colaboração entre as diferentes forças e serviços. Tem como objectivo reconquistar a confiança e credibilidade ao nível nacional porque existe a visão generalizada da população que as forças policiais são detentoras de uma cultura militarizada e sustentadas no uso da força.

Redefinição da missão das forças policiais

A missão do sector de segurança foi redefinida a volta de dois conceitos principiais:

1: *A paz interior,* que significa manter a sociedade livre de pressões e ameaças de qualquer tipo, e

2: A *garantia dos direitos e deveres* constitucionais dos cidadãos.

A nova estrutura das forças de segurança é dupla, militar (Guarda Nacional) e civil (Polícia de Ordem Pública), com missões semelhantes de princípio e diferentes na actuação.

A Guarda Nacional é uma força de segurança de natureza militar, num corpo especial de tropas que tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e colaborar na execução política da Defesa Nacional (Lei Orgânica da GuardaNacional, Art. 1). A Policia de Ordem

Pública(POP) é uma força de segurança, uniformizada e armada, com a natureza de serviço público que tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos nos termos da constituição e da lei (Lei Orgânica da POP, Art. 1).[7]

O Serviço de Informações de Segurança (SIS) é um serviço especial na área da segurança, sob tutela directa do Primeiro-ministro.[8] APolicia Judiciária (PJ) funciona sob tutela do Ministério da Justiça e tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação (Artigo. 2, Estatuto Orgânico da Policia Judiciaria).

Finalizar a implementação da nova estrutura mais simples e integrada

Os novos diplomas e regulamentos definem claramente as competências, deveres e carreiras das forças de segurança. Deveserreforçadaainda a visão e dinâmica para a missão do sector de segurança.

A implementação efectiva da nova estrutura dependerá de uma reestruturação de pessoal bem sucedida, capacidades de gestão conjunta e meios logísticos e financeiros para a construção física e organizacional de unidades /comandos / departamentos da POP e Guarda Nacional em todo o terreno nacional.

Reestruturação de agentes da segurança

A reestruturação dos agentes e sua reafectação nas estruturas e entre as áreas administrativas do país será realizada em função da redistribuição seguinte:

Polícia de Ordem Pública: 38%;
Guarda Nacional: 49%;
Serviços de Informação da Segurança: 9%;
Polícia Judiciaria: 4%.

---

7 As tarefas mais importantes da Guarda Nacional e da POP são as seguintes (segundo Art.3 das respectivas leis orgânicas): a) garantir as condições de ordem interna que permitam o exercício dos direitos civis bem como o pleno funcionamentodas instituições democráticas; b) segurança e protecção das pessoas e bens, também em situações de urgência; c) prevenir a criminalidade e desenvolver investigação criminal; d) protecção de pontos ou instalações classificadas sensíveis e segurança pessoal dos altos governantes; e) prevenir tráfico e consumo de droga através de vigilância e patrulhamento nas zonas classificadas críticas; f) participar em operações internacionais de gestão civil de crises de paz e humanitárias, missões de cooperação policial internacional; g) ordem e fiscalização de trânsito (fora da cidade de Bissau, para a Guarda nacional); h) protecção, vigilância e fiscalização das fronteiras e da costa; i) serviços nos aeroportos e portos, j) colaboração estreita com autoridade marítima nacional.

8 De acordo com Art. 2 é um organismo exclusivamente incumbido da produção de informações que contribuem para a salvaguarda da Independência Nacional, dos interesses nacionais, da garantia de segurança externa e interna, prevenção do terrorismo, espionagem, criminalidade organizada e actos contra o Estado de Direito Constitucional.

Os agentes da nova estrutura policial devem ser compatíveis com os desafios de manter a ordem interna, de prestação de serviços eficazes no controlo (fronteira e imigração), de policiamento comunitário (proximidade, perto da comunidade) e de investigação criminal profissional. É necessária uma colocação eficiente dos recursos humanos para todo o país porque até agora a maioria esmagadora das forças de segurança encontra-se em Bissau.

A reestruturação, a substituição e a reafectação de pessoal segue o processo de registo do pessoal das instituições do Sector de Segurança, feito nos últimos anos, considerando os critérios aprovados pela lei como competência, habilidade e integridade. Tem que ser sensível ao género e não discriminatória em nenhuma forma. Guiado por padrões internacionais o número de agentes de sexo feminino no sector de segurança pode atingir até 25%.A integração dos militares que passam a disponibilidade deve ser uma prioridade na selecção dos serviços.

As brigadas de bombeiros voluntários serão incorporadas como departamentos das futuras autoridades municipais e dotadas de uma nova legislação; regras para o serviço voluntário; um eficaz serviço de defesa civil; formação adequada; equipamento adequado; uma única estrutura de comando e uma cobertura da segurança social.

5.1.5 *Iniciar e acelerar a desmobilização e reintegração, e lançar o Fundo Especial de Pensão*

Há uma importância estratégica de iniciar a desmobilização dos elementos acordados e seleccionados para dar aos membros de instituições da Defesa e Segurança e a comunidade internacional um sinal forte sobre o avanço da reforma. O Fundo Especial de Pensão e os programas conexos devem entrar em vigor em sincronia com a primeira onda de desmobilização.

A desmobilização de militares e antigos Combatentes da Luta de Libertação e a modernização institucional permanecem uma prioridade do topo. Devem ser levadas a cabo simultaneamente. A desmobilização inclui o acesso ao Fundo Especial de Pensão e medidas para a reintegração sócio económica dos membros desvinculados da Defesa e da Segurança.

A desmobilização e a integração no Fundo Especial de Pensão serão feitas conforme os critérios legalmente aprovados, incluindo idade (em cima de 60), anos de serviço (30), e registos disciplinares. O pessoal militar e policial desmobilizado não contemplado no Fundo Especial de Pensão deve beneficiar de formações e programas de reintegração económica na sociedade guineense. Altos oficiais das Forças Armadas e do sector da Segurança podem beneficiar de reconversão segundo seu nível e habilitação em

diferentes serviços de Estado como reconhecimento de seus trabalhos para a nação ao longo dos anos.

Sincronizar desmobilização, Fundo Especial de Pensão, programas conexos e reintegração

A reestruturação, aposentação e reintegração representam um passo crucial para consolidar a paz, coesão social e segurança na Guiné-Bissau. É evidente que sem desmobilização em acção simultânea com pagamentos do Fundo Especial de Pensão e programas de reintegração a modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça não pode avançar efectivamente.

O Fundo Especial de Pensão (decreto 9/2010), é um programa fundamental, ou seja, a pedra basilar da reorganização e modernização que garante uma pensão para todos membros das Forças Armadas e do Sector da Segurança que atingem a idade limite do serviço e da reserva para um período de cinco anos.

O impacto social do Fundo Especial de Pensão poderá ser muito importante e com consequências directas bastante positivas para a saúde financeira do Estado, designadamente no que concerne a redução da massa salarial e a imagem social das Forças Armadas e instituições da Segurança.

A reintegração sustentável de ex-militares será fundamental para criar a confiança e coesão social entre os cidadãos e as instituições do Estado. Será implementada em estreita colaboração com a Componente Emprego da *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza* (DENARP II) e a Política/Estratégia Nacional de Emprego. Contem vários programas sócio económicos, entre outros, a base comunitária e o micro crédito.

A reintegração social está baseada nos seguintes aspectos:

- Envolvimento activo e responsabilização dos beneficiários;
- Definição de critérios realistas para o perfil dos beneficiários;
- Escolha de actividades realistas;
- Atribuição de indemnizações de desmobilização atraentes e suficientes para evitar a precariedade e assegurar uma reinserção económica e social bem sucedida.

A reconversão é baseada na mobilidade e capacidade individual das pessoas e no sistema de formação certificada, partindo da requalificação e mobilização dos recursos humanos excedentários para posições e departamentos onde possam ser necessários. É urgente a reafectação em novas posições atraentes de altos oficiais após um ciclo de formação como formadores, serviço diplomático, conselheiros, comandantes de

missões de paz, representantes em organismos internacionais, consultores de projectos internacionais etc.

5.1.6 *Recrutamento*

O recrutamento deve ser realizado em estrita conformidade com as disposições legais, numa atitude não discriminatória e sensível a equidade do género.

Implementar a Lei de Serviço Militar Obrigatório, Lei 4 / 1999:
Todos os cidadãos guineenses dos 18 até 35 anos estão sujeitosaoserviçomilitarobrigatório (art. 2). Esta lei deve ser aplicada quando há necessidade de recrutamentos.

Elevar o nível da escolaridade, transparência na selecção, planos de recrutamento
Elevar o nível do recrutamento para nove anos de escolaridade para segurar padrões minimais dos conhecimentos gerais. Transparência nos critérios da selecção e admissão das forças de segurança, agentes policiais e funcionários. Precisa-se de planos de recrutamento e definição das qualificações necessárias para cada posto / categoria. A Academia Militar / Escola de Formação Militar terá um papel principal na selecção dos candidatos e sua formação adequada para novas tarefas, i.e. serviços modernizados.

Recrutamento sensível ao género
Considerando o papel das mulheres na resolução de conflitos e construção da paz, reconhecido internacionalmente pelas Nações Unidas, são necessários recrutamentos especiais do sexo feminino, incluindo um aumento significativo nas funções de comando e também um apoio particular às organizações das mulheres nos sectores da Defesa e Segurança.

Estratégia Nº 2
5.2. Modernizar os Sectores da Defesa e Segurança em função da missão republicana atribuída pelo governo

5.2.1 *Adequar o quadro legal à nova situação perspectivada pela modernização*

E necessário executar uma ampla e coerente reforma legislativa com objectivo de harmonizar o quadro legal com as novas perspectivas e novas estruturas das instituições da Defesa e Segurança. Precisa da aceleração e muita vontade política e técnica para a rápida implementação e aplicação de novas leis e regulamentos. A divulgação imediata da legislação em vigor mostra-se indispensável para seu conhecimento geral pelo público, sua obediência e sua aplicação pelas autoridades.

Nos últimos tempos foram realizados progressos significativos no âmbito da modernização do quadro legal com a aprovação de pacotes de novas leis orgânicas e estatutos nos Sectores da Defesa e Segurança. Um quadro legal revisto e bem completo é essencial para o arranque de programas da reorganização e modernização, nomeadamente a desmobilização, o Fundo Especial de Pensão, a reintegração e redistribuição de membros das Forças Armadas e da Polícia.

As Forças Armadas já têm um quadro legal actualizado, que compreende um amplo pacote legislativo (vede anexo); ao título de exemplo, *A Lei Orgânica de Base das Forças Armadas* (Junho 2011) e *OEstatuto dos Militares das Forças Armadas* (Dezembro 2009). A aprovação ou elaboração e revisão de outras leis / documentos básicos, como*As Leis Orgânicas* dos diferentes ramos das Forças Armadas, *O Conceito Nacional de Defesa*, *Plano Nacional de Distribuição Militar,Lei da Justiça Militar*, é muito urgente para cobrir as lacunas legais e possibilitar a condução do processo de modernização.

A revisão / elaboração das leis são baseadas em critérios tais como a necessidade de simplificar as estruturas, a harmonização e a racionalização de acordo com padrões e convenções internacionais e o primado do direito.

Em 2010 foram aprovadas e promulgadas novas *Leis Orgânicas* da Polícia de Ordem Pública, da Guarda Nacional[9], e *O Estatuto Orgânico da Polícia Judiciária*.

[9] É aconselhável uma revisão das leis orgânicas da Guarda Nacional e da POP para uma melhor limitação das respectivas áreas de cada serviço de modo a evitar eventuais conflitos de competência.

5.2.2 *Criar condições materiais indispensáveis ao cumprimento da missão*

Para cumprir plenamente suas missões as forças da Defesa e da Segurança devem ter condições de trabalho e equipamentos exigidos pelos desafios de um sistema de segurança moderno baseado no Estado de direito e na governação democrática. São necessárias mudanças substanciais para melhoria de base das infra-estruturas físicas, dando condições para o desempenho das atribuições institucionais nas áreas da Defesa e Segurança.

Urgente reabilitação e construção de infra-estruturas segundo um plano estratégico

Construir / reabilitar/ modernizar a base dos princípios da economia de escala e sustentabilidade para ter instalações condignas. As obras deverão ser executadas assegurando abordagens simétricas aos respectivos apoios institucionais. As infra-estruturas em ruínas, como quartéis, esquadras da polícia, instalações da migração nas fronteiras terrestres e as sedes dos diferentes departamentos da Guarda Nacional e da POP que necessitam de reparação ou construção nova, serão definidos de acordo com o mapa estratégico de localização.

Condições dignas de funcionamento com equipamentos técnicos e bens administrativos renovados e modernizados

É importante criar condições de funcionamento para extrair ao máximo os benefícios trazidos pela reabilitação ou construção de novas instalações. Tão importante como a estrutura física é a existência de equipamentos técnicos e bens administrativos a serem utilizados nas actividades profissionais dos sectores da Defesa e Segurança. Diante da escassez de recursos financeiros e materiais os recursos existentes devem ser geridos na melhor maneira, “fazer mais com menos”, evitando o desperdício e a não utilização racional das poucas materiais existentes.

- Fornecimento de novos equipamentos militares e paramilitares para aqueles que chegam principalmente no final da sua vida útil e precisam de reposição.
- Além de equipamentos de substituição, as forças da Defesa e Segurança devem ser dadas equipamentos modernos essenciais para realizar sua nova missão, tendo em conta critérios de gestão, padronização e manutenção dos equipamentos.
- Renovação de equipamentos técnicos e logísticos, incluindo armas e uniformes, meios de transporte, equipamentos informáticos e meios modernos da comunicação em todos os sectores.
- Fornecimento de equipamentos técnicos especiais como barcos e binóculos apropriados para patrulhamento da costa marítima.
- Fardamento generalizado único na polícia.

5.2.3 *Melhorar as condições de vida nos quartéis e nas esquadras*

As infra-estruturas dilapidadas e quartéis lotados levaram a uma erosão das condições de vida dos militares e policias. Éessencial que a modernização dos Sectores da Defesa e Segurança inclui uma melhoria substancial das condições de vida nos quartéis e esquadras. Esta mudança qualitativa também é crucial para dignificar o pessoal militar e policial que estão servindo a pátria e trabalham em péssimas condições, particularmente no interior do país.

As transformaçõesinerentespermitirãocriar melhores condições da vida nos quartéis e esquadras, nomeadamente:

- Melhorar as habilitações do pessoal;
- Garantir uma dieta saudável, como requerido pelas exigências de militar e de pessoal de segurança;
- Assegurar o abastecimento de água potável e electricidade; assegurar o fornecimento de kit individual completo; assegurar cuidados de saúde adequados; instalações de lazer;
- Assegurar um ambiente de trabalho equipado com os elementos técnicos e administrativos básicos como acesso a casa de banho particular para as mulheres, e intervalo suficiente para o almoço;
- Assegurar um salário condigno com os serviços emprestados e aumentar assim a auto-estima dos profissionais.

Uma das pré-condições para alcançar este patamar desejado é a redução de efectivos de acordo com os recursos disponíveis e mobilizáveis.

5.2.4 *Elevar o nível de formação dos efectivos militares e policiais*

A elevação do nível de formação dos efectivos é condição prévia integrante do processo de modernização dos Sectores da Defesa e Segurança. Esta vertente é tanto mais importante quanto é verdade que o processo de formação e superação dos efectivos havia declinado ao longe dos últimos anos, deixando uma importante lacuna a ser compensada.Tomar estes antecedentes em conta, e tendo em vista os objectivos da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa e Segurança, é importante:

- Criação de centros da formação profissional;
- Finalizar urgentemente as respectivas obras (parcialmente em curso);
- Elaborar planos de formação / curricula de formação e módulos bem interligados;[10]
- Reforço de capacidades dos oficiais militares e paramilitares;

[10] Vede, entre outros, as propostas do relatório “Diagnostico de necessidades de formação e Estratégia – Segurança Pública”, UNODC, MDGIF, Outubro 2011.

- Formação de todas as classes e patentes em temas gerais e específicos de acordo com currículos bem actualizados e adaptados a realidade da Guiné-Bissau, incluindo deveres legais, capacidades administrativas, conhecimentos técnicos específicos;
- Formação dos agentes da Polícia e da Guarda Nacional em temas gerais e específicos (técnicos e jurídicos) identificados como lacunas graves[11];
- Reforçar as capacidades dos militares e policiais, particularmente no novo contexto do Primado do Direito e a democracia: Estado de Direito, direitos humanos segundo padrões internacionais, reforma sensível ao género, protecção de testemunhas e vítimas, combate ao crime organizado e o tráfico de droga, cultura de paz;
- Sensibilizar os militares sobre a necessidade de proceder a acções para redimensionar e profissionalizar o exército para sua missão republicana;
- Formação em novos conceitos sobre o policiamento e a segurança interna no novo centro de formação policial (João Landim). Sensibilizar os agentes policiais sobre os novos conceitos do policiamento próximo dos cidadãos, colaboração com o ministério público, a polícia judiciária e os tribunais.

Princípios da formação

- Avaliar os conhecimentos, competências, lacunas e necessidades da formação;
- Todos os módulos de formação deverão ter métodos de avaliação, uma valorização final e certificados. Os certificados podem ser integrados num sistema de créditos para progressão da carreira profissional ou para obter graus académicos;

5.2.5 *Novos serviços*

Criação da *Autoridade Nacional Marítima*que colabora estreitamente com as forças policiais num sistema da economia da escala que deve evitar quaisquer duplicações institucionais. Combina o papel da supervisão militar sobre a costa da Guiné-Bissau com assistência para os sectores da segurança e justiça. Facilita operações policiais e age no quadro da protecção civil na zona exclusiva marítima da Guiné-Bissau, dando apoio a iniciativas nacionais e regionais de observação e controlo da Costa Oeste Africana. Possibilita assim a formação estratégica de comando e direcção.

Dinamização do*Instituto Nacional da Defesa*, criação de protocolos com os países de CEDEAO, UA, CPLP no sentido de promover o intercâmbio de informações, pesquisas eformadores, conduzirformaçõesprofissionais multi-disciplinarias. O Instituto foi reabilitado em 2012 com apoio de UNIOGBIS e iniciou um ciclo de conferências de sensibilização sobre "As Forças Armadas e a Sociedade". Tem por missão estimular o

[11] O Ministro do Interior aprovou recentemente *O Plano Nacional de Formação* (Julho 2013) para o Sector da Segurança. Ao título do exemplo: desconhecimento da guarda fronteira das leis /regulamentos e passagem de crianças nas mãos de traficantes; falta de quadros especializados na Fauna na Guarda da Fauna e Floresta.

diálogo entre militares e cíveis e preparar os comandantes militares e dirigentes cíveis para as responsabilidades da liderança estratégica.

Estratégia Nº 3
5.3 Definição e reconhecimento dos Combatentes da Liberdade de Pátria

5.3.1 *Recenseamento e base de dados fiáveis dos Antigos Combatentes da Liberdade da Pátria*

O problema chave dos Antigos Combatentes da Liberdade de Pátria foi para um longo períodoa escassez de informações sobre quem eles realmente eram. A ausência de dados fiáveis deve-se a vários factores, entre os quais a não observância dos preceitos das leis nº5/75 enº 1/86 que definem o Combatente da Liberdade da Pátria e fixam as suas regalias. Estimativas nos últimos anos colocavam o número dos antigos combatentes entre 7.000 e 10.000, ou seja, um número maior do que o total registado no final da guerra de independência.

O censo exaustivo de 2010(apoiado pela UE) com a participação dos beneficiários conhecidos e reconhecidos pelos seus oficiais comandantes da época estabeleceu o número total de veteranos de guerra em acerca 5900. Em 2013 foram recenseados a base de mesmo método mais 701 antigos combatentes com apoio de UNIOGBIS e CEDEAO. Todos, ouseja, um número total de 6596 receberem cartões biométricos de identificação.

5.3.2 *Aplicar o quadro legal depois da sua revisão à nova situação perspectivada pela reorganização e modernização*

A situação actual dos antigos combatentes da Liberdade da Pátria é devida principalmente à não aplicação da legislação existente e falta de harmonização entre algumas partes da legislação e o actual contexto.

A legislação actualmente em vigor comporta as seguintes leis:

- Lei Nº 5 /1975, que define o combatente da Liberdade da Pátria e os seus benefícios;
- Decreto-Lei Nº 1 /1986, de 15 de Março de 1986, estabelecendo as regras para aposentadoria dos Combatentes da Liberdade da Pátria. A busca de uma solução de base para a precariedade entre os Combatentes da Liberdade da Pátria também exige a prestação efectiva da assistência social e médica e medicamentos (Art. 5).
- O Decreto Presidencial Nº 21/ 1991 institui o Fundo Nacional de Combatentes da Liberdade da Pátria.

Este quadro jurídico deve ser revisto com os seguintes objectivos:

- Eliminar ambiguidades na definição de quem se qualifica como um combatente da liberdade nacional;
- Adaptação dos benefícios para o actual contexto económico e social;
- Esclarecer os direitos das famílias de Combatentes da Liberdade da Pátria; esclarecer a diferença entre um combatente da guerra da libertação e um pensionista das Forças Armadas.

5.3.3 *Reconhecimento público: Estabelecer a Medalha do Combatente para a Liberdade Nacional*

Complementando aspectos jurídicos e sociais da reorganização e modernização das Forças Armadas, é fundamental criar condições para uma valorização moral que dignifique o serviço prestado à pátria. Para o efeito, torna-se imprescindível aplicar em favor dos combatentes meritórios, o Decreto Presidencial nº 10/1986, que instaura a medalha do Combatente da Liberdade da Pátria. Honrar os veteranos da Luta de Libertação por meio de medalhas e organizar outros eventos para seu reconhecimento público (por exemplo: construção de uma estátua artista, as media, livros da memória e discussões) que sublinham o papel importante dos antigos combatentes na luta de libertação e também após a independência.

Estratégia Nº 4
5.4 Fortalecer a participação dos Sectores da Defesa e Segurança na consolidação da segurança sub-regional

Foi graças ao apoio de seus vizinhos que a Guiné-Bissau conquistou a independência. Localizado no ponto de encontro de vários povos e culturas da sub-região, a Guiné-Bissau tem uma tradição de convivência pacífica com o seu meio. A adesão às ideais pan-africanas e aos organismos regionais forneceu a base para sua política de boa vizinhança, coabitação pacífica com todos os países da sub-região e de integração regional. A reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça implicam fortalecer a cooperação no âmbito regional e internacional.

Apesar de constrangimentos da rebeliãonaCasamance (fronteiranorte) e váriosfocos da instabilidade na costa ocidental Africana, a Guiné-Bissau está firmemente empenhada na procura de vias para a consolidação de paz e estabilidade na sub-região, segurando as suas fronteiras e contribuindo na luta contra os crimes graves transnacionais. Para o efeito, procurar-se-á:

- Estabelecer pactos de não agressão e acordos de cooperação com seus vizinhos (Senegal etc.), tanto a nível bilateral como no quadro dos organismos que promovem a integração regional (CEDEAO etc.)

- Ter um papel activo na manutenção da paz e estabilidade na sub-região e estabelecer condições que promovam a participação das forças da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau em operações de paz com a formação de uma Brigada para Operações de Manutenção da Paz, no âmbito regional e/ou internacional;

- Incentivar a cooperação técnica na formação militar ao nível bilateral, regional (ECOMOC), internacional (sistema das Nações Unidas);

- Fortalecer ainda os acordos de cooperação militar e policial, no âmbito da formação, que a Guiné-Bissau já tem / teve com Portugal e os Estados Unidos da América.

Estratégia Nº 5
5.5 Reforçar o Sector da Justiça e torná-lo mais eficiente

A transformação dos Sectores da Defesa e Segurança só pode ser duradoura no quadro de um Estado de Direito onde funciona o Sector da Justiça. O combate ao crime organizado, para desencorajar e impedir a utilização do território nacional por grupos que violam a lei nacional e internacional, requer um reforço de capacidades e uma transformação qualitativa no Sector da Justiça para o tornar mais apto a fazer face aos desafios que se apresentam cada vez mais imponentes e em mutação rápida.

5.5.1 *PoliticaNacionaldo Sector da Justiça: implementar quatro estratégicas principiais*

A missão da Justiçafoibemdefinidana"*PoliticaNacional do Sector da Justiça*", elaborada em 2010, na seguinte forma: "*Funcionamento efectivo e sério da Justiça e confiança da sociedade no sistema judicial no quadro do Estado de Direito".*

Restabelecer e reafirmar o Estado de Direito, promover os direitos fundamentais, garantir um funcionamento efectivo e sério da Justiça e aproximar o poder público da sociedade, mudando o paradigma e a imagem negativa da justiça, são as prioridades da reorganização e modernização do Sector da Justiça. Visa uma diminuição drástica do sentimento de impunidade e contribuição para a consolidação da paz e a coesão social.

"*O Plano Nacional da Justiça*" defina os objectivos da modernização para ter "uma Justiça eficiente e eficaz, que actue de forma a garantir o Estado Democrático de Direito e a pacificação político-social, preservando os valores constitucionais".[12]A modernização será feita dentro dos princípios da economia de escala a fim de proteger e garantir os direitos humanos e as liberdades das populações.

A PoliticaNacionaldo Sector da Justiça contem quatro estratégicas principiais:

a) criarinfra-estrutura adequada para o desempenho das atribuições institucionais;
b) executar uma ampla e coerente reforma legislativa e divulgação da legislação em vigor;
c) capacitação profissional de todos os actores judiciários;
d promoção do acesso a Justiça e a cidadania em todas regiões, com maior destaque para grupos vulneráveis, mulheres e crianças.[13]

---

12 Plano Nacional da Justiça, 2010, p. 11.

13 PoliticaNacionalpara o Sector da Justiça, 2010, p. 12-13.

5.5.2 *Criar condições materiais indispensáveis ao cumprimento da missão*

"O Plano Nacional do Sector da Justiça" oferece uma estratégia exacta para construção e reabilitação dos tribunais, prisões e demais infra-estruturas do sector. Os Tribunais devem ser construídos e mantidos de forma que possam dignificar a realização da justiça e de seus actores. E necessário criar um novo Palácio da Justiça com quatro prédios (Supremo Tribunal (incluindo Tribunal Constitucional), Tribunal de Contas, Tribunal Administrativo, em criação), reabilitar 25 e construir 12 tribunais de vários níveis. Construção (4) e reabilitação (4) de estabelecimentos de cumprimento de penas e medidas sócio educativas; instalações para a justiça juvenil; construção de sede da Policia Judiciaria e directorias (3), reabilitação da conservatória de registo civil de Bissau e de interior, incluindo a informatização do registo civil, e demais reabilitações (vede Plano Nacional do Sector da Justiça). Deve ser prestado especial atenção aos tribunais sectoriais como estrutura mais próxima dos cidadãos.

O maior problema reside na falta de uma redundância de infra-estruturas físicas (tribunais de vários tipos e prisões) e de instalações adequadas para o bom funcionamento dos tribunais. Não existem tribunais administrativos.

Deve ser urgente efectivado a operacionalidade dos estabelecimentos prisionais como forme de evitar a vingança (auto-justiça) e desencorajar a pratica de criminalidade grave, deve ser construído uma prisão de alta segurança.

5.5.3 *Adequar o quadro legal à nova situação perspectivada pela modernização*

Com a aprovação da "*Política Nacional da Justiça*" (2010) foram desencadeadas reformas legislativas neste sector. Encontram-se em fase de revisão várias leis, entre outras: Código Processual Penal e Código Penal que devem incluir uma tipificação de crimes graves; Estatuto jurisdicional de menor; Código civil e Código Processual Civil; Código do registo civil, o Código Notarial etc. A revisão da Lei orgânica dos tribunais de sector é urgente por serem os tribunais mais próximos a comunidade. Estes tribunais devem ser assegurados por magistrados formados em direita com a competência reconhecida.

Devem ser ainda revistas e aprovadas com urgência também o "Código da Justiça Militar" (1925/1978) e a "Lei Orgânica do Tribunal Militar". As legislações nacionais precisam de ser harmonizadas às convenções internacionais ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau, nomeadamente a CDC e CEDAW. O serviço de baixa qualidade tem a sua razão também na inadequação de alguma legislação básica, e as taxas elevadas efectuadas pelos serviços do Ministério da Justiça.

Merece destaque a adopção da legislação de OHADA, e de outros consequentes à integração da Guiné-Bissau em espaços regionais como a UEMOA, CEDEAO e CPLP.

Acordos sobre justiça criminal foram assinados com Portugal e outros países. Outrossim, o país assinou e ratificou vários tratados e convenções internacionais quer da protecção de crianças, quer do combate a criminalidade de diferentes naturezas.

O quadro institucional precisa de reforma, especificamente no que se refere ao estatuto dos magistrados e de funcionários judiciais, de todos os funcionários administrativos do Ministério da Justiça e dos tribunais.

Promoção de cooperação com demais países de modo a facilitar a assistência judiciária e o combate a criminalidade.Fortalecer ainda a cooperação para formação especializada de quadros jurídicos e em especial celebração de convénios com instituições nacionais e estrangeiras para concretizar acções específicas de formação.
Neste âmbito, para além da assinatura e ratificação das convenções, outrossim é salutar a sua respectiva transposição na ordem jurídica interna.

5.5.4 *Elevar o nível de formação no Sector da Justiça* – capacitação profissional de todos os actores judiciários

Os recursos humanos precisam de muita reorganização e formaçãoemconhecimentosgerais e teóricos, "learning by doing" e abordagens práticas. Verifica-se desconhecimentos graves ao nível administrativo (capacidades da secretária, gestão, contabilidade e planeamento), ao nível dos deveres legais ao lado de lacunas em conhecimentos técnicos específicos. De igual modo é evidente o fraco conhecimento sobre a educação cívica, ou seja, os princípios básicos do Estado de Direito e a governação democrática.

Segundo a "*PoliticaNacionalpara o Sector da Justiça*" o Centro de Formação Jurídica exerce um papel preponderante na formação dos actores judiciais, incluindo a selecção e formação dos novos quadros da Magistratura Judicial, Magistratura do Ministério Público e Funcionários Judiciais. Também determina o acesso às carreiras da magistratura. Os beneficiários das formações são: Magistrados, Policia Judiciaria, Advogados, Guardas Prisionais, Funcionários Judiciais, Conservadores e Notários, membros de instituições / organizações ligados ao Sector da Justiça.

A formação é organizada em formação inicial, contínua e especializada. A formação profissional no próprio país com a realização regular de intercâmbio com instituições estrangeiras potencializará o conhecimento técnico e suprirá os casos em que a formação no país não é possível. Deve ter formação específica dos magistrados. Reforçar a ética e deontologia profissionais dos magistrados, com vista a poderem

valorizar as suas funções como magistrados, afastando-se da política e de algumas promiscuidades dos operadores da justiça com o poder político.

Todos os módulos de formação deverão ter métodos de avaliação, uma valorização final e certificados. Os certificados podem integrar num sistema de créditos para progressão da carreira profissional ou para obter graus académicos.

Recrutamento

Devem ser elaboradas condições específicas para o recrutamento no Sector da Justiça para além dos regulamentos da Função Pública caso haja necessidade. O recém-criado "Centro da Formação Judiciária" (CENFOJ) apoia a selecção de novos ingressos para o sector da Justiça. O recrutamentodevesersensível ao género, procurar juízes e delegadas femininas e funcionárias da Justiça no quadro de recrutamentos especiais femininas para tratar assuntos ligados à violência baseada no género, crimes contra mulheres, abuso de menores e pessoas vulneráveis.

5.5.5 *Novos serviços*

Com os *Centros deAssistência Jurídica* (CAJ) assegurar *o* acesso equitativo à justiça, apoio à população; devem abranger no futuro próximo todo o território da Guiné-Bissau (já estão a funcionar em Bissau, Canchungo, Bafata, Bolama, Buba). No âmbito da aproximação da população à Justiça convêm ainda um programo de não pagamento para os advogados por parte da população carenciada e o suporte dos mesmos com apoios externos.

INTERPOL: O Gabinete Nacional da Guiné-Bissau é operacional, com mobília, e equipamentos técnicos básicos, precisa de formações e comunicação altamente sofisticada.

*Novosserviços de prisão*emBafata e Mansoa: de acordo com padrões internacionais tratamento e programas de reintegração que satisfazem as necessidades de todos prisioneiros, incluindo mulheres, crianças e grupos vulneráveis.

Programa de *protecção de testemunhos* de casos criminais (assassinatos, drogas, crime organizado, abuso sexual e violação, etc.), *protecção de altas figuras políticas* e instituições do Estado, executado nacionalmente com apoio dos parceiros internacionais (Lei da Protecção dos vitimas).

Instalação de novos *centros da investigação criminal* da PolíciaJudiciariaemBubaque e Catió. Estabelecer um *Laboratório médico legal* e *Laboratório de toxicologia* para cumprir com os deveres policiais da analise em casos criminais, (tráfico de droga, violência, abuso sexual etc.)

Implementação da Unidade de Crime Transnacional (UCT)[14] da Guiné-Bissau e outros componentes acordados para Guiné-Bissau o mais rápido possível.

Memorando de Entendimento assinado sobre a Fundação de uma *Unidade de Crime Transnacional* (UCT) na Guiné-Bissau no quadro da cooperaçãointernacional WACI (West Africa Coast Initiative / Iniciativa da Costa Ocidental Africana)em 2011.

WACI é uma iniciativa internacional, regional e nacional (Nações Unidas, UNODC, UNOWA, ECOWACS e autoridades nacionais) para proteger a costa ocidental de África de ameaças da alta criminalidade. UNIOGBIS e UNODC forneçama UCT equipamentos, consultoria, assistência técnica e formação especializada para reforçar as capacidades humanas e institucionais ao nível nacional.

A luta contra o crime organizado para dissuadir e impedir a utilização do território guineense por grupos que agem fora da legislação nacional e internacional requer uma abordagem interligada entre o Sector da Justiça e o Sector da Segurança para combater esta ameaça, em conjunto com organizações internacionais e regionais.

[14]A Unidade de Crime Transnacional é a pedra angular da WACI em cada país; trata-se de unidades de elite numa equipa nacional de agências policiais, especialmente treinados e equipados.

Estratégia Nº 6
5.6 Mobilização de recursos nacionais e internacionais para o investimento na modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça

A mobilização de recursos suficientes para a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça é absolutamente vital para o sucesso do processo das transformações desejadas e requer um consenso nacional. Há diversos intervenientes e doadores ao nível internacional com diferentes conceitos de apoio e áreas de intervenção.

A definição das prioridades da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça, tendo em conta a viabilidade e sustentabilidade dos programas e as reais possibilidades da implementação numa economia da escala cabe às autoridades guineenses junto com os seus parceiros:

Intensificar e institucionalizar a coordenação nacional - internacional da mobilização de recursos para garantir o fluxo dos apoios e a continuidade da implementação dos programas ("Grupo dos Parceiros Internacionais" e "Força Tarefa Conjunta"): sincronização e complementaridade das tarefas e prioridades a fim de evitar duplicações e aumento de custos. O "Grupo dos Parceiros Internacionais", presidido pelo Representante Especial do Secretário-geral da ONU, congrega todos os membros da comunidade internacional e fornece assessoria estratégica ao Comité de Pilotagem.

A estrita coordenação entre o Governo e o UNIOGBIS na implementação da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça é muito essencial para alcance dos objectivos. Os apoios bilaterais, regionais e internacionaisdevem ser alinhados com as disposições identificadas no "roteiro" de CEDEAO / CPLP e outras iniciativas internacionais. O UNIOGBIS poderia eventualmente preencher as lacunas da capacidade de CEDEAO, UA, UE e CPLP, conforme necessário, para melhor ajudar a Guiné-Bissau na concretização das prioridades nacionais da modernização.

Definir programas prioritários e pistas para seu financiamento, estabelecer consenso global sobre os programas e prioridades da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça e sua execução entre os organismos internacionais, regionais, parceiros bilaterais e autoridades nacionais.

Mobilização intensiva de recursos através de parceiros internacionais, apoiada pelo Secretário-Geral das NU em R1949 (2010); R2030 (2011), R 2103 (2013), coordenação e suporte técnico pelo UNIOGBIS.

Motivar os parceiros internacionais a preencher as lacunas financeiras e técnicas nos programas da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e

Justiça na melhor forma, a base de coordenação integrada para a sua implementação (desenvolver novas parcerias).

Mobilizar imediatamente recursos financeiros e operacionais suficientes para programas da importância máxima como o Fundo Especial de Pensão.

Ao nível bilateral é necessário maior incentivo e engajamento dos países amigos e outros em apoiar a Guiné-Bissau: *Definir as áreas de intervenção de cada parceiro bilateral em conformidade com os planos nacionais* da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiçano sentido de esforços complementares e criação de sinergias entre programas e projectos apoiados.

Para o sucesso da reorganização e modernização é imprescindível a contribuição do Estado da Guiné-Bissau bem como de seu sector privado. A mobilização nacional de recursos, mesmo se fossem de pequeno volume em comparação com as enormes necessidades, é um factor muito importante para assegurar a legitimidade, a apropriação nacional e a boa governação deste grande projecto nacional:

Participação do Orçamento Geral do Estado: Criar uma linha orçamental especial para o efeito e reservar até 10% do OGE para os programas de reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça, ao longo de10 anos.

Plano de Investimentos: Novo Plano de Investimento (5 anos) a ser elaborado e aprovado pela Assembleia Nacional Popular.

Apoio do sector privado para sublinhar o papel dos empresários no apoio das grandes reformas nacionais (criação de postos de emprego, participação com formações e apoios materiais / custos).

Estratégia Nº 7
5.7.Associar a sociedade civil e a população em geral à implementação da modernização dos sectores da Defesa, Segurança e da Justiça

Participação de todas camadas da população

A modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça requer, para o seu sucesso, a participação de todas camadas da população.

Pretende-se o aumento da consciência pública sobre a reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça. Neste âmbito a Conferência Nacional de Reconciliação é extremamente importante e os mecanismos de acompanhamento são criados para prosseguir um diálogo nacional inclusivo e construtivo. Oferece um espaço para estabelecer sinergias entre o processo da reconciliação nas forças da Defesa e Segurança e as iniciativas da reconciliação nacional.

Promover a transparência no processo da modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça

Além dos recursos necessários para sua implementação, o sucesso da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça depende da forma como é percebida pelos Guineenses. É essencial que todos estejam devidamente informados sobre os objectivos, período de implementação e impactos esperados desta reorganização e modernização. Por este motivo devem ser realizadas campanhas de informação e sensibilização e conferências / seminários sobre os progressos e eventuais problemas de processo da modernização, sobre seus programas e projectos, sobre novos serviços instalados para a população.[15]A produção e disseminação das respectivas informações (em folhetos, livros, nas rádios e websites) é outro aspecto essencial para garantir a passagem das mensagens para a população.

Melhorar a relação e cooperação entre a população em geral e as Forças da Defesa, os Agentes da Policia / Segurança e o Sector da Justiça

Entre os pontos fracos conhecidos das forças da segurança e defesa é o facto que eles sofrem de uma imagem negativa de desconfiança, incompreensão e fonte de medo pela população em geral. Esta imagem é seriamente prejudicial para as forças da defesa e segurança cujas raízes são ancoradas no povo guineense. Até hoje conservam a designação original das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

[15] Por exemplo: Esquadra Modelo da Policia, Centros do Acesso a Justiça. Os grupos vulneráveis da sociedade, nomeadamente mulheres, crianças, idosos e pessoas portadores de uma deficiência, merecem uma especial atenção nestas campanhas para assegurar sua devida informação e consciência sobre a reorganização e modernização, particularmente no sector da Justiça, e seus direitos e liberdades com base no Primado de direito.

O processo da reorganização e modernização deve oferecer um bom ambiente para restaurar uma relação fácil e uma frutuosa cooperação entre a população em geral e as Forças da Defesa, os Agentes da Policia / Segurança e o Sector da Justiça. As campanhas de informação visam melhorar o conhecimento e a compreensão do público sobre a missão, o funcionamento e os serviços das Forças Armadas, dos órgãos da Segurança e do sistema da Justiça, ajudando na formação de uma opinião pública consciente e com isso melhorar a confiança nos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça. Também têm por objectivo a mudança de atitude e comportamentos da parte de Agentes da Defesa, Segurança e Justiça.

- Inclusão da sociedade civil no processo da discussão e apropriação nacional da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça;
- Participação do sector privado e das organizações da sociedade civil na reintegração dos ex-combatentes.

6. Quadro organizacional de implementação, seguimento e avaliação

O quadro institucional da Reorganização e Modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça integre três estruturas segundo o Despacho do Primeiro-Ministro de 28 de Janeiro de 2013, aprovado pelo Conselho de Ministros.

I. *O Comité Interministerial (CI)*

O Comité Interministerial tem a competência para ministrar as grandes orientações políticas e estratégicas da reestruturação e modernização dos sectores da Defesa, Segurança e Justiça, e procede a sua revisão em caso de necessidade.

O ***Comité Interministerial*** tem a seguinte composição:

a) Primeiro-Minstro; Presidente;
b) Ministro da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria, 1º Vice-presidente;
c) Ministro do Interior, 2º Vice-presidente;
d) Representante da Presidência da República;
e) Representante da Assembleia Nacional Popular;
f) Ministro da Justiça;
g) Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades;
h) Ministro da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado;
i) Ministro da Administração do Território e Poder Local;
j) Ministro das Finanças;
k) Ministro da Economia e da Integração Regional;
l) Ministro da Agricultura e das Pescas;
m) Ministro da Educação Nacional, Juventude, Cultura e Desportos;
n) Ministro das Infra-estruturas

II: *O Comité de Pilotagem (CP)*

Compete ao comité de pilotagem velar pelo cumprimento das grandes orientações políticas e estratégicas da Reestruturação e Modernização dos sectores da Defesa, Segurança e Justiça emanadas pelo Comité Interministerial.

Compõem o Comité de Pilotagem os representantes das seguintes instituições:

a) da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria – Presidente;
b) do Interior, 1º Vice-Presidente;
c) da Justiça, 2º Vice-Presidente;
d) da Função Pública, Trabalho e da Reforma do Estado;
e) da Administração do Território e Poder Local;
f) dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades;

g) das Finanças;
h) da Economia e da Integração Regional;
i) da Educação Nacional, Juventude, Cultura e Desportos;
j) da Presidência da República;
k) da Assembleia Nacional Popular;
l) do Primeiro Ministro;
m) do Estado Maior Geral das Forças Armadas;
n) da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria;
o) da Câmara do Comércio;
p) da Sociedade Civil;
q) de Parceiros Bi e Multilaterais

O Comité de Pilotagem apresentará ao Comité Interministerial o seu regimento para aprovação.

III. *O Secretariado Técnico do Comité Nacional de Pilotagem* (STCP)

Compete ao Secretariado Técnico implementar as orientações e estratégias do Comité de Pilotagem, dando o seguimento e avaliação das execuções de Programas de Reestruturação e Modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça. Funciona sob o modelo de conselho de administração.

O Secretariado Técnico do Comité de Pilotagem é dirigido por um Coordenador e deve integrar pessoas de reconhecida experiência e competência técnica e com sensibilidade para assuntos de Defesa, Segurança e Justiça.

Integram o Secretariado Técnico do Comité de Pilotagem os seguintes representantes:

a) Do Ministério da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade de Pátria que coordena;
b) Do Ministério do Interior (POP e GN);
c) Do Ministério da Justiça;
d) Do Ministério das Finanças;
e) Do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades;
f) Do Ministério da Economia e Integração Regional;
g) Da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria;
h) Do Estado Maior General das Forças Armadas;
i) Da Sociedade Civil;
j) Dos Parceiros, Bi e Multilaterais.

O Secretariado Técnico do Comité de Pilotagem é uma Equipa Técnica de serviços especializado e independente, a quem compete, no quadro de execução, acompanhar

e aconselhar tecnicamente as estruturas de implementação, e os beneficiários, no âmbito de reestruturação e modernização dos Sectores de Defesa, Segurança e Justiça;

O Secretariado Técnico de Comité de Pilotagem apresentará ao Comité Interministerial o seu regimento para aprovação;

O Secretariado Técnico de Comité de Pilotagem, no âmbito do cumprimento das suas atribuições, se necessário, pode contratar terceiros nomeadamente, Peritos, Assessores e Gabinetes de Estudo.

7. Conclusão

Os problemas de segurança, a instabilidade política crónica e a impunidade de que sofre a Guiné-Bissau têm raízes profundas que remontam até ao próprio processo de construção do Estado moderno pós independente. A longa guerra da libertação nacional deixou sequelas graves e heranças pesadas. Os inúmeros problemas ligados à conversão das forças de guerrilha que lutaram pela independência em forças da defesa e segurança republicanas não foram resolvidos pelos subsequentes governos e regimes pós-independentes e culminaram em onze meses de guerra nos anos 1998/99.

A não resolução da desmobilização e reintegração condigna dos veteranos da guerra de libertação nacional e das forças armadas idosas e pouco formadas continuava a afectar negativamente o desenvolvimento sócio económico e democrático da Guiné-Bissau cuja vida política foi, também nos primeiros treze anos do nove milénio, marcada por episódios violentes de sublevações e golpes militares contra a ordem constitucional.

Este processo complexo, além de protelar a estabilidade política num Estado de Direito democrático, inviabilizou as perspectivas de desenvolvimento económico e social. A pobreza que se desenvolveu na esteira da instabilidade contribuiu, por sua vez, para agravar a instabilidade, ameaçar o sistema democrático e o Estado de Direito e enraizar a crise de não funcionamento do Estado e suas instituições, transformando o processo num círculo vicioso em que a instabilidade alimenta a pobreza e vice-versa.

O enfraquecimento cada vez mais visível do estado Guineense, inevitável num tal contexto, fez da Guiné-Bissau um objectivo fácil de crime transnacional que ameaça a ordem interna e o sistema democrático do país.

Neste contexto, é evidente que a profunda reestruturação e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça é uma questão da pura sobrevivência para a Guiné-Bissau, e a chave de um novo arranque rumo ao desenvolvimento sustentado. Por conseguinte, a transformação dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça afigura-se como pré-condição da estabilidade interna e coesão social, da paz sub-regional e do desenvolvimento sócio económico e humano.

Cientes desta interdependência entre a reestruturação e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça e o desenvolvimento durável, as autoridades da Guiné-Bissau delinearam a presente reforma, assente numa visão de médio e longo prazo, e sustentada por um conceito estratégico claro da defesa, segurança e justiça.

A versão actualizada e ampliada do Documento Estratégico de 2006 expressa a vontade política da Guiné-Bissau para definir uma visão comum sobre a governação da

segurança do país, baseada num amplo entendimento do conceito da segurança como segurança humana e segurança do Estado no quadro do Primado de Direito.

É óbvio que em virtude das fraquezas estruturais do país o progresso na reestruturação e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e da Justiça alcançado ao longo dos sete anos passados desde 2006 ficou muito por atrás das expectativas desejadas. Isto depende não apenas da vontade interna.

Um seguimento adequado e a coordenação bem sucedida entre as autoridades nacionais e todos os parceiros, os apoios financeiros e políticos dos países amigos bem como dos organismos regionais e da comunidade internacional e a cooperação estreita entre a Guiné-Bissau e as Nações Unidas são mais de que nunca necessários para implementação deste grande projecto da reorganização e modernização dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça.

Conscientes da importância do desafio as autoridades da Guiné-Bissau engajarão todos os seus esforços para garantir o sucesso das transformações dos Sectores da Defesa, Segurança e Justiça a fim de criar um ambiente propício ao desenvolvimento económico acelerado e o alívio da pobreza.

Anexo 1:

Referências

A. 2007-2009 Three-Year Investment Plan for the Restructuring and Modernization of Defence and Security Sector;
B. African Union – United Nations Security Sector Reform (SSR) Orientation Workshop, 20 – 21 October 2010, KAIPTC, Accra – Ghana;
C. Communiqué of the Government of Guinea-Bissau approving the CEDEAO/CPLP road map, dated 16 March 2011;
D. Conferencia Internacional da Sensibilização sobre a RSS. Governo da Republica da Guiné-Bissau / UNIOGBIS. Bissau Junho 2010;
E. DDR em África: Lições e Limites, Prosper NzekaniZena, Resumo de Segurança de África, No 24, Janeiro 2013, Washington: Centro de Estudos Estratégicos de África.
F. DENARP II, Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Governo da Guiné-Bissau; Ministério da Economia, Plano e Integração Regional. Bissau: Julho 2011;
G. Despacho 24.1.2013, "Quadro Institucional da Reforma dos sectores da Defesa, da Segurança e da Justiça", Bissau, CM;
H. "Diagnostico - Necessidades de Formação e Estratégia – Segurança Pública", Relatório. Bissau: UNODC, MDGIF, Outubro 2011;
I. ECOWAS/CPLP road map on SSR of August 2010, as amended at the November meeting of the Chiefs of Defence Staff and Security Services of ECOWAS and Angola;
J. Joint Strategic Program. Government of Guinea-Bissau & UNO, April 2009;
K. Memorando de Entendimento entre a Guiné-Bissau e ECOWAS, Bissau 7.12.2012;
L. New Peacebuilding Priority Plan submitted in December 2010 with PBF requested modifications;
M. OECD DAC Handbook on Security System Reform. Supporting Security and Justice. OECD 2007;
N. Plan of Action of the Restructuring and Modernization of Defence and Security Sector;
O. Politica de DevidaDiligência dos Direitos Humanos, ONU 2011;
P. PoliticaNacional do Sector da Justiça, Plano Nacional da Justiça. Governo / Ministério da Justiça. Bissau 2010;
Q. Relatório da Missão da AvaliaçãoTécnica, UNIOGBIS, first draft, Março de 2013
R. Report of the ECOWAS Chiefs of Defence Staff, the CPLP Defence and Security Chiefs and CPLP representatives of November 2010;
S. Report of the Roundtable on the Restructuring and Modernization of the Defence and Security Sector in Guinea-Bissau, Praia, Cape Verde, April, 2009;
T. Securing peace and development: the role of the United Nations in supporting security sector reform. Report of the Secretary-General, S 2008 / 39, 23.01.2008.
U. Security Council Resolutions 2103 (2013), 2049 (2012), 2030 (2011), 1949 (2010) and 1876 (2009) and press statement dated 25 February 2011;

V. Strategy for Restructuring and Modernization of Defence and Security Sector, October 2006;
W. Study on Lessons learned of the former processes of Demobilization, Reinsertion and Reintegration in the Republic of Guinea-Bissau, UNDP, Bissau 2010.